

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Geografia**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana**

**Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): direitos territoriais, uso da  
terra e herança cultural do lugar**

**RELATÓRIO DE QUALIFICAÇÃO**  
**Mestrado**

Aluno: André Luís Gomes  
Orientadora: Professora Doutora Rosa Ester Rossini

Abril de 2014

## Sumário

Introdução .....	3
------------------	---

### PRIMEIRA PARTE – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Disciplinas Cursadas.....	9
1.1. Quadro Síntese das Disciplinas Cursadas.....	12
2. Atividades Desenvolvidas .....	13
2.1. Encontros, colóquios, palestras, seminários e defesas de mestrado assistidos.....	13
2.2. Participação em grupo de estudos .....	14
2.3. Aprofundamento do Projeto de Pesquisa por meio diálogo com a FAPESP .....	15
2.4. Envio do Projeto de Pesquisa para participação no ranqueamento de bolsas CAPES/CNPq no Departamento de Geografia .....	16
2.5. Elaboração de artigo para publicação em livro .....	18
2.6. Trabalhos de Campo.....	18
2.7. Atuação profissional como professor de Ensino Fundamental II e Ensino Médio ..	22
2.8. Atividades de Extensão Universitária.....	23
2.9. Participação em Concursos Públicos .....	23
3. Avaliação da experiência na pós-graduação.....	24

### SEGUNDA PARTE – PROJETO DE PESQUISA

1. Introdução.....	28
2. A escravidão e a transição para o trabalho livre em São Paulo.....	34
2.1. A expansão da cafeicultura em São Paulo com base no trabalho escravo .....	42
2.2. A crise do trabalho escravo e as primeiras experiências de trabalho livre na cafeicultura .....	49

2.3. As especificidades de Sorocaba na formação econômica e territorial brasileira e no processo de transição da escravidão para o trabalho livre .....	57
3. O processo de formação dos territórios quilombolas no Brasil .....	62
3.1. O sistema normativo de regularização dos territórios quilombolas .....	63
3.2. A situação das comunidades quilombolas com relação ao reconhecimento e à garantia dos seus direitos territoriais .....	66
4. A relevância dos territórios quilombolas para o debate teórico e a pesquisa em Geografia .....	72
4.1. Espaço Geográfico e Território .....	74
5. Territórios e comunidades quilombolas: possibilidades de contextualização a partir das categorias de <i>campesinato</i> e <i>terras de uso comum</i> .....	81
6. Objetivos e Referenciais Metodológicos do Projeto de Pesquisa.....	92
6.1. Objetivo Geral .....	92
6.2. Objetivos Específicos .....	92
6.3. Referenciais Metodológicos .....	93
7. Sumário Preliminar de Redação .....	97
8. Cronograma Final do Projeto de Pesquisa.....	111

### TERCEIRA PARTE – RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA

1. A Comunidade Cafundó: a luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais e os dilemas contemporâneos.....	113
1.1. O uso e a apropriação do território na comunidade quilombola Cafundó.....	116
1.1.1 O eucalipto e a mineração de areia .....	118
1.1.2 A agricultura quilombola.....	124
1.2. Aspectos culturais da comunidade quilombola Cafundó .....	130
2. Considerações Preliminares.....	145
Referências Bibliográficas.....	146

## INTRODUÇÃO

Meu ingresso no curso de Graduação se deu em 2004, com apenas 17 anos, após concluir em 2003 o Ensino Médio na Escola Estadual Prof. Humberto Victorazzo, na qual estudei desde a 1ª Série do Ensino Fundamental. Estudando sozinho e intensivamente durante o ano de 2003, fui aprovado no vestibular de 2004 sem ter feito cursinho preparatório.

Em 2005, a partir de uma entrevista com a Profª Drª Rosa Ester Rossini no Laboplan<sup>1</sup>, fui selecionado para dar início a um projeto de Iniciação Científica<sup>2</sup>, dentro do projeto maior coordenado pela professora, denominado “*O trabalho da mulher na lavoura canavieira paulista: família, trabalho e gênero*”. A participação neste projeto proporcionou-me uma profícua experiência em pesquisas de campo, acompanhando colegas de graduação e pós-graduação na realização de trabalhos de campo na região de Ribeirão Preto-SP, discutindo no ambiente acadêmico as realidades observadas e os dados coletados e trocando idéias, opiniões e sugestões de leituras sobre os assuntos abordados. Os dois anos de Iniciação Científica resultaram na defesa do Trabalho de Graduação Individual (TGI) em 2008, orientado pela Profª Drª Rosa Ester Rossini, cujo título foi “*A mecanização da colheita da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto-SP. Estudo de caso de uma Usina e sua área de abrangência*”.

Por outro lado, ao longo de toda a Graduação, também me aprofundi nas questões relacionadas à temática ambiental, através do envolvimento em um coletivo estudantil de estudos e práticas voltadas para a agricultura ecológica e urbana, o grupo Eparreh<sup>3</sup>. Por meio dos estudos realizados nesse grupo, surgiu meu interesse pela Agroecologia, corrente da agricultura que envolve as principais vertentes da “agricultura alternativa” ou “ecológica” e problematiza os modelos de produção introduzidos pela “Revolução Verde”, a partir da industrialização da agricultura.

Após concluir a Graduação em 2009, passei a ter um maior interesse em prosseguir estudando a temática da agricultura dentro da Geografia, mas com ênfase no paradigma da Agroecologia. Todavia, nessa época eu ainda carecia da definição de um

---

<sup>1</sup> Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, FFLCH/USP.

<sup>2</sup> O projeto mencionado tinha como título “A mecanização da colheita da cana-de-açúcar como questão social e ambiental – estudo de caso em usinas da macro-área de Ribeirão Preto” e foi desenvolvido em 2006 e 2007, contando com bolsa de Iniciação Científica CNPq/PIBIC.

<sup>3</sup> Estudos e Práticas em Agricultura e no Reencantamento Humano.

objeto e de uma boa fundamentação teórico-metodológica nessa temática no âmbito da Geografia, sendo necessário amadurecer as idéias.

É importante ressaltar que em 2008, antes de concluir a graduação, comecei a lecionar na rede estadual de ensino, em escolas vinculadas à Diretoria de Ensino de São Roque, de 2008 a 2011. Em 2010 fui aprovado em concurso público para Professor de Ensino Fundamental II na Prefeitura Municipal de Mairinque, escolhendo como sede a Escola Municipal Neuza Maria Bertoncello, no bairro Moreiras, situado na área rural do município. Permaneci trabalhando nesta escola do início de 2010 a meados de 2013, quando pedi exoneração do cargo, para poder ter maior dedicação ao curso de Mestrado, iniciado no segundo semestre de 2012.

Em maio de 2011, recebi um convite do diretor da escola mencionada para participar de um curso de formação de professores em junho, com carga horária de 16 horas, denominado *“Educação Ambiental e Participação Social para Conservação dos Recursos Naturais na Área de Proteção Ambiental (APA) Itupararanga”*<sup>4</sup>. Durante e após a realização do curso, estabeleci contato com um grupo de professores da rede municipal de Mairinque que desenvolviam um projeto de Educação Ambiental (denominado *“Projeto Colméia”*) no Horto Florestal do município, tendo como público os alunos da rede. A partir daquele momento passei a fazer parte do grupo, tendo participado das diversas atividades desenvolvidas ao longo do ano.

Em fevereiro de 2012, participei do curso *“Elaboração de Projetos Socioambientais”*, com carga horária de 40 horas, oferecido pelo SENAC e ministrado pelo geógrafo Bruno Cutinhola Cavalcante, também formado pela USP. Os conhecimentos abordados no curso, voltados para a elaboração de projetos envolvendo a sociedade e o meio ambiente, eram levados para as reuniões do grupo de Mairinque, que naquele momento se organizava para definir a continuidade das atividades no ano que se iniciava.

No início de março de 2012, o coordenador do já extinto *“Projeto Colméia”*, professor Aldo Rodrigues Ramanciotti, apresentou a proposta de levar o grupo para conhecer a comunidade quilombola Cafundó, a convite do fotógrafo e arte-educador Antônio Victorio, que afirmava manter contato com a comunidade há sete anos. A partir

---

<sup>4</sup> O curso foi oferecido a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Mairinque, o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da represa Itupararanga, a Fundação Florestal, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o Comitê de Bacia Hidrográfica Sorocaba – Médio Tietê e a Universidade Federal de São Carlos (Campus Sorocaba), com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

do primeiro contato com o Cafundó, realizado em março de 2012, e da subsequente leitura do livro dos professores Carlos Vogt e Peter Fry (VOGT & FRY, 1996) passei a ter grande interesse em estudar aquela comunidade, o qual desde então não parou de aumentar, mesmo com todas as dificuldades e frustrações que foram se apresentando ao longo do percurso.

A primeira de todas as versões do projeto de pesquisa acadêmica voltado para o estudo da comunidade Cafundó foi encaminhada para a UFSCar de Sorocaba em maio de 2012, como parte do processo seletivo para ingresso no “*Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental*” (PROSGAM), Mestrado Profissional criado recentemente por aquela universidade. Esse projeto tinha como título “*Alternativas de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais para o Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP)*”. Paralelamente, eu também participava do processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGGH) do Departamento de Geografia da FFLCH/USP, porém com o projeto intitulado “*Agroecologia, Participação Comunitária e Conservação dos Mananciais: estudo de caso da Rede de Agroecologia da Guarapiranga*”, apresentado à Profª Drª Rosa Ester Rossini.

Fui aprovado nos processos seletivos da USP e da UFSCar, o que me colocou diante da necessidade de escolha. Decidi então apresentar à Profª Drª Rosa Ester Rossini o tema do projeto aceito pela UFSCar, afirmando que o tema que realmente interessava seguir no Mestrado era o que envolvesse de alguma forma o quilombo Cafundó, pelo fato de já ter estabelecido contato com a comunidade, o que representava um avanço para a pesquisa de campo, enquanto o contato com os sujeitos que fariam parte do outro tema de pesquisa ainda não havia se iniciado.

Outra razão da proposição do tema à minha atual orientadora é que preferia ser orientado por ela, por saber da sua competência e pelo conhecimento que havíamos travado durante a minha Graduação. Além disso, considerei que o PPGGH/USP oferece condições melhores que as da PROSGAM/UFSCar, principalmente o tempo regimental, que no PPGGH/USP é de no máximo três anos, enquanto o do PROSGAM/UFSCar é de no máximo dois anos, além da impossibilidade de solicitação de bolsa de Mestrado neste último, por se tratar de um Mestrado Profissional.

Uma vez aceita a mudança do tema de pesquisa pela Profª Rosa, seguiu-se o trabalho de reconstrução do projeto, com ênfase na incorporação da perspectiva teórica

da Geografia. Essa não tem sido uma tarefa fácil, pelas razões de, na escolha do tema de pesquisa, o contato com o campo ter precedido a discussão teórica e de o tema não ter sido aquele estudado na Iniciação Científica, o que colocou tanto o aluno como a orientadora diante de um grande desafio teórico e empírico. Por outro lado, o caminho pelo qual a pesquisa se iniciou, ou seja, a precedência do contato com a realidade, em relação à discussão teórica, contribuiu para reforçar o compromisso com os sujeitos pesquisados e o caráter participante da pesquisa.

Nesse trabalho árduo de reconstrução do projeto podemos afirmar que ele sofreu diversas “metamorfoses” até assumir a forma atual, que é a que apresentamos neste Relatório de Qualificação e que consideramos ser a que mais se aproxima da incorporação da discussão geográfica. A primeira versão do projeto apresentada posteriormente ao aceite pela orientadora tinha como título *“Diagnóstico Socioeconômico e Territorial do Quilombo Cafundó: subsídios para uma proposta participativa de intervenção”*. A segunda versão, que participou do processo de seleção de projetos para obtenção de bolsa de Mestrado em 2012, teve como título *“Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): estudo das práticas de produção coletiva e comunitária e perspectivas de desenvolvimento local auto-sustentável”*.

A terceira versão, elaborada a partir do início de 2013, é a mais próxima da atual, com exceção de algumas pequenas alterações. Inicialmente seu título era *“Quilombo Cafundó: territorialidade, cultura e resistência”*. O título atual do projeto de pesquisa é o que apresentamos na capa deste Relatório de Qualificação: *“Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): direitos territoriais, uso da terra e herança cultural do lugar”*.

Após o trabalhoso e permanente processo de revisão do projeto, ficaram definidas como foco da pesquisa, a partir do entendimento do processo de luta de uma comunidade negra rural pela permanência em seu território, as formas como se dão o trabalho e a inserção produtiva dos quilombolas, tanto através de atividades diretamente relacionadas às terras conquistadas, como é o caso da agricultura, do artesanato, do repasse de recursos de uma mineradora e do manejo de uma área de eucalipto, existentes dentro dos limites do território quilombola, como através de empregos externos à comunidade. Ao nos debruçarmos sobre a organização comunitária, o trabalho e a cultura, os desdobramentos da pesquisa nos conduzem também à

abordagem das questões de gênero e do riquíssimo patrimônio cultural, material e imaterial, presente na comunidade.

Finalizando esta introdução, reconheço que todo o esforço para a construção deste projeto representou um valioso crescimento pessoal e intelectual, em busca da abordagem teórico-metodológica e conceitual que permita explicar e compreender a realidade com a qual já venho tomando contato antes do ingresso na pós-graduação.



## **PRIMEIRA PARTE**

### **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

## 1. DISCIPLINAS CURSADAS

**Disciplina:** FLG 5082 – 2/1 – Campesinato, Anarquismo e Agricultura.

Docente responsável: Professora Doutora Valéria de Marcos.

Número de créditos: 8

Avaliação: A

2º Semestre de 2012

O curso teve como objetivos compreender as práticas e alternativas para a (re) criação camponesa na atualidade; analisar os aspectos teóricos e as práticas das diferentes formas de cooperação no campo: uso comum da terra, cooperação e ajuda mútua, produção coletiva e produção comunitária; compreender, à luz das diferentes experiências estudadas, as características principais da produção coletiva e comunitária com vistas à construção teórica da produção coletiva e comunitária na ótica do movimento anarquista; analisar outras formas de organização da produção praticadas pelo campesinato na atualidade, como o avanço da agroecologia e da permacultura, enquanto uma nova concepção de produção na agricultura (através de práticas como a mandala, a agricultura natural e a sinérgica, etc), com vistas ao embate com a influência da lógica neoliberal. Com relação ao trabalho de pesquisa, o curso contribuiu para o aprofundamento do olhar sobre as práticas de organização comunitária presentes no território em estudo, o entendimento do território quilombola enquanto espaço apropriado coletivamente pela comunidade e o conhecimento teórico e empírico de outros territórios camponeses, como os quilombos do Vale do Ribeira, os Faxinais do sul do Paraná, as Cooperativas de Produção Agropecuária do MST, assim como outras cooperativas formadas por camponeses.

**Disciplina:** FLG 5802 – 6/1 – Urbanização e Industrialização do Estado de São Paulo.

Docente responsável: Professora Doutora Sandra Lencioni.

Número de créditos: 8

Avaliação: A

1º Semestre de 2013

Dentro da problemática geográfica da relação Espaço e Sociedade a disciplina teve como objetivo discutir o processo de urbanização e industrialização do Estado de São Paulo. A partir de uma perspectiva histórica e tendo como referência a dinâmica das relações sociais e sua relação com a produção do espaço, a disciplina enfatiza a

necessidade do urbano para a reprodução do capital. A disciplina discutiu mais detalhadamente a questão da homogeneização das condições gerais de produção e a da materialização do adensamento, consolidação e ampliação da metrópole paulista configurando uma região metropolitana expandida – a de São Paulo – que se insere num território fragmentado e hierarquizado. Com essa perspectiva busca atualizar o debate sobre reestruturação urbana e industrial. Além de proporcionar a ampliação do olhar sobre o avanço da urbanização e da industrialização em Sorocaba e nos municípios vizinhos, a partir da idéia de expansão da “macrometrópole”, o trabalho final da disciplina representou um aprofundamento sobre o papel do trabalho escravo na produção cafeeira paulista no século XIX e o processo de transição para o trabalho livre.

**Disciplina:** FLG 5089 – 2/1 – Campesinato e Luta de Classes.

Docente responsável: Professora Doutora Larissa Mies Bombardi.

Número de créditos: 8

Avaliação: A

2º Semestre de 2013

O curso teve como objetivos entender a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da formação do campesinato brasileiro; explicar a importância da compreensão do campesinato enquanto classe social no modo capitalista de produção; fornecer elementos para a compreensão da especificidade desta classe social e de sua ação política. As aulas e as leituras abordaram os seguintes conteúdos: o processo de ocupação da terra no Brasil, usos sociais da terra no país, propriedade privada da terra e posse da terra; o campesinato enquanto classe social; a formação do campesinato brasileiro; as relações de trabalho e de produção no campo; a mundialização do capital e a agricultura brasileira; a ordem moral camponesa; a questão agrária: luta pela terra, violência, conflitos e movimentos sociais no campo; a reforma agrária no Brasil. O curso contribuiu valiosamente para o aprofundamento da compreensão da origem do campesinato enquanto categoria e classe social, através de uma vasta e densa bibliografia, desde os clássicos da Geografia Agrária até os autores contemporâneos. Este aprofundamento tem colaborado na revisão e aprofundamento dos fundamentos teóricos da pesquisa, assim como em um redirecionamento do olhar na pesquisa de campo.

**Disciplina:** FLG 5121 – 1/1 – Problemas Atuais de Geografia Cultural

Docente responsável: Professor Doutor Eduardo Brito-Henriques (Professor convidado – Universidade de Lisboa/Instituto de Geografia e Ordenamento do Território).

Número de créditos: 2

Avaliação: A

2º Semestre de 2013

O curso foi ministrado de forma concentrada, entre os dias 14 e 17 de outubro de 2013. A partir de aulas expositivas e da discussão de textos fornecidos pelo docente, abordou-se as origens da abordagem cultural em Geografia; as relações entre a Nova Geografia Cultural, a Teoria Crítica e o Pós-Estruturalismo; o Pós-Colonialismo e a questão das identidades em uma perspectiva relacional; os conteúdos culturais materiais e simbólicos e a sua manifestação na paisagem. Além dos textos discutidos em aula, foram fornecidas diversas sugestões bibliográficas para o aprofundamento dos temas particulares, não somente na área específica da Geografia, mas também de áreas como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política. O interesse em realizar a disciplina surgiu também a partir do diálogo com a FAPESP, no processo de avaliação do Projeto de Pesquisa, no qual o Parecer indicava a necessidade de maior aprofundamento na dimensão cultural. Desse modo, o curso contribuiu para apresentar a complexidade da reflexão teórica atual no campo da Geografia Cultural, e para a reflexão sobre a incorporação dessa abordagem na pesquisa.

### 1.1. Quadro Síntese das Disciplinas Cursadas

<b>Disciplina</b>	<b>Período</b>	<b>Nº de créditos</b>	<b>Conceito</b>
FLG 5082 – 2/1 – Campesinato, Anarquismo e Agricultura, ministrada pela Profª Drª Valéria de Marcos, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.	2º Semestre de 2012	08	A
FLG 5802 – 6/1 – Urbanização e Industrialização do Estado de São Paulo, ministrada pela Profª Drª Sandra Lencioni, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.	1º Semestre de 2013	08	A
FLG 5089 – 2/1 – Campesinato e Luta de Classes, ministrada pela Profª Drª Larissa Mies Bombardi, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.	2º Semestre de 2013	08	A
FLG 5121 – 1/1 – Problemas Atuais de Geografia Cultural, ministrada pelo Prof. Dr. Eduardo Brito-Henriques da Universidade de Lisboa/Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, a convite do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.	2º Semestre de 2013	02	A
<b>Total de créditos</b>	-	<b>26</b>	-

## 2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 2.1. Encontros, colóquios, palestras, seminários e defesas de mestrado assistidos

- 2.1.1. *XVII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG). Tema: “Entre escalas, poderes, ações, geografias.* Belo Horizonte, Associação dos Geógrafos Brasileiros/Universidade Federal de Minas Gerais, 22 a 28 de julho de 2012. Participação nas atividades: Mesa Redonda “Experiências agroecológicas frente ao agronegócio”; Espaço de Socialização de Coletivos “Entre escalas, poderes, ações, geografias – construindo a agroecologia no enfrentamento com o modelo convencional de ensino, pesquisa e extensão por dentro das redes e trilhas do dia a dia acadêmico”; Grupo de Trabalho “Meio Ambiente”; Atividade de Campo “Espaços e Territórios Educativos: diálogos em torno da comunidade quilombola da Chacrinha dos Pretos em Belo Vale” (MG); Espaço de Diálogos e Práticas “Quilombos e Quilombolas”.
- 2.1.2. *Seminário “As mulheres quilombolas e as roças tradicionais” e “Feira de Troca de Sementes dos Quilombos do Vale do Ribeira”.* Organização: Associações representantes das comunidades quilombolas e Instituto Socioambiental (ISA), Eldorado-SP, 23 e 24 de agosto de 2013.
- 2.1.3. *Seminário de Pesquisa com o Prof. Dr. Guilherme Delgado (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA): Agricultura e Capital Financeiro.* Atividade sugerida pela Profª Drª Larissa Mies Bombardi, dentro do programa da disciplina (vide quadro síntese das disciplinas cursadas). Departamento de Geografia (DG) /FFLCH/USP, 28 de agosto de 2013, das 10h00 as 13h30.
- 2.1.4. *Palestra com o Prof. Dr. Carlos Martins: “Comissão Rondon e as Estratégias Estatais de Controle e Consolidação da Fronteira Oeste”.* Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan) /DG/FFLCH/USP, 29 de agosto de 2013, das 18h00 as 20h00.
- 2.1.5. *Defesa de Dissertação de Mestrado. Título: “O (Des) envolvimento do Pronaf: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses”.* Candidato: Michell Leonard Duarte de Lima Tolentino. Orientação: Profª Drª Marta Inez Medeiros Marques. Atividade sugerida pela Profª Drª Larissa Mies Bombardi, dentro do programa da disciplina (vide quadro síntese das disciplinas cursadas). DG/FFLCH/USP, 11 de setembro de 2013, início as 09h00.

- 2.1.6. *Participação como ouvinte na aula ministrada pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, das 09h00 às 13h00, da disciplina de pós-graduação FLG 5834 – Agricultura e Capitalismo no Brasil.* Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 18 de setembro de 2013.
- 2.1.7. *Minicurso “Aspectos Metodológicos da Geografia Vidaliana”, com o Prof. Dr. Aldo Dantas – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.* Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/FFLCH/USP, 18 de setembro de 2013, das 14h00 as 18h00.
- 2.1.8. *Colóquio “Políticas Públicas para o desenvolvimento regional: o caso do circuito espacial produtivo do Biodiesel”, com a Profª Drª Elisa Pinheiro de Freitas, como parte das atividades do grupo de estudos organizado pelos alunos da Profª Drª Rosa Ester Rossini, coordenado pela Profª Drª Elisa Pinheiro de Freitas.* Laboplan/DG/FFLCH/USP, 18 de setembro de 2013, das 19h00 as 22h00.
- 2.1.9. *Seminário Internacional: “Emancipação, inclusão e exclusão. Desafios do Passado e do Presente”.* Departamentos de Antropologia e História/FFLCH e Faculdade de Educação/Pró-Reitoria de Pesquisa/USP, Tenda Cultural Ortega y Gasset, 28 a 30 de outubro de 2013.
- 2.1.10. *Jornada Internacional “A atualidade da ‘sociologia enraizada’ de José de Souza Martins”.* Departamento de Sociologia/Comissão de Graduação/Comissão de Pesquisa/FFLCH/USP, 19 de novembro de 2013, das 09h00 as 19h00.

## 2.2. Participação em grupos de estudos

*Grupo de Estudos organizado pelos alunos da Profª Drª Rosa Ester Rossini, coordenado pela Profª Drª Elisa Pinheiro de Freitas.* Tendo se reunido quinzenalmente durante o segundo semestre de 2013, o grupo realizou a leitura e discussão de parte do livro “*Por uma Geografia Nova*”, de autoria do geógrafo Milton Santos, além de apresentações individuais das pesquisas, com o intuito de aprofundar as bases teórico-metodológicas dos projetos individuais de cada aluno. O grupo tem promovido ainda a colaboração mútua, através da leitura dos projetos individuais de pesquisa pelos demais colegas e do projeto denominado “Gênero e as novas dinâmicas territoriais do século XXI”, o qual envolve os alunos de pós-graduação sob orientação da Profª Drª Rosa Ester Rossini. O projeto consiste na elaboração de artigos individuais, baseados nas pesquisas, para a publicação de um livro, sob a coordenação da Profª Drª Rosa Ester

Rossini, Titular do Departamento de Geografia, e da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elisa Pinheiro de Freitas. Laboplan/DG/ FFLCH/ USP.

### **2.3. Aprofundamento do Projeto de Pesquisa por meio do diálogo com a FAPESP**

Ao longo de 2013, optamos por reescrever o projeto, amadurecendo o foco teórico-metodológico e incorporando um conjunto maior e mais contextualizado de informações de relevância para o tema de pesquisa. Todo esse processo se deu mediado pelas discussões com a orientadora e alguns colegas, também alunos da pós-graduação, vinculados ao LABOPLAN<sup>5</sup>. Através de sua assessoria, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), apontou, por meio do parecer emitido, algumas inconsistências do projeto e os caminhos teóricos e metodológicos que poderiam contribuir para a resolução dos dilemas postos. Dentre tais apontamentos, transcrevemos a seguir um trecho, considerado de maior relevância como contribuição para o encaminhamento da pesquisa:

*“Os conceitos geográficos que serão articulados para a leitura da realidade do quilombo não estão ainda muito claros, de modo que talvez o trabalho não traga uma contribuição ao avanço teórico conceitual da disciplina, mas certamente oferece um importante estudo de caso, que se propõe a fazer uma aproximação de cunho etnográfico da realidade e que, certamente, pode trazer contribuições significativas para a ‘comunidade’”.*

*“No que se refere à história da diáspora negra para o Brasil, ao debate sobre quilombo, tanto teórico, quanto em termos de legislação e políticas públicas, ao debate sobre os problemas sociais do campo brasileiro e sobre a questão do campesinato e pluriatividade, o projeto, no seu referencial teórico, revela que o autor apresenta familiaridade com o tema. Contudo, como pretende também abordar a dimensão cultural, faltou aprofundamento nesse campo, sobretudo para considerar de forma mais crítica a cultura como um processo de construção constante, que tem muita relação com a herança, mas também com a imaginação e criação permanentes. Nesse sentido, faltam referenciais. Contudo, acreditamos que esta falta pode ser sanada no processo de levantamento bibliográfico e pela própria imposição da pesquisa de cunho etnográfico. Esta também carece de maior fundamentação e a bibliografia a este respeito é vasta e de fácil acesso”.*

---

<sup>5</sup> Dentre esses colegas, todos também orientandos da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Ester Rossini, ofereceram importantes contribuições Elisa Pinheiro Freitas, Pós-Doutoranda e bolsista do CNPq; Mateus de Almeida Prado Sampaio e Aline Lima Santos, ambos doutorados e bolsistas da FAPESP.



Após receber o resultado do parecer, incluiu-se também a revisão teórica sugerida – principalmente no que se refere à discussão sobre espaço e território, assim como à abordagem cultural e à pesquisa etnográfica – embora ela ainda esteja em andamento, em razão das demais urgências acadêmicas, profissionais e pessoais. Após a revisão dos itens apontados no projeto e a elaboração da solicitação de reconsideração da proposta, a mesma foi submetida em 20/09/13. O projeto enviado no pedido de reconsideração tinha como título *“Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): território, cotidiano e resistência”*.

De acordo com a avaliação contida no segundo parecer, “os objetivos geral e específico estão bem concatenados ao que foi desenvolvido enquanto recorte teórico e empírico”; as lacunas referentes à pertinência do objeto de estudo para a discussão conceitual da Geografia e dos aspectos culturais foram supridas, assim como os problemas metodológicos; o Parecer apontou também que as atividades realizadas estavam dentro do previsto, de acordo com o cronograma apresentado.

#### **2.4. Envio do Projeto de Pesquisa para participação no ranqueamento de bolsas CAPES/CNPq do Departamento de Geografia/FFLCH/USP**

Encaminhamos o projeto de pesquisa para solicitação de bolsas CAPES e CNPq, via Departamento de Geografia, através do ranqueamento dos projetos, no segundo semestre de 2012 e de 2013.

Quando enviamos a primeira versão, em 26/10/12, tratava-se de um projeto ainda em construção e em fase de transição, rumo a uma fundamentação teórica e metodológica mais consistente, da qual ainda carecia significativamente naquele momento. O projeto enviado tinha como título *“Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP): estudo das práticas de produção coletiva e comunitária e perspectivas de desenvolvimento local auto-sustentável”*. Os professores responsáveis pela avaliação enviaram as seguintes observações:

Problema de Pesquisa – Hipótese(s) – Objetivo(s): *“Não ficou clara a definição de uma proposta de tese, o que fica evidente na hipótese de pesquisa, já bastante discutida em várias pesquisas sobre quilombolas”*.

Quadro teórico-conceitual: *“Faltou adensar o debate do desenvolvimento local auto-sustentável em relação às práticas quilombolas, particularmente em termos teóricos, o que se ressalta com a introdução de resultados de pesquisa no corpo do projeto”*.

Objetividade e pertinência da metodologia da pesquisa e de seu planejamento: *“Não ficou bem definida a prática da pesquisa participante, sobretudo no que concerne*

*à participação do(a) pesquisador(a) em relação ao projeto de desenvolvimento local auto-sustentável”.*

*Coerência e pertinência das fontes e dos instrumentos de pesquisa:* *“As fontes apontadas são claras, mas não prevêm atingir todos os objetivos, particularmente no que concerne ao desenvolvimento local auto-sustentável”.*

*Viabilidade para a conclusão do trabalho no tempo regimental:* *“Não há um cronograma com a duração das atividades, o que impede a visualização da viabilidade da pesquisa, principalmente porque não estão descritas as técnicas de pesquisa e os seus significados na resolução do problema de pesquisa”.*

Todavia, embora o foco central do projeto atual não seja mais o debate relativo às práticas coletivas e comunitárias de organização/produção e o desenvolvimento local auto-sustentável, tais conceitos poderão ser retomados em um momento posterior da pesquisa, caso seja considerado pertinente.

Em 2013 o projeto já reformulado e em bases teóricas e conceituais bastante diferentes, em relação à versão de 2012, foi enviado para participação no ranqueamento, na linha de pesquisa *“Território, Agricultura e Sociedade”*. Conforme previsto no Edital de seleção de projetos em 2013, para obtenção de bolsas CAPES/CNPq, o resultado final foi divulgado no dia 16/12/13. A avaliação geral do projeto pelos professores responsáveis foi a que transcrevo a seguir:

*Avaliador I:* *“Trata-se de um projeto bem elaborado, com redação fluente e bom uso de material iconográfico e cartográfico. O tema é de relevância e atualidade para a Geografia Agrária, a abordagem proposta está de acordo com os objetivos traçados e o mesmo poderá ser realizado nos tempos regimentais previstos. Há problema entre as linhas teóricas que pretende seguir, o que se verifica na bibliografia lida e consultada, como a questão da opção pelo uso da pluriatividade para explicar as atividades extra-quilombos dos quilombolas pesquisados e a literatura sobre campesinato que inclusive incorpora no presente projeto. O mesmo vale para a discussão que faz sobre território: nem todos os autores que usa como referência (alguns na bibliografia) condizem com a abordagem cultural que o candidato pretende dar a seu trabalho. Considero o projeto bem elaborado no geral, com ajustes necessários para garantir que seus objetivos possam ser alcançados”.*

*Avaliador II:* *“Bom projeto com algumas deficiências sanáveis”.*

Tendo em vista tais resultados, até o momento da elaboração do presente relatório, este trabalho de pesquisa não contou com nenhum tipo de financiamento. Todavia, os apontamentos realizados pelos avaliadores também serviram como contribuições para o aprofundamento teórico e metodológico do projeto, visando ao aperfeiçoamento do trabalho de pesquisa

## **2.5. Elaboração de artigo para publicação em livro**

Conforme mencionado no item 2.3. *Participação em grupo de estudos*, o grupo formado pelos orientandos da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Ester Rossini, no âmbito do projeto “Gênero e as novas dinâmicas territoriais do século XXI”, tem se reunido periodicamente para discutir e organizar a publicação de um livro, que será composto por artigos escritos a partir dos resultados parciais ou finais das pesquisas individuais de cada aluno. Nesse projeto, minha participação tem consistido na elaboração de um artigo intitulado “*Quilombos, direitos territoriais e luta pela terra: Estudo de caso da Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP)*”, que está sendo lido e revisado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elisa Pinheiro de Freitas, além da leitura e revisão do artigo intitulado “*A Macro-Região Canavieira do Centro-Sul do Brasil*”, de autoria do aluno de Doutorado Mateus de Almeida Prado Sampaio.

## **2.6. Trabalhos de Campo**

Desde o ingresso na pós-graduação, já foram realizados dezesseis trabalhos de campo e visitas informais à comunidade Cafundó, oito em 2012 e oito em 2013, conforme descrevemos brevemente a seguir. Ressalto novamente que o interesse neste tema de pesquisa surgiu a partir do contato direto com a comunidade, que teve início em março de 2012, e não a partir de um trabalho de reflexão teórica exclusivamente acadêmica, a ser confrontada posteriormente com a pesquisa de campo. Escolhi primeiro o lugar concreto de realização de campo, para depois sair em busca dos fundamentos teóricos e metodológicos que embasam o trabalho no momento atual. Por isso também o recorte espacial escolhido na pesquisa é o território pertencente à comunidade Cafundó, embora a leitura que estamos realizando exija a ampliação do olhar para além da comunidade, tanto no tempo como no espaço.

### **2.6.1. Observações de campo**

#### 2012

Março: primeira visita à comunidade, de caráter informal.

07 de julho: caminhada para reconhecimento dos sistemas produtivos (hortas e estufas) e nascentes de água. Devido ao falecimento do Sr. Adauto, então um dos líderes da comunidade, nesse dia não realizamos entrevistas e conversamos pouco com as pessoas da comunidade.

22 de julho: Sr. Marcos e Sr. Juvenil, duas lideranças da comunidade, nos levaram para conhecer a gleba D, que seria titulada pelo INCRA no dia 02 de agosto de 2012. Essa área encontra-se ocupada por uma plantação de eucalipto e uma mineradora de areia. No capítulo dedicado aos resultados parciais da pesquisa, falaremos sobre essa área com maior detalhe.

02 de agosto: nesse dia, acompanhei a solenidade de entrega do Título de Concessão de Uso e Domínio da gleba D, para a associação comunitária, realizada no barracão comunitário pelo Superintendente do INCRA, na presença de outras autoridades federais, estaduais e municipais. Registramos o evento em formato audiovisual.

01 de setembro: reunião para apresentação do Projeto de Pesquisa para as lideranças comunitárias e entrevista com D. Regina, liderança comunitária, sobre a produção e comercialização do artesanato produzido pelas mulheres do Cafundó.

11 de novembro: procurei esclarecer novamente as lideranças comunitárias a respeito das finalidades da pesquisa. Acompanhei o trabalho dos agricultores em uma das estufas onde cultivam verduras para comercialização e na lavoura de mandioca, colhendo informações sobre as técnicas de produção e as formas de comercialização. Sr. Marcos, presidente da associação comunitária, nos mostrou um açude que havia sido aberto recentemente, próximo ao brejo. Ele relatou ainda alguns conflitos presentes na comunidade e falou sobre os eventos dos quais estavam participando algumas mulheres quilombolas naquele dia. Deixei com Sr. Marcos alguns folhetos explicativos sobre tratamento ecológico de efluentes e implantação de sistemas agroflorestais.

24 de novembro: nesse dia houve uma festa na comunidade – “*Feijoada Cultural*” – em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, com a presença da *Casa Cultura Tainã*, de Campinas. O evento foi registrado em formato audiovisual.

26 e 27 de novembro: A partir do diálogo estabelecido com algumas lideranças, durante a “*Feijoada Cultural*” ocorrida no sábado, 24/11, os objetivos principais do trabalho de campo foram acompanhar uma reunião realizada pelas lideranças, na segunda-feira (26/11) a partir das 19h00, para discutir o projeto proposto pela OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) Iniciativa Verde, cujo objetivo é promover o reflorestamento na comunidade, voltado para a recuperação de nascentes e cursos d’água, associado com a implantação de Sistemas Agroflorestais e a recuperação de áreas degradadas; e outra reunião agendada para a manhã do dia seguinte com técnicos do ITESP e da OSCIP Iniciativa Verde, para a apresentação do projeto e sua discussão com representantes da comunidade. As duas reuniões foram sistematizadas em um relatório de campo, que utilizamos de base para a síntese aqui apresentada.

### Trabalhos de campo extras (realizados em outros locais)

19 a 21/10/12: Trabalho de campo no Vale do Ribeira – “*Comunidades Quilombolas, Agroecologia e Cooperativas*”, no âmbito da disciplina de Pós-Graduação FLG 5082 Campesinato, Anarquismo e Agricultura, ministrada pela Profª Drª Valéria de Marcos no segundo semestre de 2012 e acompanhando a turma de alunos da disciplina de Graduação FLG 0566 – Geografia Agrária II. Visitamos as comunidades quilombolas “Ribeirão Grande/Terra Seca”, “Cedro” e “Reginaldo” no município de Barra do Turvo-SP.

15 a 18/11/12: Trabalho de campo – “*Práticas de Cooperação Camponesa*”, no âmbito da disciplina de Pós-Graduação FLG 5082 Campesinato, Anarquismo e Agricultura, ministrada pela Profª Drª Valéria de Marcos no segundo semestre de 2012 e acompanhando a turma de alunos da disciplina de Graduação FLG 0566 – Geografia Agrária II. Tivemos contato com cooperativas organizadas em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Itapeva e Itararé; o uso comum das terras nos faxinais de Mandirituba-PR; e cooperativas de camponeses nos municípios de Sete Barras-SP e Juquiá-SP.

### 2013

21 de abril: Retomei a aproximação com a comunidade, por meio de conversas informais e de questionamentos sobre os preparativos para a festa da Santa Cruz, realizada em 11 de maio.

11 de maio: festa da Santa Cruz, festividade tradicional que ocorre na comunidade, segundo os moradores, desde a doação das terras aos antepassados ex-escravos, há aproximadamente 150 anos. Na ocasião, entrevistei informalmente uma moradora e realizei alguns registros audiovisuais.

15 de junho: Durante a manhã participei de um mutirão realizado pelos moradores para limpeza de um aceiro<sup>6</sup> paralelo à plantação de eucalipto situada dentro do território da comunidade. Após o almoço, entrevistamos duas lideranças da associação comunitária a respeito da organização da festa da Santa Cruz. Após as entrevistas, a pedido dos entrevistados, os auxiliei na elaboração de uma *Solicitação de Implantação de Infra-Estrutura Produtiva*, que foi encaminhada para o INCRA.

22 de junho: Durante a manhã, participamos da continuação do mutirão iniciado em 15/06. Durante a tarde, entrevistamos uma integrante da associação comunitária sobre a sua participação na 3ª Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, com apoio do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) realizada em Campinas.

---

<sup>6</sup> “Aceiro – faixa sem vegetação que divide um povoamento florestal ou uma lavoura, de modo a evitar a propagação de incêndios ou pragas” (ORMOND, 2006: 11).

29 de junho: Durante a manhã, participamos do término do mutirão de limpeza do aceiro paralelo à estrada Salto de Pirapora-Sarapuí. Na parte da tarde, tivemos acesso ao Estatuto da Associação Comunitária, cuja análise será fundamental ao cumprimento dos objetivos definidos no projeto.

16 de julho: Durante a manhã, participamos de uma reunião realizada na comunidade, entre as lideranças, técnicos do ITESP e representantes da ONG *Iniciativa Verde*, para discussão e planejamento de um projeto de reflorestamento e implantação de Sistemas Agroflorestais no Cafundó, que contará com recursos da empresa *Petrobrás* para custeio dos materiais e remuneração dos moradores pelos dias de trabalho. Após a reunião, participamos de uma caminhada realizada pelo grupo em uma das glebas do quilombo, para identificação de possíveis áreas para implantação do projeto. Na parte da tarde, a partir de uma conversa informal iniciou-se uma discussão com algumas lideranças a respeito do Estatuto da Associação Comunitária.

08 a 12 de outubro: este foi o trabalho de campo mais extenso realizado até o momento e que proporcionou um importante avanço para o projeto de pesquisa. Foram entrevistados quatro moradores, além da gravação de uma conversa entre o representante da associação comunitária e um assessor de uma deputada federal, em visita à comunidade, e o registro audiovisual da gravação de uma reportagem de televisão feita na comunidade. A entrevista com o presidente da associação comunitária foi de grande importância para entender a situação fundiária, ambiental e os impasses ainda existentes na parcela do território que recebeu a titulação; a entrevista com Sr. Juvenil, irmão do presidente, permitiu o resgate da memória relacionada a forma como se davam as festas e celebrações comunitárias no passado. As entrevistas com outros moradores revelaram aspectos importantes da produção doméstica em hortas e pomares e da produção do artesanato pelo grupo de mulheres artesãs. Ao acompanhar a reportagem realizada pela TV TEM, afiliada da Rede Globo, no dia 11/10, ficou claro o processo de “invasão cultural” e tentativa de produção de um espetáculo midiático, bastante descolado da realidade observada na comunidade. Outro momento importante foi a festa do dia das crianças, no dia 12/10, feita com o apoio de um grupo espírita de Sorocaba, que há cinco anos mantém uma relação de grande proximidade com os moradores do Cafundó.

09 de novembro: nessa visita, levei duas colegas da pós-graduação, um estudante de Letras da Faculdade UNIESP e uma representante do assentamento Milton Santos (MST), acompanhada por um estudante francês que realizava intercâmbio, para conhecer a comunidade. Porém, devido a problemas de comunicação, encontramos somente Sr. Marcos, presidente da associação, e seu irmão Sr. Juvenil, além de um antigo amigo dos mesmos, que não pertence à comunidade, uma vez que os demais representantes da comunidade haviam saído para participar de uma exposição do artesanato do Cafundó em Sorocaba.

## **2.7. Atuação profissional como Professor de Ensino Fundamental II e Ensino Médio**

Uma vez que, até o momento da elaboração deste Relatório de Qualificação, não obtive nenhum tipo de bolsa para o financiamento da pesquisa, permaneci trabalhando com professor de educação básica, necessitando conciliar o trabalho e a pesquisa, o que já corresponde a mais da metade do tempo previsto para o programa de mestrado. Isso com certeza tem resultado em prejuízos para o trabalho de pesquisa, pois este e a tarefa docente exigem ampla dedicação, caso se queira manter um grau de excelência a altura da formação universitária adquirida e da formação de pesquisadores pela Universidade, por meio do PPGH.

O trabalho docente, a partir do momento em que passou a ser conciliado com o trabalho de pesquisador, têm constituído uma subtração de um tempo valioso, que poderia ser utilizado em leituras, elaboração de fichamentos, resenhas, pesquisas de campo, sistematizações, participação em eventos acadêmicos e técnicos e na elaboração de textos para a publicação. A oportunidade de realizar todas essas atividades, que enriqueceriam grandemente a experiência e o currículo acadêmicos, tem sido seriamente prejudicada pela necessidade de dedicar grande parte do tempo ao trabalho docente, que não possui vínculo com o tema da pesquisa e também exige grande dedicação. Mesmo assim, foram realizados os maiores esforços possíveis para dar continuidade à pesquisa, sempre buscando acompanhar o padrão de excelência acadêmica, por meio do aprofundamento teórico e do contato com outros pesquisadores, mesmo que isso tenha implicado, algumas vezes, em prejuízos para a atividade docente. A seguir, descrevo brevemente as atividades docentes realizadas desde o ingresso na pós-graduação.

- Professor de Ensino Fundamental II – Prefeitura Municipal de Mairinque – Escola Municipal Neuza Maria Bertoncello, bairro Moreiras. Carga horária: 29 horas semanais. Ingresso: 12/02/2010 através de concurso público. Exoneração: 03/06/2013, para fins de dedicação ao curso de pós-graduação.
- Professor de Ensino Médio – Centro Paula Souza – Escola Técnica Estadual (ETEC) de Mairinque. Carga horária: 4 horas semanais. Ingresso: 25/02/2013, através de processo seletivo (Prova Didática) para contratação temporária por 18 meses. Vínculo mantido até o presente.

Quadro Síntese da sobreposição das atividades acadêmicas com o trabalho docente até o momento do Exame de Qualificação

	2012			2013						2014		
Bimestre	IV	V	VI	I	I	III	IV	V	VI	I	II	III
Realização do curso de Pós-Graduação												
Trabalho como Professor de Ensino Fundamental II (carga horária: 29 horas semanais)												
Trabalho como Professor de Ensino Médio (carga horária: 4 horas semanais)												

## 2.8. Atividades de Extensão Universitária

- Divulgação do Programa Embaixadores da USP, promovido pela Pró-Reitoria de Graduação da USP, na ETEC de Mairinque. Data: 05/08/13. Público alvo: 120 alunos de três turmas de Ensino Médio. Duração: 1h30.

## 2.9. Participação em Concursos Públicos

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Edital N° 02/2013 – Concurso Público destinado à seleção de candidatos ao provimento de vagas para o cargo de Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas A I, da carreira de Suporte Técnico em Produção e Análise de Informações Geográficas e Estatísticas, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Edital N° 06/2013 – Processo Seletivo Simplificado mediante contrato com a Fundação Cesgranrio. O Processo Seletivo Simplificado é destinado a selecionar candidatos para contratação temporária de pessoal para a realização de pesquisas econômicas e sociodemográficas, para a composição do Censo do IBGE



### **3. AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO**

O ingresso na pós-graduação pode ser considerado um “divisor de águas” na formação acadêmica do estudante. Nessa nova fase, o pós-graduando é levado a um processo de aprofundamento dos referenciais teóricos e do método empregado na pesquisa, ao mesmo tempo em que todos os seus esforços intelectuais, no âmbito acadêmico, passam a ser direcionados para um recorte específico da realidade, correspondente ao tema da pesquisa, ao objeto de estudo.

Todo esse processo representa uma oportunidade de aperfeiçoamento intelectual e pessoal. Temos que dar conta de uma pesada carga de leituras teóricas, da sua compreensão e síntese, da pesquisa de dados, da realização de pesquisas de campo e da redação, seja de trabalhos finais das disciplinas cursadas, de artigos para publicação, do Relatório de Qualificação e, ao final do processo, da Dissertação de Mestrado, constituindo uma contribuição ao entendimento teórico da realidade sobre a qual se debruça. E todas essas tarefas devem ser cumpridas dentro dos prazos exigidos, além de serem conciliadas com as demais urgências da vida profissional e pessoal.

O ambiente acadêmico tem favorecido de forma muito rica meu crescimento intelectual, ao proporcionar o contato e a troca de experiências e conhecimentos com outros alunos de pós-graduação, de graduação e com os professores. Nesse aspecto, as disciplinas realizadas tiveram enorme importância, pois além dos conteúdos e autores com os quais se trabalhou, elas proporcionaram o contato com alunos de pós-graduação que estudam realidades semelhantes às do meu recorte, com base em referenciais teóricos que tem contribuído grandemente para o avanço deste trabalho de pesquisa.

Por sua vez, a excelência das disciplinas e dos (as) docentes ministrantes ficou mais que comprovada, através das discussões teóricas, referências bibliográficas e temas abordados nas aulas, o que tem sido imprescindível ao avanço da pesquisa, à permanente revisão crítica dos seus referenciais teóricos e metodológicos, à redação deste Relatório e, em breve, para a redação da Dissertação.

Tenho também muito a agradecer à minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosa Ester Rossini, primeiramente por ter acreditado nesta proposta de pesquisa, aceitando orientá-la, e na minha capacidade de realizá-la com êxito e competência dentro dos prazos estabelecidos. Suas críticas e questionamentos, rigorosos, mas sempre construtivos, aumentaram o teor de desafio colocado pelo trabalho de pesquisa e ao mesmo tempo

têm contribuído de forma imprescindível para o aperfeiçoamento da leitura da realidade estudada, contextualizando a realidade local do Quilombo Cafundó dentro do entendimento mais amplo da realidade brasileira e da discussão teórica da Geografia. Sem dúvida, sua orientação neste trabalho ficará marcada em sua longa história acadêmica e na minha, que apenas se inicia.

A participação nas atividades do Laboplan também tem sido fundamental no caminhar da pesquisa, por constituir um ambiente muito profícuo ao debate acadêmico. Particularmente, o grupo composto pelos orientandos da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Ester Rossini, desde a Iniciação Científica até o Pós-Doutorado, tem se caracterizado por uma grande união e solicitude, na leitura e nas contribuições aos trabalhos dos colegas. A maioria tem oferecido valiosas contribuições ao aprimoramento deste trabalho de pesquisa, complementando assim o papel exercido pela orientadora<sup>7</sup>.

Todavia, se a realidade acadêmica oferece suas oportunidades, essa primeira etapa do curso de Mestrado revelou também suas sérias contradições. Contradições postas entre a excelência do curso e o nível de exigência sobre os alunos, de um lado, e a precariedade do acesso ao financiamento à pesquisa, através de bolsas, por outro lado. Conforme já relatado na Descrição das Atividades, ao longo dos mais de três semestres já transcorridos do curso, não obtive nenhum tipo de bolsa ou auxílio para a realização da pesquisa, o que tem representado uma séria limitação ao seu desenvolvimento.

O financiamento é necessário para que o aluno possa se dedicar integralmente à pesquisa, realizar pesquisas de campo, participar de congressos, adquirir livros e os equipamentos necessários, dentre outras necessidades. A falta de financiamento contribui assim para o empobrecimento dos trabalhos de pesquisa, prejudicando tanto alunos, professores e todo o programa de pós-graduação. A escassa disponibilidade de bolsas de pesquisa é ainda um dado alarmante no Departamento de Geografia, no qual, segundo a Secretaria de Pós-Graduação, haverá a disponibilidade somente de oito bolsas de Mestrado ao longo de 2014, enquanto vinte e três alunos participaram do processo seletivo para obtenção de bolsas. Diante desse quadro, é possível afirmar que grande parte dos alunos do PPGGH, talvez a maioria, acabe tendo que fazer suas pesquisas sem financiamento, conciliando vida acadêmica e trabalho. Tal realidade tem me trazido um sentimento de frustração e desvalorização acadêmica, pois todo o trabalho feito até o

---

<sup>7</sup> Dentre esses colegas, também orientandos da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Ester Rossini, os que mais têm contribuído são Elisa Pinheiro de Freitas, pós-doutoranda, e os doutorandos Aline Lima Santos e Mateus de Almeida Prado Sampaio.

momento teve que ser custeado com recursos próprios e conciliado com o trabalho remunerado em outra instituição.

Por outro lado, os aspectos positivos, mencionados no início desta avaliação da experiência acadêmica, assim como o compromisso social e político com os sujeitos que fazem parte da pesquisa, o compromisso teórico com o tema, escolhido de forma independente, e os resultados já alcançados, são motivações permanentes para que se siga em frente e se conclua o trabalho com êxito e dignidade.

## **SEGUNDA PARTE**

### **PROJETO DE PESQUISA**

# **QUILOMBO CAFUNDÓ (SALTO DE PIRAPORA-SP): DIREITOS TERRITORIAIS, USO DA TERRA E HERANÇA CULTURAL DO LUGAR.**

## **1. INTRODUÇÃO**

A escravidão negra consistiu em um dos fatos que mais marcaram a história e a organização da sociedade brasileira, uma vez que ao longo de mais de três séculos – do último quartel do século XVI até a abolição da escravidão em 1888 – representou a base de sustentação do sistema de exploração colonial, baseado na exportação de produtos agrícolas tropicais e minérios, e estabeleceu desde os primórdios a desigualdade social e racial entre, de um lado, aqueles que eram os detentores de terras, poderes e privilégios, e do outro as levas de africanos trazidos forçadamente para o trabalho em cativeiro, assim como os brancos e mestiços desprovidos dos meios de produção.

Embora o trabalho compulsório e a economia colonial façam parte do passado brasileiro, algumas de suas conseqüências sociais, econômicas e territoriais ainda podem ser constatadas hoje em dia: as atividades agroexportadoras que resultam na/da concentração de terra e capital, a continuidade de um processo tardio de industrialização – marcado pela dependência tecnológica e do capital provenientes dos países capitalistas ditos avançados ou centrais – e um dos maiores índices mundiais de desigualdade social e econômica.

Nesse aspecto, as principais abordagens historiográficas convergem. Para citar apenas dois exemplos, em seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, escrito em 1942, Caio Prado Jr. afirmava que a economia do país ainda possuía raízes coloniais, marcadas pela produção extensiva destinada aos mercados do exterior e pela articulação frágil do mercado interno. “Salvo em alguns setores do país, ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado cunho colonial” (PRADO JR., 1994: 11), escreveu o autor, enquanto para Viotti da Costa (1998)

As marcas que nos ficaram como um legado do regime servil e que transcenderam sua época chegando até nós imprimiram aspectos peculiares à nossa sociedade. A concentração de negros e mestiços, os problemas de sua marginalidade, a questão do preconceito racial, as dificuldades para integração e adaptação dos descendentes de escravos, os baixos níveis

culturais da grande maioria, certos aspectos do comportamento do branco, tudo isso deriva do passado próximo cujo conhecimento é essencial para a compreensão de fenômenos atuais (VIOTTI DA COSTA, 1998: 17).

Por essas razões, entendemos que a abordagem histórica pode oferecer significativa contribuição para o tema da pesquisa, nos auxiliando na compreensão do atual arranjo da economia, da sociedade e da (re) produção do espaço brasileiro. Ao incorporar a abordagem histórica, realizamos uma revisão bibliográfica relacionada à formação do Brasil colonial, ao papel da escravidão na produção cafeeira paulista e ao processo de transição para o trabalho livre.

Tal revisão tem como propósito o entendimento das principais causas do estabelecimento e da permanência por tempo prolongado – em comparação com outras ex-colônias do continente americano – da escravidão, enquanto forma de sujeição do trabalho à produção capitalista, o que constituiu a causa principal do surgimento das comunidades quilombolas atualmente existentes no Brasil.

Por outro lado, buscamos também compreender alguns fatores e conseqüências da transição do regime de trabalho cativo para o livre, também com base na revisão histórica sobre a cafeicultura paulista, tendo sempre como referência a inserção e as relações da economia cafeeira na/com o restante da economia nacional e mundial. O caso da cafeicultura foi tomado como exemplo pelo fato de, no período de transição da escravidão para o trabalho livre, compreendido entre 1850 e 1888, a exportação de café representar a principal atividade geradora de riquezas e concentração de capital no país<sup>8</sup>.

Com base nos autores de referência, adotamos a perspectiva dialética, na qual as particularidades locais do modo de produção capitalista são ao mesmo tempo condicionadas e condicionantes da totalidade do modo de produção, em sua concretude histórica. Nessa abordagem, entendemos também que tanto as particularidades como a totalidade do modo de produção capitalista possuem contradições que, como mostram os exemplos históricos, sempre tiveram como conseqüência profundas transformações econômicas, sociais e políticas, causadoras de grandes modificações nas formas de organizar o trabalho, a produção e as formas de distribuição dos seus resultados.

Dentre esses exemplos históricos, o que mais nos interessa é o da escravidão, que sendo contraditória com o estabelecimento de formas mais avançadas de produção

---

<sup>8</sup> Para Viotti da Costa (1998), “a história do Brasil é vista a partir de uma perspectiva que transcende as fronteiras nacionais, embora não considere os processos internos mero reflexo do que se passa na cena internacional, pois que as condições internas e internacionais são relacionadas *dialeticamente* e não de forma mecânica” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 29. Grifo nosso).

capitalista e com o desenvolvimento das forças produtivas, serviu aos interesses de uma etapa do desenvolvimento capitalista, mas teria de ser oficialmente extinta mais cedo ou mais tarde, em razão da própria necessidade de estabelecer formas mais avançadas de produção capitalista, baseada na exploração da mais-valia através do trabalho assalariado<sup>9</sup>.

O propósito de compreender as origens das comunidades quilombolas, presentes no território brasileiro nos dias atuais justifica a ênfase na história em seus diversos aspectos. Nosso esforço de realização de uma abordagem histórica, embora ainda incompleto, tem sido útil para a contextualização das origens da comunidade estudada, como parte da luta e da resistência dos oprimidos – os escravos – pela liberdade.

Este trabalho de pesquisa tem seu objeto de estudo focado nas relações entre as comunidades quilombolas e os territórios ocupados, tomando como estudo de caso a comunidade remanescente de Quilombo denominada Cafundó, localizada em Salto de Pirapora, município vizinho a Sorocaba, no interior do Estado de São Paulo.

Procuramos incorporar a discussão, iniciada a partir dos debates realizados no âmbito da Antropologia e da História, que tem resultado na ampliação do conceito de quilombo, para além do binômio fuga-resistência. As concepções antropológicas e históricas de quilombo, anteriores a tais debates, entendiam essas formações territoriais unicamente como reminiscências do passado, originadas a partir da fuga de escravos e da criação de núcleos de resistência e luta pela liberdade.

A partir da ampliação do conceito de quilombo, o mesmo passa a abranger não somente as comunidades diretamente originadas a partir da fuga de escravos, mas também aquelas surgidas a partir da ocupação de terras devolutas por escravos libertos e das doações de terras de antigos senhores aos escravos libertos. Esse conceito ampliado de quilombo tem colaborado para o entendimento da gênese da apropriação do território pela comunidade estudada, assim como do seu reconhecimento oficial como comunidade remanescente de quilombo.

---

<sup>9</sup> “(...) a escravidão foi uma instituição integrante do sistema colonial característico da fase de acumulação primitiva e mercantil do capital e da formação do Estado moderno na Europa ocidental (séculos XV e XIX). A escravidão teria entrado em crise, quando, com o desenvolvimento do capitalismo, o Estado absolutista e a política mercantilista foram repudiados. A acumulação capitalista, a revolução nos meios de transporte e no sistema de produção, assim como o crescimento da população na Europa e a crescente divisão do trabalho acarretaram a expansão do mercado internacional, tornando impossível a manutenção dos quadros rígidos do sistema colonial tradicional. A partir das novas condições, a escravidão tornou-se um sistema de trabalho cada vez mais inoperante” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 29-30).

Originada na segunda metade do século XIX, a partir de uma doação de terras a uma parentela de escravos libertos, a comunidade do bairro Cafundó presenciou, sofreu e resistiu, desde as primeiras gerações até anos recentes, ao processo de grilagem e expropriação das suas terras, conduzido por fazendeiros vizinhos. A luta e a resistência dos que permaneceram no Cafundó resultou no reconhecimento da comunidade pelo Estado, através dos seus órgãos responsáveis pela regularização fundiária – o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). O Quilombo Cafundó conquistou o reconhecimento enquanto *Comunidade Remanescente de Quilombo* e a demarcação das suas terras, parte das quais foi titulada.

No presente, a comunidade enfrenta alguns dilemas, decorrentes da dinâmica social e populacional desencadeada ao longo da sua história, que interfere na capacidade de organização comunitária; das precárias condições da assistência técnica governamental que, garantida por lei, é um direito que deveria ser assegurado pelo Estado aos quilombos; dos usos capitalistas da terra introduzidos no processo de grilagem; e da perda de diversos elementos da cultura tradicional a partir da sucessão das gerações e na ampliação dos contatos com o mundo urbano-industrial.

Este trabalho de pesquisa pretende analisar – a partir do entendimento do processo de luta de uma comunidade negra rural pela permanência em seu território – as formas como se dão o trabalho e a inserção produtiva dos quilombolas, tanto através de atividades diretamente relacionadas às terras conquistadas, como é o caso da agricultura, do artesanato, do repasse de recursos de uma mineradora e do manejo de uma área de eucalipto, existentes dentro dos limites do território quilombola, como através de empregos externos à comunidade. Ao nos debruçarmos sobre a organização comunitária, o trabalho e a cultura, os desdobramentos da pesquisa nos conduzem também à abordagem das questões de gênero e do riquíssimo patrimônio cultural, material e imaterial, presente na comunidade.

No que se refere à Segunda Parte deste Relatório de Qualificação, o Capítulo 2 apresenta os sentidos históricos e econômicos, além das conseqüências demográficas, da implantação da escravidão no Brasil colonial, no contexto da expansão do capitalismo comercial a partir do século XVI, baseado na sujeição da produção ao comércio (MARTINS, 1998) e no modelo agroexportador, introduzido no Brasil com base no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo (PRADO JR., 1994). A seguir,



procuramos estabelecer as relações entre a escravidão e a expansão da cafeicultura em São Paulo e os fatores estruturais que levaram ao fim da escravidão e à transição para o trabalho livre, considerando as particularidades da região sorocabana, na qual se encontra a comunidade estudada, em comparação às regiões historicamente marcadas pela expansão cafeeira a partir da segunda metade do século XIX.

No Capítulo 3 tratamos dos principais fatores que originaram as comunidades quilombolas reconhecidas na atualidade, considerando a ampliação do conceito de quilombo ocorrida a partir do debate antropológico e historiográfico. Em seguida, procuramos sintetizar o sistema normativo voltado para a garantia do reconhecimento e da permanência dos territórios quilombolas para, na seção seguinte, apresentar a situação das comunidades quilombolas, no que diz respeito ao reconhecimento e à titulação, no Brasil e no Estado de São Paulo.

O Capítulo 4 procura apresentar a importância do reconhecimento e da preservação dos territórios quilombolas, enquanto patrimônio cultural, frente às ameaças impostas aos seus direitos territoriais, o que reforça e justifica a importância do envolvimento da pesquisa em Geografia com a temática. Neste capítulo buscamos também apresentar, embora ainda de forma incompleta, os principais aspectos do debate teórico em torno das concepções de território e espaço geográfico, no âmbito da Geografia, como fundamentação da abordagem da temática dos territórios quilombolas, de maneira geral e no caso particular que tratamos na pesquisa.

No Capítulo 5, apresentamos alguns aspectos do amplo e complexo debate teórico relacionado ao campesinato brasileiro, procurando estabelecer as suas relações e contribuições com a temática dos quilombos, o que tem permitido enriquecer a discussão conceitual.

No Capítulo 6, procuramos explicitar os objetivos da pesquisa e os referenciais metodológicos adotados no trabalho de campo, inspirados na pesquisa participante e baseados na abordagem qualitativa e na observação participante

O Capítulo 7 contém o Sumário Preliminar de Redação, no qual procuramos explicitar como será redigido cada um dos capítulos da Dissertação de Mestrado, indicando as leituras que serão realizadas para cada capítulo. Com isso, é nosso propósito demonstrar a viabilidade da conclusão do projeto de pesquisa de acordo com o nosso cronograma (Capítulo 8 deste Relatório) e respeitando os prazos exigidos.

Na Terceira Parte apresentamos nosso estudo de caso, realizado na comunidade quilombola Cafundó, a partir de entrevistas feitas, até o momento presente, com as lideranças comunitárias. Após tratarmos brevemente das origens da comunidade e do contexto sócio-espacial do seu entorno, analisamos os processos de conquista, uso e apropriação do território pelos quilombolas, abordando as questões do manejo da área de eucalipto e da presença de uma mineradora, dentro dos limites da comunidade, e também da prática da agricultura. Ao final do capítulo, tratamos ainda dos principais aspectos culturais da comunidade e da sua transformação nos anos mais recentes.

## **2. TEMPO E ESPAÇO NO BRASIL COLÔNIA: A ESCRAVIDÃO E A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE EM SÃO PAULO**

Consolidado como Estado nacional, a partir do século XV, Portugal se torna uma nação marítima, com interesses voltados principalmente para a navegação no Oceano Atlântico. Essa natureza marítima da nação foi favorecida pela posição geográfica, a mais próxima do oceano dentre todos os países do continente, vantagem que foi importante na circunavegação do continente africano, no qual estabelece possessões coloniais e feitorias em pontos estratégicos, que consistiam em instalações fortificadas, voltadas para a exploração comercial. Dentre as mercadorias exploradas através das feitorias, o tráfico de seres humanos, para serem submetidos à escravidão, despontava como uma atividade lucrativa já no início do século XVI. Portugal já ensaiara a escravidão no século XV, por meio da captura de prisioneiros nas guerras de reconquista da Península Ibérica aos mouros (PRADO JR., 1994).

A ocupação e o povoamento do território que constituiria o Brasil representaram uma etapa da constituição do mundo moderno, caracterizado pela expansão do domínio europeu sobre a maior parte do mundo então conhecido. “A colonização portuguesa na América não é um fato isolado (...). É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo” (PRADO JR., 1994: 20).

A expansão marítima dos países da Europa após o século XV se originou das empresas comerciais realizadas pelos navegadores dos países europeus que mais precocemente despontaram como potências marítimas, resultado do desenvolvimento do comércio europeu até o século XIV. Esse comércio, envolvendo principalmente as cidades italianas e holandesas, exigia uma ligação entre o mar Mediterrâneo e mar do Norte, a qual era feita por terra, cruzando os Alpes suíços. Com o desenvolvimento da navegação marítima a partir do século XIV, a passagem pelo estreito de Gibraltar torna-se a princípio uma rota alternativa, até se tornar a principal, em substituição à anterior. Essa mudança causou um deslocamento no eixo econômico do continente, da sua porção central para os países voltados para o Atlântico, incluindo a Península Ibérica. Este deslocamento foi um fator importante para a expansão européia ultramarina e a projeção de Portugal como nação marítima e colonial (PRADO JR., 1994).

No início da expansão marítima, o objetivo principal das nações pioneiras – primeiramente Portugal e Espanha e mais tarde Inglaterra, França e Holanda – era

encontrar um caminho alternativo para as índias, onde interessava o acesso ao comércio de especiarias, cuja rota, passando pela península arábica, era monopólio das cidades italianas e dos árabes. Todas as nações que participaram da expansão marítima procuravam no continente americano uma passagem que ligasse o Atlântico ao Pacífico. Embora a passagem não tenha sido nunca encontrada, as explorações serviram para o reconhecimento de várias partes do continente – como o rio da Prata no sul e o rio São Lourenço no norte, assim como o México e as Antilhas – que seriam colonizadas e exploradas em um momento posterior. Sendo assim, a idéia de povoar o novo continente não ocorre inicialmente a nenhum dos países da Europa<sup>10</sup> (PRADO JR., 1994).

No início do século XVI, as potências marítimas européias não estavam em condições de promover o povoamento da América com população branca, uma vez que a sua população era bastante reduzida. Redução provocada pelas epidemias, conhecidas como “pestes”, ocorridas nos séculos XIV e XV. Por outro lado, havia uma necessidade geopolítica de se apropriar do continente recém-descoberto, o que já no século XVI tornou-se motivo de disputas entre os países<sup>11</sup>. Em tais condições, o estabelecimento de feitorias comerciais foi a solução adotada por Portugal e Espanha nas primeiras décadas do século XVI, inicialmente para a exploração de produtos extraídos diretamente da natureza, como as madeiras. A ideia de povoar surge dos interesses comerciais. Por isso pode-se afirmar que nessa fase da empresa colonial a produção é subordinada ao comércio (PRADO JR., 1994).

Em razão das condições climáticas diferentes das da Europa, a América tropical oferecia aos interesses colonizadores a possibilidade de produzir gêneros agrícolas inexistentes na Europa. A maioria desses produtos agrícolas foi importada para a América de outros continentes, onde existissem condições climáticas semelhantes, permitindo a adaptação. Foi o caso da cana-de-açúcar, originária da Índia; e do algodão e do café, trazidos mais tarde do continente africano. Visto que os portugueses não haviam encontrado no continente recém-descoberto os metais preciosos e as especiarias,

---

<sup>10</sup> “Assim, era explicável que Portugal envolvido com o domínio – em alguns casos em expansão e noutros não ainda solidificado – de vários circuitos de alta rentabilidade deixasse as possessões americanas como um todo (e, entre elas, as terras brasileiras) num plano secundário da geopolítica da Coroa e do capital mercantil com ela associado na empresa ultramarina. Pois é o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é América” (MORAES, 2000: 290).

<sup>11</sup> “Observa-se que o móvel da instalação era especificamente geopolítico, a exploração econômica aparecendo como um instrumento e uma necessidade deste” (MORAES, 2000: 299).

surge o interesse na produção agrícola, de produtos tropicais, destinada à exportação e a agricultura se torna a principal atividade econômica do Brasil colonial<sup>12</sup>.

A imigração portuguesa, embora reduzida, era bastante diversificada, incluindo desde fidalgos, que vinham ocupar cargos administrativos, até indivíduos das classes mais humildes. Quando não se dedicavam à administração ou às profissões liberais, os portugueses dedicavam-se principalmente ao comércio, concentrando-se demograficamente nos centros urbanos. Além da imigração espontânea, o governo português promoveu nos séculos XVII e XVIII a imigração de grupos familiares, originários do arquipélago atlântico dos Açores, para a ocupação estratégica da porção sul da colônia, correspondente aos atuais estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com base na agricultura de subsistência e na pequena propriedade, concedendo-se várias formas de auxílio aos colonos. A colonização pelos açorianos também se realizou no Pará, porém em menor proporção (PRADO JR., 1994).

A escassez de mão-de-obra em número suficiente para promover a colonização, em decorrência da reduzida população portuguesa<sup>13</sup>, é apontada por Prado Jr. (1994) como um dos fatores responsáveis pela organização econômica colonial baseada na grande propriedade senhorial e no trabalho escravo, primeiramente dos nativos<sup>14</sup> e no momento seguinte, dos africanos<sup>15</sup>. Além disso, o tráfico negreiro proporcionava vultosos lucros para a burguesia comercial metropolitana, enquanto no Brasil movimentava outras atividades econômicas, como a produção de fumo no recôncavo baiano e de aguardente em praticamente todas as regiões canavieiras (costa oriental do

---

<sup>12</sup> “Novamente era a experiência insular que balizava o caminho, apontando a ampla lucratividade do plantio da cana-de-açúcar. E se pode aventar que todas as tentativas de instalação recorreram de início à agricultura açucareira” (MORAES, 2000: 300).

<sup>13</sup> “Em 1732, o Conselho Ultramarino lança o seu alarme: ‘por este modo se despovoará o reino’. Até meados do século encontramos mais nove textos legais que procuram criar embaraços à emigração” (PRADO JR., 1994: 88).

<sup>14</sup> “O estabelecimento de uma atividade agrícola atuou como complicador nas relações entre os portugueses e os indígenas. Essa atividade demandava uma regularidade e um ritmo distinto daquele em que se processava o escambo. Por isso, junto com os latifúndios e a monocultura da cana espalhou-se a escravidão dos índios” (MORAES, 2000: 304).

<sup>15</sup> “Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a que pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis, e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do século XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do século XV para seus domínios no norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros. Nada havia portanto que provocasse no reino uma êxodo da população” (PRADO JR., 1994: 30).

Nordeste e parte do litoral do Rio de Janeiro e São Paulo), produtos que, além de abastecer o mercado interno, eram utilizados como moeda de troca no escambo com os traficantes de negros. A escravidão negra constituiu-se assim como um elemento fundamental da colonização, o fez do Brasil o principal destino do tráfico negreiro (PRADO JR., 1994). A escravidão negra não ficou restrita ao território colonial português, ocorrendo também na maior parte do continente americano<sup>16</sup> (ANJOS, 2006).

Ao longo dos mais de trezentos anos de vigência do sistema escravista<sup>17</sup>, o Brasil recebeu a migração forçada de milhões de africanos de várias etnias<sup>18</sup>. O número preciso de negros entrados no Brasil, durante todo o período de vigência do trabalho servil é uma questão controversa, dada a imprecisão das estatísticas da época colonial. Anjos (2006: 24-25) afirma que o número de negros traficados no período foi de aproximadamente quatro milhões, equivalente a quase 40% dos mais de 10.207.000 seres humanos traficados de diversas regiões da África, entre os séculos XVII e XIX. Prado Jr. (1994), por sua vez, fornece cifras de cinco a seis de milhões de indivíduos introduzidos compulsoriamente no período. O gráfico da página seguinte permite a comparação da quantidade de escravos africanos introduzidos no Brasil, em relação às demais regiões do mundo onde existiu a escravidão colonial.

A implantação sistemática da escravidão negra na América colonial, a partir do século XVII, contextualiza-se no seio do desenvolvimento do capitalismo, em sua fase comercial ou mercantilista, com base no controle das potências européias sobre um “comércio triangular” realizado entre a Europa, a África e a América. O “comércio triangular”, marcado pela dominação política e econômica das metrópoles sobre as colônias, consistia na captura e tráfico de negros para serem exportados para as colônias americanas; na exportação de minérios e produtos agrícolas das colônias para a metrópole; e na exportação de artigos manufaturados da metrópole para as colônias. Nesse sistema, o comércio de escravos se apresentava como uma das atividades mais

---

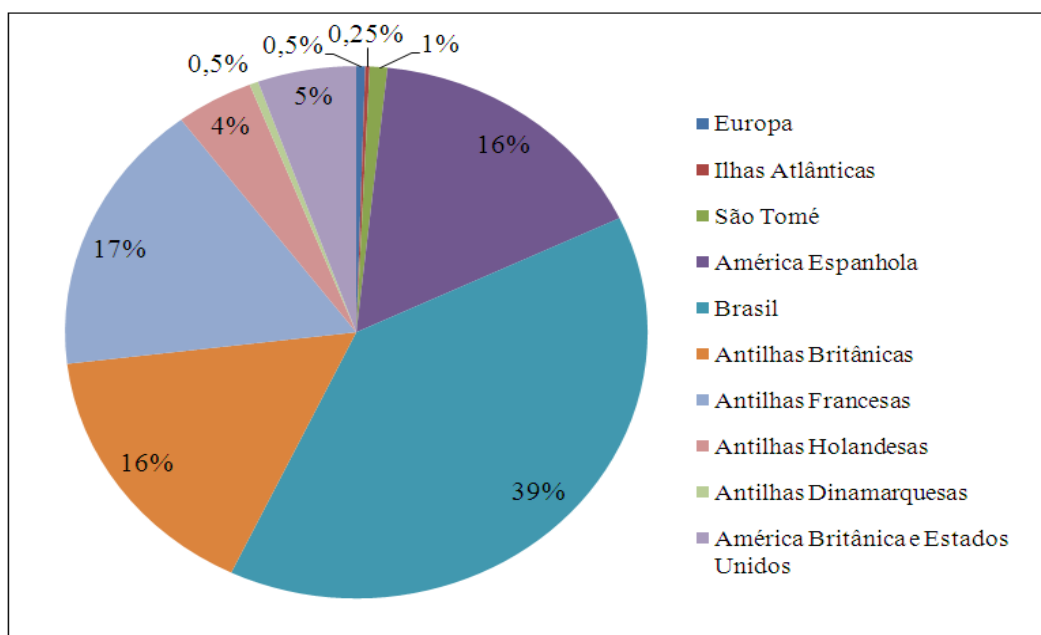
<sup>16</sup> “Ao lado da empresa comercial e do regime de grande propriedade, acrescentemos um terceiro elemento: o trabalho compulsório. Também nesse aspecto, a regra será comum a toda a América Latina, ainda que com variações. Diferentes formas de trabalho compulsório predominaram na América espanhola, enquanto uma delas – a escravidão – foi dominante no Brasil” (FAUSTO, 2008: 48).

<sup>17</sup> Moraes (2000) indica referências segundo as quais os primeiros desembarques de escravos africanos no Brasil deram-se entre 1560 e 1580.

<sup>18</sup> “Os primeiros negros trazidos para o Brasil, no século XVII, vinham da costa ocidental da África. Mais tarde vieram também da costa oriental, e de outras regiões da África onde habitavam grupos étnicos com línguas e sistemas culturais distintos, capturados e enviados ao tráfico negreiro” (ANDRADE & TATTO, 2013: 12).

lucrativas, comparável à exploração de minérios e produtos tropicais<sup>19</sup> (ANJOS, 2006; PRADO JR., 1994).

**GRÁFICO 1 – Estimativa dos povos africanos desembarcados nos principais portos de diferentes regiões do mundo – séculos XV a XIX**



Fonte: ANJOS, 2006: 25. Organização: GOMES, André Luís.

De acordo com Kowarick (1994), durante a vigência da escravidão a imigração forçada de africanos para o Brasil teve reflexos na constituição da população: “Estimou-se que, em 1798, a população brasileira tinha 2.998.000 habitantes, dos quais 53% eram escravos, 13% negros e mulatos libertos e 34% brancos” (KOWARICK, 1994: 33). Por sua vez, Prado Jr. (1994) afirma que “A notável participação do elemento negro na população brasileira se exprime por números elevados: só os escravos constituíam um terço da população total, segundo os dados mais prováveis para os primeiros anos do século XIX” (PRADO JR., 1994: 107).

As maiores concentrações de negros ocorriam nas regiões de grande atividade econômica, nas quais eram introduzidos como trabalhadores cativos. “É assim que se concentra nos grandes núcleos agrícolas do litoral: no Maranhão, no extremo-nordeste,

<sup>19</sup> “Não eram somente a terra e suas riquezas que interessavam aos povos europeus. Seres humanos eram necessários aos colonizadores, para o cultivo e a exploração das minas. O tráfico de escravos da África para a América foi, durante três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades dos negociantes europeus (...). Do continente europeu chegavam produtos alimentícios como azeite, queijos, vinhos, farinha de trigo, bacalhau e produtos manufaturados, como ferramentas e tecidos. Do Brasil exportavam-se couro, tabaco, madeira, farinha de mandioca, aguardente, derivados de baleia, açúcar, diamantes e ouro” (ANJOS, 2006: 24).

no recôncavo baiano, no Rio de Janeiro. Assim também nos centros mineradores do interior: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso” (PRADO JR., 1994: 112).

A escravidão foi introduzida no Brasil colonial por Portugal em razão dos enormes lucros do comércio de escravos e da ampla disponibilidade de terras. O interesse de Portugal era realizar uma colonização de exploração, baseada na grande propriedade agroexportadora, objetivando a acumulação primitiva de capital para o tesouro do reino e da burguesia nacional em ascensão. Outra razão que explica a adoção do trabalho escravo consiste na ampla disponibilidade de terras então existente, que teria a tendência a favorecer o povoamento, a pequena propriedade, a produção de subsistência e voltada para o mercado interno, o que não era o interesse de Portugal. Segundo Fausto, “dada a disponibilidade de terras, (...) não seria fácil manter trabalhadores assalariados nas grandes propriedades. Eles poderiam tentar a vida de outra forma, criando problemas para o fluxo de mão-de-obra para a empresa mercantil” (FAUSTO, 2008: 48).

A expansão capitalista dos centros metropolitanos, baseada na acumulação primitiva de capital, pressupunha uma exploração permanente, um grande contingente de mão-de-obra e a concentração de recursos produtivos. De acordo com essa lógica, deveriam ser reduzidos ao mínimo os custos da empresa colonial com mão-de-obra, com o propósito de intensificar a acumulação, o que tornaria o trabalho livre inviável para o sistema colonial<sup>20</sup>.

Nos primórdios da colonização, os portugueses realizaram tentativas de submeter as populações indígenas ao trabalho escravo. Essas tentativas fracassaram devido a um conjunto de fatores, dentre eles o de que “os indígenas tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e ainda mais compulsório, como pretendido pelos europeus” (FAUSTO, 2008: 49).

---

<sup>20</sup> Nesse contexto, segundo Kowarick (1994), “o trabalho cativo foi sistematicamente imposto pela metrópole, porque não se mostrava possível forjar um contingente que vendesse sua força de trabalho a preços compensadores ao empreendimento colonial, pois os homens livres tinham acesso a uma gleba de terra para prover, mesmo de forma marginal, sua própria subsistência. O assalariamento em massa mostrar-se-ia inviável, não porque inexistisse uma população expropriada. (...) o assalariamento mostrou-se inviável, porque esse contingente de indivíduos pobres poderia usar sua liberdade para reproduzir-se autonomamente, em vez de se transformar em mercadoria para a empresa colonial. (...) Dessa forma, tornava-se inviável a submissão da mão-de-obra livre, pois, para afastá-la da economia de subsistência, seria necessário atribuir-lhe vantagens materiais incompatíveis com a dinâmica inerente ao empreendimento colonial, que só poderia estruturar-se na superexploração do trabalho (KOWARICK, 1994: 21).



Enquanto motivações da opção dos colonizadores pelo escravo africano, devemos também levar em consideração a “catástrofe demográfica”, que significou a liquidação de milhares de índios, por meio da disseminação de epidemias (sarampo, varíola, gripe), a partir do contato com os brancos<sup>21</sup>; a melhor adaptação dos africanos ao tipo de trabalho imposto pelos portugueses;<sup>22</sup> e a possibilidade de obtenção de enormes lucros com o tráfico de africanos<sup>23</sup> (FAUSTO, 2008).

A colonização portuguesa, desde os seus primórdios, impôs aos nativos o trabalho compulsório. Por outro lado, os interesses econômicos coloniais acabavam entrando em conflito com a missão religiosa da Igreja, que, por meio da Ordem Jesuíta, tinha como propósito a expansão da fé no novo continente. “O jesuíta agia muitas vezes em contradição manifesta não só com os interesses particulares e imediatos dos colonos, o que é matéria pacífica, mas com os da própria metrópole e de sua política colonial” (PRADO JR., 1994: 91-92).

Para Portugal, que não possuía braços disponíveis em número suficiente, interessava incorporar o índio na colonização. As atividades da Companhia de Jesus iam contra tais objetivos, pois promoviam o isolamento dos índios nas aldeias jesuíticas, impedindo inclusive o aprendizado do português, para evitar os contatos com os colonos brancos<sup>24</sup>. As atividades dos jesuítas se fizeram mais presentes nas regiões onde

---

<sup>21</sup> “Vale salientar que a força de trabalho envolvida na montagem de todo esse sistema foi o escravo indígena, e por isso as sociedades autóctones conheceram aí rápido decréscimo populacional, o que levou essa região a experimentar as pioneiras entradas maciças de africanos, exatamente no período enfocado” (MORAES, 2000: 311-312).

<sup>22</sup> “Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena” (FAUSTO, 2008: 50-51). Todavia, “Seria errôneo pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. Os quilombos, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial” (FAUSTO, 2008: 52).

<sup>23</sup> Sobre esse último aspecto, Kowarick (1994) e Martins (1998), interpretam de forma semelhante a preferência dos colonizadores pelos escravos de origem africana: O primeiro afirma que “é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial e não o contrário” (KOWARICK, 1994: 22), enquanto Martins defende a tese de que “*A produção fundada no trabalho escravo resultou do comércio de escravos e não o contrário*. Daí que o tráfico de escravos negros tenha se constituído no ponto nuclear e sensível da escravidão. *A economia colonial poderia, pois, ser redefinida como o regime em que a produção é subjugada pelo comércio*, dado que não só o produto do trabalho, mas o próprio trabalhador é objeto de comércio – isto é, a forma da produção colonial é determinada pela sujeição ao comércio metropolitano, o que define a singularidade da exploração da força de trabalho, como trabalho escravo, simultaneamente ausente da produção metropolitana” (MARTINS, 1998: 121).

<sup>24</sup> Por outro lado, “As ordens religiosas, solícitas em defender o índio, foram as primeiras a aceitar, a promover mesmo a escravidão africana, a fim de que os colonos, necessitados de escravos, lhes deixassem livres os movimentos no setor indígena” (PRADO JR., 1994: 276).

sofreram menos impedimentos, como Amazônia e o extremo sul. “À escravidão sumária e exploração brutal do índio pelo colono o jesuíta opôs o segregamento, o isolamento dele” (PRADO JR., 1994: 93).

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, por ordem do Marquês do Pombal, a situação das aldeias piorou muito. No caso da Amazônia, contribuíram para o despovoamento e a decadência das aldeias o recrutamento dos indígenas pelas comissões demarcadoras das fronteiras coloniais e para o trabalho nas obras públicas; as epidemias; o recrutamento como remadores nas expedições direcionadas para o Mato Grosso (PRADO JR., 1994). O rápido extermínio dos indígenas chegou a causar preocupações por parte da Coroa, não por razões humanitárias e sim porque “para o governo real, os índios eram valiosos para dar aos portugueses uma vantagem numérica na luta contra outros índios” (MORAES, 2000: 314). Posteriormente, os indígenas seriam considerados súditos da Coroa, o que não impediu que, com frequência e por razões amparadas pela lei, voltassem periodicamente a ser escravizados. Predominantemente, continuavam sendo escravizados nas regiões de mais baixo nível econômico, que não comportavam o preço elevado do escravo africano.

Ao mesmo tempo em que atendia aos propósitos da acumulação primitiva de capital para a metrópole, a opção pela mão-de-obra escrava de origem africana representava uma contradição ao pleno desenvolvimento do capitalismo. Isso porque o escravo, ao invés de representar para o fazendeiro a possibilidade de lucro através da extração de mais-valia, equivalia a um capital imobilizado, renda capitalizada transformada em força de trabalho (MARTINS, 1998) que tinha custos de reprodução (alimentação, vestuário, moradia, etc.) com os quais o fazendeiro deveria arcar e, além disso, se deteriorava e desvalorizava ao longo do tempo, forçando o fazendeiro a imobilizar mais capital, através do investimento na compra de novos escravos, ao invés de investir em inovações no processo produtivo, que poderiam levar ao aumento dos lucros.

Todavia, considerando-se que o tipo colonização ocorrida no Brasil foi imposta pela metrópole, a contradição se explica pelo fato de que tal sistema de exploração interessava não ao desenvolvimento do capitalismo na colônia e sim à acumulação metropolitana<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> “A forma de estruturação do sistema colonial só poderia levar à enorme estreiteza e rigidez do sistema produtivo. (...) o sistema colonial impedia o surgimento de circuitos econômicos internos, na medida em

Desse modo, a geração de enormes somas de excedentes pela colônia não significava que eles fossem aplicados no desenvolvimento de suas forças produtivas, pois a maior parte era escoada para a metrópole, o que se agravava pela desigualdade existente entre o valor da produção metropolitana e o da produção colonial. Além disso, “a concentração de recursos para a produção de artigos tropicais, apoiada no trabalho escravo, deixaria atrofiadas as atividades que não operassem em estreita conexão com a dinâmica desse instável e excludente setor exportador” (KOWARICK, 1994: 26-27). Por essas razões, o Brasil se tornaria no século XIX uma nação “independente”, mas como uma economia interna pouco estruturada e quase totalmente dependente do mercado internacional<sup>26</sup>. Conforme Moraes (2000), “uma obra de conquista havia sido realizada” (MORAES, 2000: 328).

## **2.1. A expansão da cafeicultura em São Paulo com base no trabalho escravo**

Apesar de a comunidade estudada situar-se na região de Sorocaba, que não foi marcada pela cafeicultura, trataremos das relações entre a expansão da cafeicultura e a escravidão, por entendermos que a cafeicultura, ao se tornar a principal atividade econômica paulista a partir do século XIX, passou a representar o maior mercado consumidor de escravos do país, o que torna sua compreensão importante para entendermos os sentidos da escravidão e do seu declínio. Em seguida, trataremos brevemente de algumas especificidades relacionadas à inserção de Sorocaba na divisão do territorial trabalho, na província de São Paulo, suas relações com a expansão cafeeira e a presença da força de trabalho escrava.

A produção de café em larga escala, voltada para a exportação, teve início no final do século XVIII na província do Rio de Janeiro, estendendo-se pelo Vale do Paraíba em direção a São Paulo e pelo norte em direção ao Espírito Santo. “A proximidade do porto do Rio de Janeiro, apesar de o transporte ser precário, facilitava o

---

que eles entravam em conflito com os interesses da burguesia mercantil metropolitana. Não se trata, dessa perspectiva, de diversificar a economia, mas de fortalecer a produção de artigos tropicais que impulsionassem a acumulação metropolitana” (KOWARICK, 1994: 24).

<sup>26</sup> “Mesmo com o fim do Pacto Colonial, a proclamação da Independência e a introdução do café, mercadoria de enorme potencialidade quanto à criação de excedente, a sociedade brasileira do século XIX iria reproduzir o trabalho escravo como forma essencial de levar adiante o processo produtivo” (KOWARICK, 1994: 28-29).

escoamento do produto e os contatos para a obtenção de crédito, a compra de mercadorias, etc.” (FAUSTO, 2008: 186).

A expansão cafeeira, sobretudo na primeira metade do século XIX, conservou as características da economia colonial: produção de um produto tropical de exportação, com base no latifúndio, no trabalho escravo e em técnicas de cultivo extensivas e predatórias. O modo de apropriação das terras pelos grandes fazendeiros seguiu um padrão herdado do passado colonial, em que predominava a indefinição dos limites e dos títulos de propriedade e a expulsão violenta de posseiros e pequenos proprietários por fazendeiros. “Em um quadro desse tipo, prevaleceu a lei do mais forte. O mais forte era quem reunia condições para manter-se na terra, desalojar posseiros destituídos de recursos, contratar bons advogados, influenciar juízes e legalizar assim a posse das terras” (FAUSTO, 2008: 187).

No início da cafeicultura voltada para exportação, os recursos necessários para a abertura das fazendas, a derrubada da mata, o preparo da terra, o plantio, as instalações necessárias e a compra de escravos, foram provenientes da acumulação proporcionada pela expansão do comércio, após a vinda de D. João VI e sua corte para o Brasil em 1808. Com a expansão da cafeicultura, os recursos para a abertura de novas fazendas de café passaram a ser gerados pela própria atividade (FAUSTO, 2008).

A expansão das fazendas, primeiramente no Vale do Paraíba e mais tarde no Oeste paulista, foi impulsionada pela demanda crescente do mercado internacional, representado principalmente pelos Estados Unidos e pelos países da Europa Ocidental. Ao longo do século XIX, com o aumento constante da demanda do mercado externo, o café se tornaria o principal produto de exportação do Brasil, ultrapassando gêneros como o açúcar e o algodão. Essa demanda crescente seria também o motor que impulsionaria o avanço da cafeicultura na província de São Paulo<sup>27</sup>.

A expansão da cafeicultura era feita de forma predatória, pois a incorporação do solo para plantio de café se dava através do desmatamento e da queimada da vegetação nativa. Nos primeiros anos após a abertura das fazendas, o solo apresentava grande fertilidade e proporcionava colheitas volumosas. Todavia, em poucos anos a fertilidade

---

<sup>27</sup> “O centro dinâmico deixa de ser a estagnada economia açucareira do Nordeste de desloca-se para o Centro-Sul com a introdução do café, inicialmente para o Vale do Paraíba e nas décadas finais do século XIX para a região Oeste da Província de São Paulo. No Vale do Paraíba, começa a expandir-se a partir de 1820, atingindo o apogeu pela metade do século. O predomínio naquela região vai até 1880, quando a produção do Oeste paulista e a exportação efetuada pelo porto de Santos tornam-se hegemônicas” (KOWARICK, 1994: 36)

apresentava sinais de esgotamento, causando a diminuição da produção, pois não eram empregadas técnicas de cultivo voltadas para a conservação dos solos, o que deixava a produção dependente da fertilidade natural do solo, que rapidamente se esgotava. Em um contexto de abundância de terras disponíveis em direção ao oeste, a solução encontrada por muitos fazendeiros era a conquista de novas terras para a abertura de fazendas, por meio da expulsão de indígenas e posseiros.

O crescimento da agricultura, de modo geral, se dava de forma quantitativa e não qualitativa: no início do século XIX ainda se empregavam os mesmos métodos predatórios que datavam do início da colonização. O progresso técnico era praticamente inexistente na agricultura. Além da queimada, técnica aprendida com os indígenas, mas aplicada em escala predatória pelos colonos, outra forma de pressão sobre os recursos florestais era o consumo de madeira, principalmente pelos engenhos de açúcar, que permaneciam atrasados em relação às colônias inglesas, francesas e holandesas, nas quais já se utilizava o bagaço da cana como combustível (PRADO JR., 1994). “A falta de lenha é uma das causas mais comuns do abandono de engenhos: é o que informam os testemunhos da época” (PRADO JR., 1994: 136).

Nos processos de cultivo não se verificava nenhum avanço voltado para a conservação do solo. Em virtude da total separação entre agricultura e pecuária, não se utilizava o esterco animal para repor a fertilidade do solo. Nem mesmo o bagaço da cana era utilizado como adubação, sendo queimado sem nenhum tipo de aproveitamento. A agricultura colonial de exportação, além de impor o latifúndio e o trabalho escravo, era altamente predatória dos recursos naturais. Quando se esgotavam totalmente os recursos, procuravam-se áreas novas, deixando para trás o rastro de abandono e destruição. As técnicas de irrigação e drenagem também eram praticamente desconhecidas (PRADO JR., 1994). “De instrumentos agrícolas não se conhecia mais que a enxada” (PRADO JR., 1994: 137).

Tudo isso resultava na baixa produtividade da agricultura brasileira e na esterilização quase completa de áreas extensas. A principal causa de tal estado de coisas não residia na incapacidade do colono, mas na organização geral do sistema, voltado explicitamente para a exploração predatória dos recursos da colônia, com base no latifúndio e no trabalho escravo, unicamente para o enriquecimento comercial da metrópole (PRADO JR., 1994).

De modo semelhante às técnicas de cultivo e conservação do solo, os processos de beneficiamento, armazenamento e transporte do café até os centros exportadores eram bastante precários e de baixa produtividade. Todo o trabalho de beneficiamento era feito de forma manual e com o uso de técnicas rudimentares, como a bateção com varas e com uso do monjolo (engenhoca movida por força hidráulica). Na primeira metade do século XIX ainda não existiam as ferrovias no Brasil e o transporte do café até os portos era realizado precariamente por tropas de burros ou de bois.

Esse sistema rudimentar de escoamento provocava enormes perdas na produção, pela deterioração do produto em decorrência da exposição às intempéries, durante os longos períodos de tempo gastos no transporte. Além dessas perdas, o transporte do café por animais mobilizava um grande número de escravos, que eram desviados do trabalho nas fazendas, tornando necessárias maiores imobilizações de capitais através da compra de mais escravos, ao invés de se realizarem investimentos em melhorias no processo produtivo.

Cabe lembrar que a precariedade dos caminhos que ligavam as fazendas aos portos provocava também a perda de muitos animais, além das cargas transportadas, aumentando os prejuízos. A situação das vias de transporte era precária tanto no vale do Paraíba paulista e fluminense, como no caminho que ligava o planalto paulista ao porto de Santos – e se repetiria no oeste paulista até a abertura das ferrovias – tornando o preço do frete maior que o do produto. Dada a precariedade dos meios de transporte, que provocava perdas de parte da carga e dos animais que as transportavam, as despesas de transporte chegavam a mais da terça parte do valor do café (VIOTTI DA COSTA, 1998: 218).

Ao atraso nas técnicas de produção, beneficiamento e armazenamento do café, assim como dos meios de transporte, somava-se a persistência da ordem escravocrata, que impunha sérias limitações quanto à possibilidade de expansão e diversificação econômica. Tais limitações decorriam das volumosas imobilizações de capital realizadas na compra de escravos, das dificuldades impostas pela escravidão à especialização do trabalho e ao aumento da produtividade, e da degradação das relações

de trabalho, que criava sérios problemas ao emprego nas fazendas do trabalhador livre, tanto o nacional como posteriormente os imigrantes<sup>28</sup> (KOWARICK, 1994).

Conforme já mencionamos, a concentração regional dos escravos, ao longo da história do Brasil, se deu de acordo com a sucessão espacial e temporal dos ciclos econômicos e as correspondentes mudanças dos centros dinâmicos da economia. Até o século XVII, as maiores concentrações da população escrava se davam nas áreas açucareiras do Nordeste; durante o século XVIII, as maiores concentrações passam a ocorrer nas áreas de exploração aurífera e diamantífera de Minas Gerais. “Foi o café o grande responsável pelo aumento do número de escravos e pela modificação das estatísticas. São Paulo passará, com o Rio e Minas a deter, em 1887, 50% da população escrava do país” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 69).

Mesmo entre o conjunto das áreas cafeeiras, havia variações significativas na concentração de escravos, sendo que as regiões de maior produção concentravam as maiores proporções de escravos em relação ao total da população. O aumento da população escrava acompanhava a expansão das fazendas de café para as áreas novas, do mesmo modo que a sua redução ocorria de acordo com a queda da produção e a decadência das áreas cafeeiras mais antigas, que levava os proprietários a venderem seus escravos, ou a se deslocarem com eles para áreas novas, de maior fertilidade natural. “Fica assim demonstrada a importância representada pela lavoura cafeeira no século XIX na fixação e no ritmo de crescimento da população escrava na Província de São Paulo” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 101).

Embora representassem enormes despesas para a fazenda<sup>29</sup>, os escravos continuaram sendo preferidos pelos fazendeiros, antes da proibição do tráfico negreiro em 1850, pois os lucros obtidos com a venda do café possibilitavam a compra de mais escravos, ao mesmo tempo em que a incessante abertura de novas fazendas e o enorme aumento da produção exigiam cada vez mais braços para a lavoura. É importante considerar que a preferência pelo escravo como solução para o problema da mão-de-

---

<sup>28</sup> “Ao repor o trabalho compulsório, a fazenda cafeeira limitaria a maturação das forças produtivas, porque descartava o elemento essencial ao pleno deslanchar do processo de acumulação capitalista: em vez de comprar força de trabalho, continuaria adquirindo trabalhadores” (KOWARICK, 1994: 39).

<sup>29</sup> “O escravo representava uma despesa permanente, era preciso alimentá-lo, ele adoecia, era preciso tratá-lo, fugia às vezes, mas entre o que se gastava com o escravo e o que se lucrava havia ainda uma margem compensadora. Podia-se comprimir até o mínimo vital às suas necessidades. Seu nível de vida era ditado pelo interesse do senhor. E o mais importante é que representava sempre um capital empatado e negociável. O escravo era, além de tudo, mercadoria: mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida ou alugada, possuindo, assim, um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria” (VIOTTI DA COSTA, 1998:72).

obra, até as vésperas da Abolição, estava ligada não somente a razões econômicas, mas também sociais e ideológicas.

A economia colonial havia deixado como herança, além do latifúndio e da *plantation*, a mentalidade senhorial e escravista, que influenciava não apenas o comportamento dos fazendeiros, mas também, de maneira inversa, o do trabalhador livre. Para este, trabalhar na fazenda significaria a redução à condição de escravo, pois no modelo econômico colonial de exportação, havia somente duas classes, os senhores brancos e os escravos negros, enquanto a massa de livres permanecia marginalizada do trabalho regular nas fazendas (KOWARICK, 1994).

“Para abandonar a subsistência autônoma e ingressar no trabalho disciplinado e regular das grandes plantações, seria necessário oferecer aos livres vantagens materiais para que trocassem a alternativa de vida marginal e errante, mas livre, pelo trabalho organizado” (KOWARICK, 1994: 42). Por outro lado, a ordem escravocrata estava de tal modo arraigada nas relações sociais de produção, que fazia com que os senhores encarassem os trabalhadores livres e pobres de forma semelhante aos escravos e o tratamento dado aos livres reproduzisse o cativo, quanto à violência, à intolerância e ao autoritarismo dos senhores, e à lealdade, obediência e subalternidade que os mesmos exigiam dos trabalhadores.

As causas de tal situação dizem respeito à própria organização da sociedade colonial, que deixou à margem da economia e sem alternativas de ocupação a maioria da população livre, empurrada para a ociosidade e o crime. Situação que se agravava pela instabilidade da economia e da produção brasileira, marcada pela sucessão de ciclos de prosperidade e ruína (PRADO JR., 1994).

A economia colonial forjou relações sociais de produção em que a única forma de conseguir braços para o trabalho regular e disciplinado, seria por meio da escravidão. Em um contexto em que os homens livres poderiam garantir seu sustento, mesmo que em níveis mínimos e próximos da miséria e do pauperismo, por meio das culturas de subsistência, da caça, da pesca e da coleta, o que era favorecido pela ampla disponibilidade de terras desocupadas, o emprego do trabalhador livre nacional, dentro das condições forjadas pela ordem escravocrata, não constituía uma alternativa para as exigências de mão-de-obra da monocultura cafeeira<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> As citações a seguir resumem respectivamente a visão que os trabalhadores livres nacionais tinham do trabalho nas fazendas, e a visão dos fazendeiros sobre os primeiros: “Na medida em que as relações de



Para o homem livre que não fosse grande proprietário ou senhor de engenho, sobravam poucas ocupações, como feitor e mestre de engenho; as funções públicas, o ofício militar (ou paramilitar), as profissões liberais e o comércio. Porém, “o comércio é privilégio dos ‘renóis’, os nascidos no reino” (PRADO JR., 1994: 279). O trabalho de caboclos e caipiras livres geralmente era utilizado nas tarefas mais difíceis, como a derrubada da mata, o preparo da terra e o plantio do café, do qual o trato e a colheita seriam realizados posteriormente pelos escravos.

Na formação da fazenda não se utilizava a mão-de-obra escrava, por envolver tarefas mais penosas e difíceis, que poderiam comprometer o capital imobilizado no escravo e também porque a formação dos cafezais levava de 4 a 6 anos, exigindo “grandes imobilizações de capital se o trabalho tivesse que ser inteiramente executado por escravos. Por isso, o trabalho cativo ficava, preferencialmente, restrito ao trato do cafezal e à colheita do café, tarefas inadiáveis, mas de retorno econômico rápido” (MARTINS, 1998: 70).

Segundo MARTINS (1998), o capital representado pelas fazendas de café tinha uma origem não-capitalista, baseada em relações não-capitalistas, como a produção de gêneros de subsistência pelos próprios trabalhadores livres, no processo de plantio e formação dos cafezais, enquanto a quantia paga em dinheiro aos trabalhadores pela formação da fazenda era pequena, em comparação ao preço alcançado por cada pé de café, quando a fazenda fosse vendida, ou ao preço do café comercializado.

A origem não-capitalista do capital cafeeiro ficou mais evidente após a abolição do trabalho escravo, pois “se no regime escravista os recursos investidos na compra de escravos representavam a parcela principal do capital da fazenda, no regime de trabalho

---

produção fossem marcadas pelos rigores e horrores imperantes no regime de trabalho escravo, nada mais natural que a população livre encarasse o trabalho como alternativa mais degradada da existência. Os livres transformaram-se em ralé, antes de se submeterem às modalidades de exploração, cujo paradigma estava alicerçado nos grilhões e chibatas das senzalas. Antes a sobrevivência autônoma, numa espécie de economia natural de subsistência, do que a sujeição a regras de obediência e disciplina, nas quais prevalece um arbítrio, que está contaminado pelo uso e abuso inerente ao cativo: ‘Trabalhar na fazenda, na situação de camarada, era o mesmo que aceitar sua redução à condição de escravo’ (VIOTTI DA COSTA, 1966:128). “A seu turno, como o parâmetro que os senhores tinham do trabalho era pautado na escravidão, do qual os livres procuravam de todas as maneiras escapar, cristalizar-se-ia a percepção de que eram os menos desejáveis: eram vistos como verdadeiros ‘vadios’, imprestáveis para o trabalho” (KOWARICK, 1994: 43). “Além disso, aceitar o trabalho livre era abdicar de uma parcela de autoridade profundamente arraigada na mentalidade senhorial. Era colocar-se nas mãos do trabalhador. Era ter que ouvir suas pretensões e cedo ou tarde medir-se com ele, quem sabe até numa situação de inferioridade. Isso seria para o senhor uma inversão da ‘ordem natural’. (...) Além de quê, possuir escravos conferia ao indivíduo posição social. Sabe-se de senhores que colecionavam escravos como colecionavam fazendas. Pelo prazer de sentirem-se importantes e de serem apontados pela coletividade como pessoas de relevo e projeção” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 72).

livre a parcela principal passou a se constituir do cafezal. Esse capital tinha, pois, uma clara procedência não-capitalista” (MARTINS, 1998: 74).

## **2.2. A crise do trabalho escravo e as primeiras experiências de trabalho livre na cafeicultura**

A produção com base no trabalho escravo começa a entrar em crise no Brasil ainda durante a primeira metade do século XIX, crise que culmina na proibição oficial do tráfico negreiro em 1850, pela Lei Eusébio de Queirós. Para entender a crise e a extinção do tráfico, devemos levar em conta fatores externos – a pressão internacional pelo fim da escravidão no Brasil, principalmente por parte da Inglaterra – e internos, como a superabundância de escravos na década de 1840 e as divergências existentes entre os setores das classes dominantes.

A Inglaterra pressionava pelo fim do tráfico desde a fuga de D. João VI para o Brasil em 1808, como parte das obrigações devidas pelo monarca português à Inglaterra, em decorrência do auxílio concedido para a sua fuga, pela marinha britânica. Desde a realização do Congresso de Viena (1815), a pressão britânica levou à proibição do tráfico ao norte do Equador (VIOTTI DA COSTA, 1998). “Navios ingleses percorriam os mares, pilhando e apresando barcos que transportavam negros ou eram suspeitos de se ocuparem desse comércio. Conseguira, desde 1817, o direito de visita em alto-mar a esses navios” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 75). Os ingleses pressionavam o Brasil a abolir a escravidão devido aos interesses de expansão do mercado consumidor para os seus produtos industrializados, o que, entre outros fatores, dependeria da consolidação do trabalho assalariado nos países recém-independentes do continente americano.

A Inglaterra condicionou o reconhecimento da independência do Brasil (1822) à assinatura de um tratado, pelo qual o país deveria se comprometer a extinguir o tráfico negreiro até 1830, que a partir de então seria punido como pirataria (VIOTTI DA COSTA, 1998). “Enquanto nos tratados políticos a nação se comprometia a fazer cessar o tráfico, o interesse da lavoura exigia, cada vez mais, mão-de-obra escrava abundante, e o tráfico se intensificava” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 76). “São várias as razões pelas quais os grupos dominantes se apegavam ao trabalho escravo. Destaquemos, entre

elas, o fato de que não havia ainda uma alternativa viável ao trabalhador cativo na grande propriedade” (FAUSTO, 2008: 194).

Durante a primeira metade do século XIX, a pressão inglesa se manifestava pela interceptação, pilhagem e prisão de embarcações suspeitas de serem utilizadas no tráfico, chegando até mesmo à invasão de águas territoriais brasileiras e à ameaça de bloqueio dos principais portos do país. Por outro lado, a intransigência dos ingleses acirrava o sentimento nacionalista, principalmente nas classes dominantes ligadas ao comércio de escravos e à cafeicultura que, tentando impor seus próprios interesses como sendo os interesses da nação, classificavam as ações da Inglaterra como um desrespeito à soberania brasileira. Além disso, faziam-se acusações de que os próprios ingleses mantinham escravos em suas colônias e em companhias mineradoras instaladas no Brasil. Mesmo com a pressão dos ingleses, o tráfico prosseguia, com o apoio das oligarquias agrárias e de parte significativa da sociedade brasileira<sup>31</sup> (VIOTTI DA COSTA, 1998).

Em resposta à lentidão e ineficiência do governo brasileiro em fazer valer a proibição do tráfico, a Inglaterra radicaliza a pressão, aprovando o Bill Aberdeen, que “autorizou a marinha inglesa a tratar os navios negreiros como navios de piratas, com direito à sua apreensão e julgamento dos envolvidos pelos tribunais ingleses” (FAUSTO, 2008: 195). A sociedade começava a se dividir com relação à questão da proibição do tráfico, entre outros motivos, pelo fato de muitos fazendeiros terem hipotecado suas fazendas como garantia de pagamento aos traficantes de escravos, os maiores interessados na manutenção desse tipo de comércio<sup>32</sup> (VIOTTI DA COSTA, 1998).

---

<sup>31</sup> “A perseguição aos negreiros não conseguira, até 1845, reprimir o tráfico. (...) o número de escravos entrados no Brasil a partir de 1840, em resposta à demanda de braços para a lavoura cafeeira, aumentou gradualmente. (...) A partir de 1845, o número de escravos entrados quase triplicava como que a desafiar as medidas de repressão levadas adiante pela Inglaterra. Se, de 1840 a 1845, a média fora, como vimos, de vinte a trinta mil escravos por ano, a partir de 1845, sobe a mais de cinquenta mil (1846 – 50.324; 1847 – 56.172; 1848 – 60.000 e 1849 – 54.000)” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 79; 81).

<sup>32</sup> “O empolgamento da questão pelo jogo político partidário, a pressão britânica, o recrudescimento da vigilância nos mares pela marinha inglesa, o fato de setores mais ou menos extensos estarem momentaneamente abastecidos de escravos, criaram as condições que serviram de base para que se resolvesse definitivamente a questão do tráfico. Foi assim que a câmara dos deputados, reformando e emendando em julho de 1850 o projeto do senado nº 133 de 1837 sobre a repressão ao tráfico de africanos, acabará por votar, em 4 de setembro, a lei nº 581. Por essa lei foi determinado que as embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos ou havendo-os desembarcado, seriam apreendidas pelas autoridades ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas

Mesmo após a aprovação da Lei nº 581 em 1850, proibindo o tráfico negreiro, o mesmo prosseguiu ainda por alguns anos, devido às dificuldades de repressão à importação ilegal de africanos, até ser completamente extinto<sup>33</sup>, fazendo surgir o problema do abastecimento de mão-de-obra para as fazendas, para o qual havia três alternativas possíveis: a importação, para as regiões cafeeiras, de escravos provenientes de outras regiões, cuja economia estivesse em decadência, como era o caso das áreas açucareiras nordestinas; o emprego da mão-de-obra livre nacional; a imigração estrangeira (VIOTTI DA COSTA, 1998).

Durante o período que se sucedeu imediatamente à cessação do tráfico, a primeira opção foi a escolhida: importavam-se escravos de outras províncias, principalmente do Nordeste, para as principais regiões cafeeiras<sup>34</sup>. Todavia, essa medida resolveria o problema somente em curto prazo, uma vez que o preço dos escravos aumentava constantemente, tornando cada vez mais difícil a sua aquisição.

Além do fim do tráfico, outro fator de elevação do preço dos escravos era representado pela Lei do Ventre Livre (1871), que impossibilitava a reprodução da população escrava. “A partir da Lei do Ventre Livre, o envelhecimento progressivo da escravaria tornava-se inevitável: era uma questão de tempo” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 253). Por outro lado, havia uma enorme demanda de braços para a lavoura cafeeira, porém a população escrava crescia a taxas insuficientes para atender a essa demanda, uma vez que o crescimento se dava com base somente no tráfico interprovincial. Em 1854, a população escrava da Província de São Paulo atinge a maior porcentagem, equivalente a 28,2% da população total, o que correspondia a um total de 117.731 escravos<sup>35</sup>.

Além da diminuição inevitável da população de escravos, eram cada vez maiores as taxas e restrições impostas à sua importação de outras províncias para as

---

importadoras de escravos (...). A partir de então, considerava-se a importação de escravos ato de pirataria e como tal era punido” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 82-83).

<sup>33</sup> “Após a tomada de medidas efetivas de combate ao tráfico, a escravidão estava destinada a acabar. Os proprietários de escravos no Brasil nunca se preocuparam com sua reprodução, ficando na dependência do fluxo das importações. Estancadas as importações, o número de cativos tendia a tornar-se insuficiente” (FAUSTO, 2008: 196).

<sup>34</sup> “Estimativas globais indicam que, entre 1850 e 1888, de 100 mil a 200 mil cativos foram deslocados das zonas açucareiras do Nordeste, no sentido centro-sul” (FAUSTO, 2008: 204).

<sup>35</sup> “Em 1872, atingia 156.612; em 1883, 174.622. Nessa fase, que corresponde ao período de grande importação de escravos do Nordeste, registra-se um aumento de 43%. A partir de então, ela começou a decrescer. (...) Enquanto os escravos diminuía, crescia a população livre. (...) Crescia a população livre, o café expandia-se, o número de escravos não aumentava na mesma proporção, e eles tornavam-se cada vez mais caros, cada vez mais difíceis de serem obtidos” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 253-254; 255; 256).

zonas cafeeiras. Na Província de São Paulo, assim como nas demais zonas cafeeiras, ganhava força a idéia de que a cobrança de taxas era necessária para desestimular a compra de escravos de outras províncias, devido à crescente preocupação com um possível desequilíbrio entre as regiões, que poderia antecipar a Abolição, além do fato de que as restrições ao tráfico interprovincial serviriam de estímulo à busca por braços livres, por meio da imigração (VIOTTI DA COSTA, 1998).

A substituição do braço escravo pelo livre já se mostrava como uma tendência inevitável, pois além das dificuldades de obtenção de escravos, cresciam as rebeliões nas senzalas e as fugas, cuja repressão já não se fazia com a força de outros tempos, em decorrência do crescimento do movimento abolicionista e do desgaste e desmoralização escravidão (VIOTTI DA COSTA, 1998).

Todavia, até as vésperas da Abolição, o trabalho escravo era predominante na lavoura cafeeira, enquanto ainda eram pequenos os fluxos imigratórios estrangeiros, os quais só se acelerariam a partir de 1888<sup>36</sup>. Mesmo nas zonas novas do Oeste paulista, até 1886 ainda era grande o número de escravos empregados na lavoura (VIOTTI DA COSTA, 1998: 259). Desse modo, até os momentos finais do regime escravista, ocorreu a concentração da população escrava nas províncias cafeeiras, principalmente São Paulo, em relação ao restante do país<sup>37</sup>.

Sendo assim, às vésperas de 1888, o setor cafeeiro já sabia da necessidade de extinção do trabalho escravo e da introdução de trabalhadores livres na lavoura. Todavia até 1850, quando se deu a proibição do tráfico de escravos, havia uma ameaça ao poder econômico das oligarquias rurais baseado no latifúndio: a existência de uma grande quantidade de terras devolutas, que poderiam ser ocupadas pela população livre, comprometendo o fornecimento de mão-de-obra para a grande fazenda exportadora.

“Enquanto a produção fosse efetuada por escravos, a terra era praticamente destituída de valor, pois sua propriedade só teria significado econômico se seu detentor possuísse também um estoque de cativos” (KOWARICK, 1994: 75). O testemunho de um observador da época reforça a onipresença do trabalho escravo e o maior valor

---

<sup>36</sup> “Até 1886, o número de imigrantes entrados em São Paulo não fora ponderável. Apesar de grande divergência de dados, pode-se calcular o seu número aproximadamente em cinquenta mil, o que corresponderia, *grosso modo*, a 4% da população total. Graças, entretanto, ao incremento da imigração nos anos seguintes, eles chegarão, em 1888, a ultrapassar a casa dos 150 mil. De julho a novembro de 1887, entraram mais imigrantes do que nos cinco anos anteriores” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 259).

<sup>37</sup> “Entre 1864 e 1874, o número de escravos do Nordeste caiu de 45% para 28% do total. No mesmo período, nas regiões cafeeiras, a população escrava aumentou de 43% para 56% do total e só na Província de São Paulo o número de cativos dobrou, passando de 80 mil a 174.622” (FAUSTO, 2008: 204).

atribuído aos escravos do que às terras: “havendo embora terras abundantes, carecem de propriedade até mesmo aqueles que poderiam ser proprietários, pois não tendo 150\$000 para comprar cada negro que trabalhe o mesmo é ser proprietário que o não ser” (PRADO JR., 1994: 279). Desse modo, “A partir do momento em que a escravidão começou a apresentar os primeiros sintomas de crise, com o término do tráfico africano, tornou-se necessário impedir que os homens livres tivessem acesso à propriedade da terra” (KOWARICK, 1994: 75).

A solução encontrada pelas classes dominantes para garantir sua hegemonia sobre a posse da terra foi aprovar, duas semanas após a extinção do tráfico (FAUSTO, 2008: 196), a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que ficou conhecida como “Lei de Terras”. De acordo com a lei, “ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (KOWARICK, 1994: 75).

A Lei de Terras foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte dos futuros imigrantes. Ela estabelecia, por exemplo, que as terras públicas deveriam ser vendidas por um preço suficientemente elevado para afastar posseiros e imigrantes pobres. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficavam proibidos de adquirir terras, antes de três anos após a chegada. Em resumo, os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para começar a substituir a mão-de-obra escrava, tratando de evitar que logo eles se convertessem em proprietários (FAUSTO, 2008: 196-197).

A lei tinha por finalidade impedir o acesso a terra não somente aos futuros imigrantes, mas igualmente aos ex-escravos e aos trabalhadores livres. Representou “os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso” (MARTINS, 1998: 59).

Ao atender aos interesses do capital fundiário, a lei inverteu a relação entre terra e força de trabalho: enquanto perdurou a escravidão, a terra era livre; quando o trabalho passou a ser livre, a terra se tornou cativa, com o propósito de conservar intacta a ordem econômica, social e espacial vigente, baseada no latifúndio agroexportador. A Lei de Terras promoveu a sujeição do trabalho ao capital, por meio da “garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. (...) Além da abundância de terras era necessária a abundância de mão-de-obra disposta a aceitar a substituição do escravo” (MARTINS, 1998: 59-60).

Nesse contexto, a imigração estrangeira, assim como o emprego dos trabalhadores livres nacionais, foi adotada como solução definitiva para o problema da mão-de-obra na lavoura cafeeira. Todavia, no início da transição da escravidão para o trabalho livre os fazendeiros mantinham arraigada a ideologia escravista, fazendo com que “as condições objetivas de substituição do negro pelo branco sofressem de imediato poucas modificações, em relação às condições escravistas” (MARTINS, 1998: 61).

As primeiras experiências envolvendo o trabalho de imigrantes na lavoura cafeeira se deram já durante a primeira metade do século XIX, quando ainda vigorava a escravidão, e eram caracterizadas pelo regime de parceria. “Já com a cessação do tráfico negreiro teve início a adoção do regime de parceria em várias fazendas, experimentado inicialmente com imigrantes suíços na Fazenda Ibicaba, da firma Vergueiro & Cia., na região campineira” (MARTINS, 1998: 63). No regime de parceria, o proprietário financiava as passagens dos imigrantes, dos países de origem até o Brasil, assim como o seu transporte até a fazenda e o fornecimento de artigos de necessidade básica, até que o colono pudesse manter-se através dos resultados do seu trabalho. Segundo Martins (1998), nesse sistema

O trabalhador entra no processo produtivo igualmente como renda capitalizada, já que o fazendeiro tinha que custear transporte, alimentação e instalação do colono e sua família. Esse dispêndio podia ser inferior ao preço do escravo, mas alterava em muito pouco a qualidade da relação entre o fazendeiro e o colono. O trabalho continuava assumindo a forma de renda capitalizada do fazendeiro (MARTINS, 1998: 62).

Na parceria, conforme os contratos vigentes, metade do café colhido seria destinada ao fazendeiro, enquanto a outra metade caberia ao colono. Esse sistema ficou conhecido também como “parceria de endividamento”, uma vez que o colono desembarcava no Brasil endividado com o fazendeiro, sendo obrigado a saldar a dívida através dos excedentes do seu trabalho. Além disso, os colonos não podiam abandonar a fazenda enquanto não houvessem saldado suas dívidas, o que constituía uma forma de restrição à sua liberdade, tendo sido criadas até mesmo leis que puniam severamente os colonos que descumprissem os contratos.

Por outro lado, “diversos procedimentos agravavam os débitos, como a manipulação de taxas cambiais, juros sobre adiantamentos, preços excessivos cobrados no armazém, além de vários abusos e restrições” (MARTINS, 1998: 63). Ou seja, “prevalecia uma sistema que, na prática, nada mais era do que um regime de escravidão

disfarçada” (KOWARICK, 1994: 69). “Na maioria das fazendas, não se abandonou de todo o trabalho escravo, que persistiu concomitantemente com as colônias de parceria. As tarefas ficavam estreitamente delimitadas e separadas. Só, raramente, encontravam-se colonos e escravos trabalhando lado a lado” (VIOTTI DA COSTA, 1998: 126).

Os abusos cometidos pelos fazendeiros no sistema de parceria provocaram revoltas nas fazendas, como a promovida por colonos suíços na Fazenda Ibicaba em dezembro de 1856, o que acabou levando ao abandono da parceria como meio de introdução do trabalho livre nas plantações de café e à proibição da entrada de imigrantes suíços no Brasil (MARTINS, 1998). Os insucessos da parceria levaram à criação de outros sistemas, dentre os quais adquiriram notoriedade as colônias particulares nas quais, diferindo da parceria quanto à forma de remuneração do trabalho, melhoravam os ganhos dos colonos. Segundo Martins (1998)

A família de colonos recebia um pagamento fixo pelo trato da parte do cafezal a seu cargo, tendo que fazer de 5 a 6 carpas por ano. Na colheita, recebia uma quantia determinada por alqueire de café colhido, o que representava uma importância variável a cada ano, dependente da produtividade do cafezal (MARTINS, 1998: 64).

Nesse sistema, ainda persistiam o endividamento decorrente da viagem até o Brasil, as multas e cobranças abusivas por gêneros fornecidos aos colonos. “O fazendeiro, tendo subvencionado a vinda do imigrante, considerava o colono propriedade sua” (MARTINS, 1998: 64). Portanto, pode-se afirmar que as colônias particulares se diferenciavam da parceria somente com relação à forma de remuneração do trabalho.

Mesmo com a legislação criada para punir os colonos que não cumprissem os contratos de trabalho, muitos abandonavam as fazendas, permanecendo no Brasil ou retornando aos países de origem, em razão das más condições de trabalho, que não correspondiam às expectativas que tinham ao deixar seus países de origem, ou seja, de tornarem-se pequenos proprietários de terra. Por outro lado, os governos de alguns países europeus, como a Alemanha, passaram a proibir a imigração de seus cidadãos para o Brasil, após receberem denúncias de casos de exploração abusiva, maus tratos e situações semelhantes à escravidão (KOWARICK, 1994; MARTINS, 1998).

As “fugas” dos colonos faziam com que não fosse resolvido o problema da mão-de-obra para as fazendas, tornando constante a necessidade de atrair novos imigrantes.



O fracasso das iniciativas particulares de custeio da imigração levou o governo da província de São Paulo a subsidiar a vinda dos imigrantes, a partir de 1870, por meio da imigração subvencionada, na qual

O governo pagava as despesas de transporte para o Brasil até a localidade de fixação do imigrante e sua família. (...) Fundamentalmente, instituiu a intervenção do Estado na formação do contingente de força de trabalho, como uma espécie de subvenção pública à formação do capital da grande fazenda. (...) Somente com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando-se as condições para que se instituísse o trabalho livre e o mercado de trabalho. (MARTINS, 1998: 65; 66-67).

A imigração subvencionada poderia ser destinada a dois tipos de colonização: as colônias oficiais ou as grandes fazendas de café. O primeiro caso consistia na concessão de pequenos lotes aos imigrantes pelo governo, geralmente situados em terras pouco propícias à agricultura, com o duplo propósito de que os colonos se dedicassem à produção de alimentos para o mercado interno, e constituíssem celeiros de mão-de-obra para as fazendas, que seria empregada nos momentos em que estas necessitassem de maior número de braços. No caso das grandes fazendas, o sistema de trabalho e remuneração era muito semelhante ao das colônias particulares, com a diferença que os colonos não estavam atrelados pela dívida decorrente do transporte até o Brasil, já que o mesmo passou a ser financiado pelo Estado.

Além da remuneração pelo trabalho na limpeza do cafezal e na colheita do café, os colonos podiam plantar suas próprias culturas no espaço situado entre as fileiras do cafezal, enquanto este ainda não tivesse entrado em produção, ou então o proprietário lhes cedia uma área separada, na qual pudessem plantar culturas de subsistência e manter uma pequena criação de animais. Porém, a maioria dos contratos estabelecia que os colonos deveriam reservar alguns dias de trabalho do ano para se dedicar às tarefas da fazenda, como a manutenção de estradas, de pastos e cercas, por exemplo.

Pelo fato de os colonos poderem produzir parte da sua própria subsistência, a produção do café com base no trabalho livre se caracterizaria pela presença de relações não-capitalistas. Porém, ao ser comercializado como mercadoria, o café entrava no circuito do capital, o que permite afirmar que, após a transição da escravidão para o trabalho livre, a produção e a reprodução do capital cafeeiro baseavam-se em relações

de produção não-capitalistas, desde a formação da fazenda, conforme já exposto, até o trato do cafezal e a colheita do café (MARTINS, 1998).

O excedente do capital cafeeiro, por sua vez, passou a ser aplicado em investimentos diversificados em infra-estrutura, como bancos, ferrovias, indústrias, abertura de estradas, eletrificação, modernização e adequação de portos e na modernização das cidades. Desse modo, a cafeicultura e o trabalho livre abriram os primeiros caminhos para o processo de industrialização brasileira e a sua concentração em São Paulo.

### **2.3. As especificidades de Sorocaba na formação econômica e territorial brasileira e no processo de transição da escravidão para o trabalho livre**

Procuramos apresentar os principais aspectos do processo da transição da escravidão para o trabalho livre, do ponto de vista da expansão cafeeira, pela razão já apresentada: a importância da cafeicultura para a economia e a produção do espaço no período em questão, principalmente em São Paulo. Todavia, a porção do Estado de São Paulo na qual permaneceu a comunidade estudada, situada no município de Salto de Pirapora, vizinho à Sorocaba, não se caracterizou pela expansão cafeeira, tal como em outras áreas do oeste paulista.

Historicamente, Sorocaba constituiu-se desde o início do século XVII como um posto avançado da expansão paulista rumo ao sertão, para o oeste e para o sul, na conquista de um território que, durante a vigência do Tratado de Tordesilhas, nem sequer pertencia à Coroa portuguesa. “Num primeiro raio dessa expansão, que recobrirá todo o século XVII, ocorreu a instalação de alguns núcleos de povoamento à beira dos caminhos, as chamadas ‘vilas do sertão’, das quais Sorocaba tornou-se uma das mais dinâmicas” (MORAES, 2000: 319).

No século XVIII, Sorocaba consolida-se como um centro de comercialização de muares e gados, buscados em fazendas instaladas nos campos do sul, ainda xucros. Esses animais eram amansados e deixados durante um período em fazendas denominadas “invernadas”, situadas principalmente em Itapetininga, para recuperar o peso perdido durante a longa viagem. O dinamismo de Sorocaba, no período, decorria de sua função de “comercialização dos muares que vinham em grandes quantidades dos

campos de criação (...). A agricultura estava voltada totalmente para o abastecimento interno. Pode-se dizer que Sorocaba foi um lugar produzido pelo e para o tropeirismo” (STRAFORINI, 2001: 16).

Desse modo, enquanto outras regiões, como o vale do Paraíba, Campinas e posteriormente o conjunto do oeste paulista conhecem o ciclo da cafeicultura, a agricultura de Sorocaba, assim como a de Salto de Pirapora<sup>38</sup>, esteve voltada para a produção de alimentos destinados ao abastecimento interno do país. Embora não tenha conhecido a expansão cafeeira, Sorocaba e seu entorno foram por ela influenciados indiretamente, pois o crescimento da produção e a consequente concentração de escravos ampliavam a demanda por animais utilizados no transporte, assim como pelo fornecimento de alimentos, tanto para o abastecimento das tropas<sup>39</sup> como também das fazendas de café. Segundo Prado Jr. (1994), essa modalidade da agricultura consistia em “um setor subsidiário da economia colonial, dependendo exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças” (PRADO JR. 1994: 160).

Embora as fazendas cafeeiras produzissem também seus próprios mantimentos, os mesmos não raramente faltavam, o que obrigava os fazendeiros a adquiri-los das unidades voltadas à agricultura de subsistência. Além da cafeicultura, contribuía também nesse processo a expansão dos engenhos de açúcar, ocorrida desde as últimas décadas do século XVIII na região do médio Tietê, em localidades como Itu, Jundiaí, Campinas, Piracicaba dentre outras<sup>40</sup>. “Em São Paulo (...) além do litoral, Ubatuba e São Sebastião, centros de menor importância, a cana progredia no planalto, particularmente nesta faixa que liga o rio Tietê ao Mojiguaçu, entre Itu e Moji” (PRADO JR., 1994: 145).

Desse modo “a agricultura fixou-se também como atividade de destaque na vila de Sorocaba, tanto que dos 851 domicílios encontrados na Lista Nominativa de 1772, 568 (66,7% do total) estavam dedicados à produção de gêneros de primeira

---

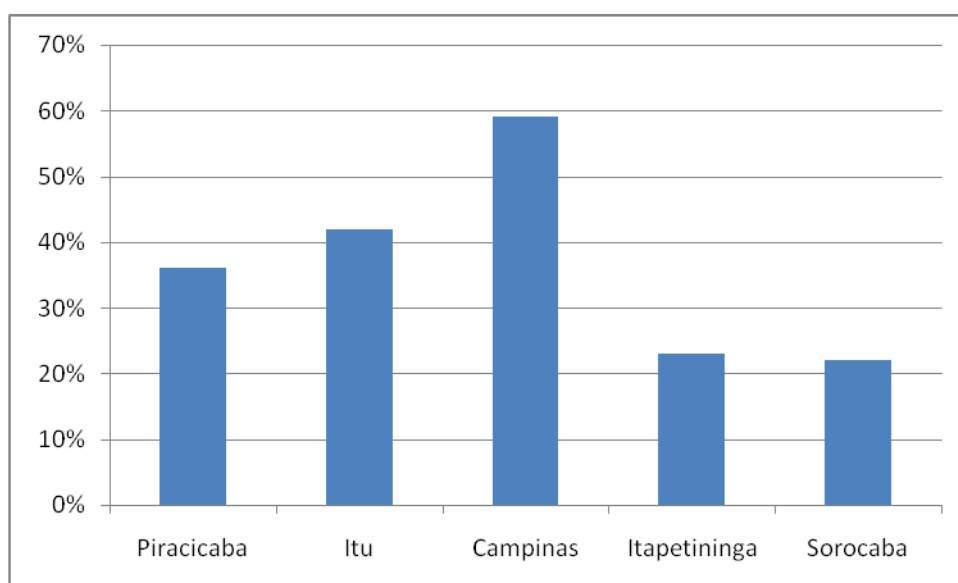
<sup>38</sup> O município, fundado em 1906, foi no passado um distrito de Sorocaba, emancipando-se em 1953 (SQUEFF, 2003: 251).

<sup>39</sup> “A agricultura de subsistência encontra condições propícias ao longo das grandes vias de comunicação, freqüentadas pelas numerosas tropas de bestas, que fazem todo o transporte por terra na colônia, e pelas boiadas que das fazendas do interior demandam os mercados do litoral” (PRADO JR., 1994: 163).

<sup>40</sup> “Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente e separado da grande lavoura e cuja organização aliás varia. Vai desde a grande propriedade, aproximando-se neste caso, nos seus caracteres exteriores, da grande lavoura, até a insignificante roça, chácara ou sítio, onde não há escravos ou assalariados e onde o proprietário ou simples ocupante da terra é ao mesmo tempo o trabalhador. É preciso distinguir entre estes dois casos do proprietário e do mero ocupante, pois este último ocorre freqüentemente sob a forma do agregado dos grandes domínios” (PRADO JR., 1994: 159).

necessidade” (STRAFORINI, 2001: 59). Predominava a pequena produção agrícola de alimentos, em unidades que possuíam número reduzido de escravos, ou mesmo baseadas exclusivamente no trabalho familiar. “Do total de domicílios dedicados a agricultura, 77,5% não possuíam escravos e apenas 10 possuíam mais que 10 escravos em seus plantéis, evidenciando novamente uma produção organizada no trabalho familiar” (STRAFORINI, 2001: 59). Sendo assim, na região de Sorocaba, em que a economia tinha seus fundamentos no tropeirismo e na pequena agricultura, atividades que por natureza empregavam menos escravos em comparação à cafeicultura e à cana-de-açúcar, observava-se uma menor concentração de escravos. O gráfico seguinte permite uma visualização do percentual de escravos em relação ao total da população, nas cidades mais importantes da Província de São Paulo em 1836%.

**GRÁFICO 2 – Proporção de escravos para homens livres em 1836 (%)**



**Fonte:** Straforini (2001: 91). **Adaptação:** GOMES, André L.

Tal situação pode ter sofrido modificações na década de 1860, provocadas pelo *boom* momentâneo do algodão, ocorrido no Brasil nessa década. Em um período anterior a essa década já havia ocorrido um aumento na demanda mundial de algodão, impulsionada pela expansão das fábricas têxteis na Inglaterra e em seguida em outros países da Europa ocidental. A partir do aumento do consumo mundial de algodão, essa cultura adquire enorme importância para a economia colonial brasileira, chegando a ultrapassar a importância da cana-de-açúcar no século XVIII. A cultura do algodão,

diferentemente da cana-de-açúcar e do tabaco, se adapta melhor ao clima do interior, com menores e mais regulares precipitações. No nordeste, ocupará principalmente o agreste; o norte de Minas Gerais, o vale do rio Doce; Goiás e interior do Maranhão; e em São Paulo o planalto (PRADO JR., 1994), razão pela qual foi precocemente introduzida na região de Sorocaba. “A tradição de cultivar algodão em Sorocaba remonta ao século XVII, quando seus fundadores trouxeram de Santana de Parnaíba e São Paulo o cultivo do algodão arbóreo e a sua manufatura” (STRAFORINI, 2001: 104).

Por outro lado, o aumento mundial da produção, o atraso nas técnicas de produção e beneficiamento fazia com que o algodão brasileiro perdesse espaço para o que era produzido nas colônias inglesas e nas Antilhas francesas e holandesas, conforme descreve Prado Jr. (1994).

“A cultura do algodão neste apogeu dos primeiros anos do século passado, quando o Brasil se alinha entre os grandes produtores mundiais, dissemina-se largamente pelo seu território. Segundo Saint-Hilaire, sua área estende-se desde o extremo-norte, até o planalto dos campos gerais (Paraná); e avança, na base da serra, mais para o sul, até a latitude de 30°2’S, nas proximidades de Porto Alegre. Para o interior, até Goiás produzia e exportava algodão. O país inteiro fora atingido pelo *boom*. Não seria aliás mais que isto: um acesso de febre momentânea. Com o declínio dos preços, que se verificará ininterruptamente desde o começo do século XIX, consequência sobretudo do considerável aumento da produção norte-americana e do aperfeiçoamento da técnica, que o Brasil não acompanhou, a nossa área algodoeira vai se restringindo e se estabilizará, com índices muito baixos, apenas em dois ou três pontos” (PRADO JR., 1994:150).

O algodão volta a prosperar no Brasil por um curto período, a partir de 1860, em razão da desorganização da produção norte-americana provocada pela Guerra de Civil Americana (1860-1865). A partir desse contexto, relacionado à inserção da economia e da agricultura brasileira na divisão internacional do trabalho, a produção de algodão volta a tomar impulso em Sorocaba:

As primeiras mudas de algodão herbáceo foram introduzidas no espaço sorocabano em 1861, com sementes distribuídas pela Associação para Suprimento do Algodão de Manchester – Inglaterra. A decisão de plantar algodão herbáceo não visava atender a demanda interna, mas atingir um mercado internacional em pleno crescimento, conduzido pelo desenvolvimento do capital industrial, principalmente o mercado inglês. A crise no abastecimento internacional de algodão, provocada pela Guerra Civil Americana (1860-1865), inseriu novos lugares periféricos nesse sistema industrial, como fornecedores de matéria-prima (STRAFORINI, 2001: 104).

Embora este último ciclo do algodão não tenha causado grandes modificações na estrutura fundiária de Sorocaba, conforme relata Straforini (1994), é de se supor que, como se tratava de uma produção destinada à exportação, ocorria predominantemente em grandes unidades produtoras e, desse modo, empregando o trabalho escravo.

O relato de uma das lideranças da comunidade estudada, presente na Terceira Parte deste Relatório, na qual são apresentados os Resultados Preliminares da Pesquisa, permite-nos algumas suposições, que talvez possam resultar em afirmações mais precisas ao final do processo de pesquisa. Segundo o entrevistado, há algumas décadas o algodão ainda era a cultura predominante nas fazendas vizinhas das terras atualmente pertencentes ao quilombo. Hoje em dia, qualquer observador nota que a cultura predominante é o eucalipto.

Segundo Vogt e Fry (1996), os ex-escravos ascendentes dos quilombolas contemporâneos descendiam de escravos trazidos de Angola, o que se comprova pela sobrevivência do dialeto africano, a “cupópia”. É correto supor que os ancestrais foram trazidos de Angola muito tempo antes da doação que originou o quilombo, datada de 1871, pois já em 1850, como vimos, extinguiu-se o tráfico negreiro. O que ainda é uma questão sem resposta e talvez assim permaneça, pois foge ao âmbito desta pesquisa, é se os escravos vieram diretamente de Angola para Sorocaba, ou primeiramente para alguma outra localidade da província de São Paulo, ou se chegaram antes em outra região do Brasil e foram trazidos depois para Sorocaba, no contexto do tráfico interprovincial, disseminado após a proibição da importação de negros. Outra questão é, de onde quer que eles tenham sido trazidos para Sorocaba, se a sua importação esteve relacionada à expansão do algodão.

Se por um lado essas últimas sejam questões obscuras, elas servem ao menos, por outro, para mostrar a importância do conhecimento da dinâmica da escravidão e da transição para o trabalho livre, para a compreensão do contexto histórico que originou a comunidade Cafundó. Nos ajuda ainda compreender que, historicamente, o lugar foi produzido por um contexto econômico em escala mundial e continua sendo-o nos dias de hoje, embora em outro período da história.

### 3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL

Os primeiros quilombos surgem no Brasil a partir de meados do século XVII, constituindo espaços de resistência e luta do povo negro pela liberdade, funcionando “como uma verdadeira válvula de escape para diluir a violência da escravidão, durante os quase três séculos de tensões e confrontos de classes no sistema escravista<sup>41</sup>” (ANJOS, 2006: 46). Desde o princípio, os quilombos passaram a ser vistos pelas autoridades coloniais como uma ameaça à ordem econômica e social colonial, pois constituíam frações do território que possibilitavam a luta dos negros contra a escravidão, o que fez com que as autoridades passassem a considerá-los ilegais e dessem início a uma intensa perseguição, com o propósito de destruir os quilombos e capturar os escravos fugitivos<sup>42</sup>.

Todavia, tanto durante a vigência do sistema escravista, quanto após o seu declínio e abolição, além das fugas e da criação dos primeiros territórios quilombolas, enquanto lugares de luta e resistência contra a escravidão, ocorreram outras formas de acesso a terra por parte dos negros libertos. Dentre essas formas, as mais comuns foram “heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades [posse], bem como a compra de terras<sup>43</sup>” (SCHMITT, TURATTI & CARVALHO, 2002: 3).

---

<sup>41</sup> “Desde o início, muitos negros se refugiavam na mata, onde se agrupavam, formando os quilombos. Em terras abandonadas de várias regiões do país, tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas interioranas do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto que outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários para sobreviver” (ANDRADE & TATTO, 2013: 12).

<sup>42</sup> “Quando fugidos da escravidão, são os *quilombolas*, que às vezes se agrupam e constituem concentrações perigosas para a ordem social, e são a preocupação constante das autoridades: os temíveis ‘quilombos’. (...) Os quilombos foram freqüentemente mais que isto, e constituem organizações notáveis, cheias de vigor e capacidade construtiva. Os *Palmares*, que são o principal e mais notório exemplo de quilombo de vulto, estão longe de ser o único. Estas aglomerações negras de escravos fugidos se formaram e dissolveram repetida e continuamente em todo o correr da nossa história, e em todos os pontos do território; e muitas vezes mostraram do que estariam capazes se lhes tivesse sido dada oportunidade de se estabilizarem” (PRADO JR., 1994: 282-283).

<sup>43</sup> “A tarefa de fundamentar teoricamente a atribuição de uma identidade quilombola a um grupo e, por extensão, garantir – ainda que formalmente – o seu acesso à terra trouxe à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos negros e ultrapassar o binômio fuga-resistência, instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar estas conformações sociais” (SCHMITT et. al., 2002: 1).

As formas de acesso à terra por parte dos negros libertos, que mais se aproximam do nosso estudo de caso, são as doações feitas pelos proprietários, que incluíam escravos em seus testamentos, além da ocupação de terras abandonadas em épocas de grave crise econômica e desagregação do sistema de monoculturas (BRASIL, 2003; ARRUTI, 1999). Nesse aspecto, de acordo com Schmitt (et. al., 2002) é possível “reinterpretar criticamente o conceito e asseverar que a situação de quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo” (SCHMITT, TURATTI & CARVALHO, 2002: 2).

Conforme mencionamos, no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, ocorrido a partir da segunda metade do século XIX, o Estado brasileiro assume os interesses do latifúndio agroexportador, ao criar um mecanismo legal para dificultar o acesso dos trabalhadores livres, tanto imigrantes, como brasileiros indígenas, brancos, negros e mestiços, à posse e propriedade fundiária. A Lei de Terras (Lei Nº 601, de 18/09/1850), foi promulgada com o propósito de restringir a livre ocupação das terras devolutas pelos trabalhadores, privilegiando as elites econômicas e políticas, que dispunham de recursos para adquiri-las por meio da compra. Partindo dessa linha interpretativa, Martins (1998) argumenta que na transição da escravidão para o trabalho livre, enquanto o trabalho é liberto, a terra é tornada cativa<sup>44</sup>.

### **3.1. O sistema normativo de regularização dos territórios quilombolas**

Durante os cem anos transcorridos entre a abolição da escravidão em 1888 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado não elaborou uma legislação que garantisse a permanência das comunidades negras em seus territórios, o que facilitou sua invasão e causou a redução da sua extensão, ou mesmo a sua extinção. Por outro lado, ao longo desses cem anos também ocorreu uma significativa atuação do movimento negro (CUNHA Jr., 1992), reivindicando a reparação da dívida histórica

---

<sup>44</sup> “O trabalho livre sobre a terra não garantiu, de forma alguma, o acesso dos ex-cativos a ela no momento posterior à Abolição. Ao contrário, a exclusão do segmento populacional negro em relação à propriedade da terra foi peremptoriamente estabelecida por meio de uma série de atos do poder legislativo ao longo do tempo. Ainda durante a escravidão, a Lei de Terras de 1850 veio substituir o direito à terra calcado na posse por um direito auferido via registros cartoriais que comprovassem o domínio de uma dada porção de terra” (SCHMITT, TURATTI & CARVALHO, 2002: 3).



para com a população afrodescendente que, embora represente aproximadamente metade da população brasileira (ANJOS, 2006: 18), permaneceu sistematicamente à margem dos benefícios trazidos pelo processo de modernização do país, uma vez que ao deixar de ser escrava, a maior parte dessa população passou a compor as camadas de mais baixa renda<sup>45</sup> (CUNHA Jr., 1992). Nas palavras de Prado Jr., enquanto o índio contou com a proteção das missões jesuíticas, o negro no Brasil não teve a proteção de ninguém. A partir dessa realidade de histórica segregação racial,

Em 1988, por ocasião do centenário da abolição da escravatura no Brasil, e diante das reivindicações dos movimentos negros e setores progressistas, foram aprovados dispositivos transitórios na Constituição Federal reconhecendo a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. Os dispositivos impuseram ao Estado o dever de emitir-lhes os títulos respectivos (PILLA et. al., 2013: 181).

Tais dispositivos, presentes no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconhecem os direitos das comunidades quilombolas sobre seus territórios, assim como a obrigação do Estado em regularizá-los legalmente, como podemos constatar no trecho a seguir: “Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos<sup>46</sup>” (ANDRADE & TATTO, 2013: 13).

Atualmente, os dispositivos constitucionais que tratam da questão estão regulamentados pelo Decreto Federal nº 4.887/03, que estabelece critérios de *autodefinição* no processo de reconhecimento e titulação das comunidades remanescentes de quilombos, com vistas à regularização fundiária e garantia de acesso às políticas públicas e programas governamentais<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> “O negro ou o mulato escuro, este não podia abrigar quaisquer esperanças, por melhores que fossem suas aptidões: inscrevia-se nele, indelevelmente, o estigma de uma raça que à força de se manter nos ínfimos degraus da escala social, acabou confundindo-se com eles. ‘Negro’ ou ‘preto’ são na colônia, e se-lo-ão ainda por muito tempo, termos pejorativos; empregam-se até como sinônimos de ‘escravo’. E o indivíduo daquela cor, mesmo quando não o é, trata-se como tal” (PRADO JR., 1994: 274).

<sup>46</sup> “A Constituição Federal ainda estabelece nos artigos 215 e 216 respectivamente, a proteção às manifestações culturais afro-brasileiras e o reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro, no qual se inclui o tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos” (ANDRADE & TATTO, 2013: 13).

<sup>47</sup> Segundo o Decreto, em seu art. 3º “Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. O mesmo decreto estabelece no artigo 4º que “Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da

Uma vez realizado o reconhecimento de uma comunidade quilombola, inicia-se a demarcação das terras, resultando nos processos de desapropriação e titulação. Somente após a certificação pela Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>48</sup>, reconhecendo a Solicitação de Auto-Definição, requerida diretamente pelos interessados, por meio de suas associações comunitárias, ou por ofício do INCRA, têm início os procedimentos de identificação e delimitação. De acordo com a Instrução Normativa do INCRA nº49/08, art. 9º (BRASIL, 2003),

A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o art. 4º, a ser feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, consistirá na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, com elaboração a cargo da Superintendência Regional do INCRA (BRASIL, 2003).

Após esse procedimento técnico e outros que não cabe mencionar no momento, o INCRA realiza a titulação, por meio da outorga de um título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de associação legalmente constituída, incluindo obrigatoriamente uma cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade (BRASIL, 2003). Finalmente, para que possam exercer plenamente os seus direitos territoriais, as comunidades quilombolas devem obter do Estado o *Título de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo*, quando couber e em caráter provisório, enquanto não se ultima a concessão do *Título de Reconhecimento de Domínio*<sup>49</sup> (IN INCRA nº 49/08 art. 24 § 1º).

---

Igualdade Racial [SEPPIR], da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos”, enquanto de acordo com o artigo 5º “Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares [FCP], assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos (...)”.

<sup>48</sup> Fundada em 22/08/1988, como entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) a Fundação Cultural Palmares representa a primeira instituição brasileira voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. Disponível em:< <http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem/>>. Acesso em: 22/01/2014.

<sup>49</sup> Ainda segundo o Decreto 4.887/03, após a titulação, cabe à FCP prestar assistência jurídica, em todos os graus, às comunidades quilombolas, com o objetivo de defesa e garantia da posse da terra.

### **3.2. A situação das comunidades quilombolas com relação ao reconhecimento e à garantia dos seus direitos territoriais**

Ao examinarmos os dados relacionados à titulação de territórios quilombolas, podemos constatar que pouco se avançou na aplicação da legislação, mesmo após a aprovação do Decreto Federal nº 4.887/2003. “Dos quase três mil quilombos identificados pela Fundação Cultural Palmares, somente 193 foram titulados e ainda com problemas fundiários em sua grande maioria” (ANDRADE & TATTO, 2013: 7).

A criação da legislação e a ampliação do conceito de quilombo possibilitaram a muitas comunidades negras rurais, presentes em todas as regiões do país, assumir a identidade quilombola e reivindicar o reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos, portadoras de direitos territoriais garantidos por lei. Porém, na prática a existência da legislação não tem garantido plenamente aos quilombos o direito ao reconhecimento e menos ainda à titulação, conforme os dados apresentados.

A FCP reconhece a existência de 2.408 quilombos no Brasil, porém até o presente, após mais de 25 anos de vigência da Constituição Federal, somente 193 comunidades quilombolas (8%) obtiveram titulação. “Num rápido balanço sobre o trabalho desenvolvido no Estado de São Paulo, verifica-se que o reconhecimento das comunidades como quilombos foi uma constante. O mesmo não ocorreu com a titulação” (PILLA, et. al., 2013: 193).

Como causas principais do reduzido número de comunidades que já tiveram os seus direitos territoriais garantidos, por meio da titulação dos territórios demarcados pelo Estado, podemos apontar a lentidão da burocracia e os conflitos envolvidos nos processos de regularização fundiária. Nas páginas seguintes, o MAPA 1 permite visualizar a distribuição dessas comunidades no território brasileiro, enquanto a TABELA 1 apresenta a lista das comunidades identificadas pela FCP anualmente por estado, em todo o território nacional, de 2004 a 2013.

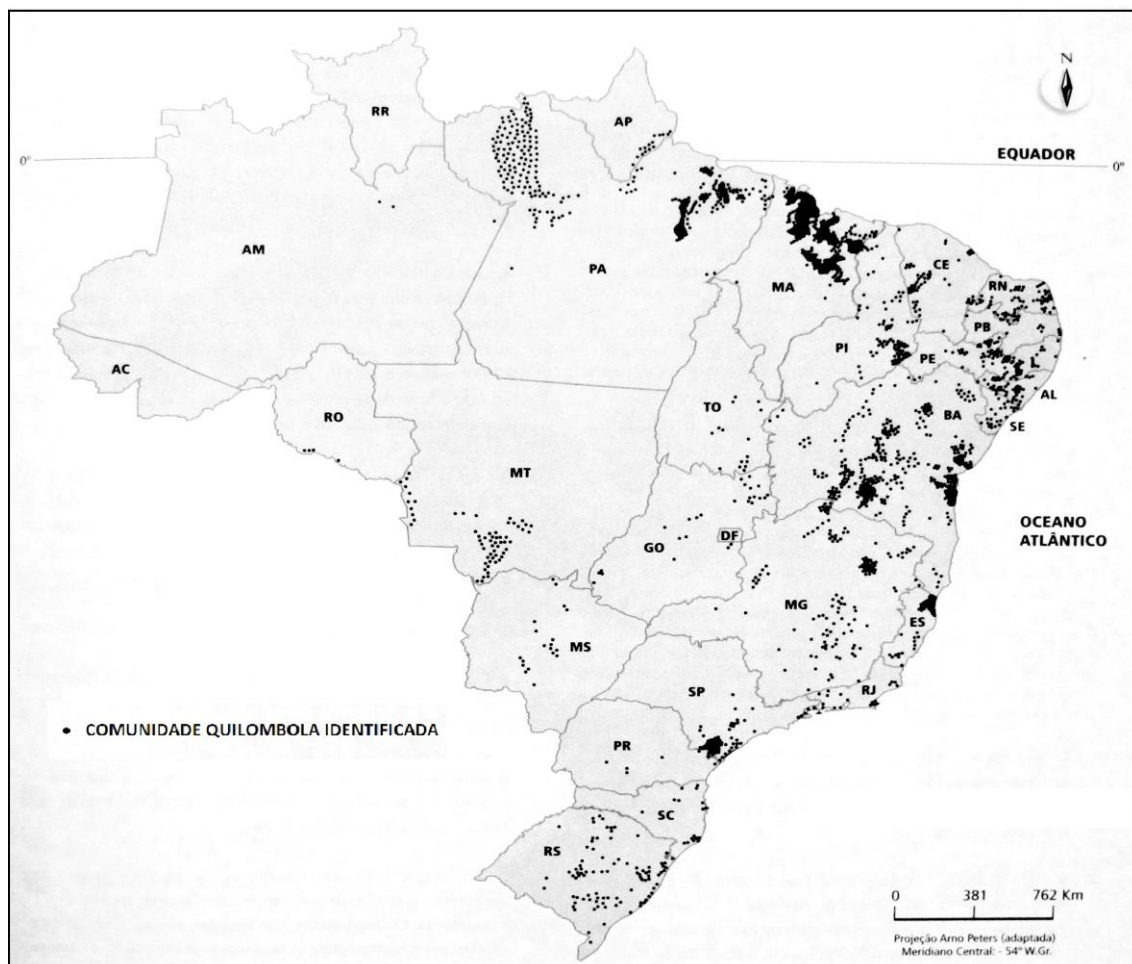
Segundo dados divulgados em 2013 pelo ITESP<sup>50</sup> (PILLA et. al., 2013), no Estado de São Paulo existem 79 comunidades quilombolas apontadas para reconhecimento, entretanto somente 28 foram reconhecidas e apenas 6 receberam a titulação referente à totalidade do território reconhecido e demarcado. A maior

---

<sup>50</sup> Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

concentração de territórios quilombolas ocorre no Vale do Ribeira, situado na porção sul do Estado, região na qual se reproduz a tendência do Brasil e do Estado de São Paulo. Segundo Andrade & Tatto (2013), existem 66 comunidades no Vale do Ribeira, enquanto somente 21 são reconhecidas oficialmente até o momento, e destas, apenas seis possuem títulos homologados pelo poder público.

**MAPA 1 – Expressão cartográfica da ocorrência de comunidades quilombolas, 2006**



**Fonte:** ANJOS (2006: 59). **Adaptação:** GOMES, André Luís.

A comunidade Cafundó, estudada em nossa pesquisa, se localiza no município de Salto de Pirapora, na região administrativa de Sorocaba, onde há registros da existência de outras comunidades que tiveram suas terras expropriadas e cujos processos estão arquivados ou em fase de elaboração do Relatório Técnico-Científico (RTC), conforme mostra a TABELA 2, na página seguinte. A TABELA 3 traz a relação

das comunidades, presentes no Estado, cujos territórios foram total ou parcialmente titulados pela União. Os dados referentes ao conjunto dos territórios reconhecidos como comunidades remanescentes de quilombos no Estado de São Paulo podem ser verificados na TABELA 4. A localização do conjunto das comunidades quilombolas existentes no Estado pode ser verificada no MAPA 2.

**TABELA 1 – Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos, 2013**



GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Ministério da  
Cultura

### QUADRO GERAL DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs)

Nº	UF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL DE CERTIDÕES	Nº CRQs
1	ACRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0		N/A	N/A
2	ALAGOAS	0	10	8	3	1	27	14	1	0		64	65
3	AMAZONAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5	6	6
4	AMAPÁ	0	4	7	0	0	2	11	3	0	6	33	33
5	BAHIA	26	52	113	27	35	21	48	91	8	73	494	584
6	CEARÁ	2	4	7	2	1	3	7	5	7	4	42	44
7	DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	N/A
8	ESPIRITO SANTO	1	6	20	0	0	0	2	0	1	0	30	39
9	GOIÁS	1	3	9	3	3	3	1	0	0	3	26	37
10	MARANHÃO	6	43	25	29	44	6	51	48	45	72	369	533
11	MINAS GERAIS	9	29	41	11	15	7	20	13	23	17	185	224
12	MATO GROSSO DO SUL	0	11	2	2	1	0	1	3	1	1	22	22
13	MATO GROSSO	0	56	0	5	0	1	2	1	0	1	66	71
14	PARÁ	20	8	36	17	0	0	10	7	5	58	161	213
15	PARAIBA	1	6	14	1	3	3	2	2	0	1	33	36
16	PERNAMBUCO	5	45	11	19	11	3	6	7	1	4	112	121
17	PIAUI	2	7	22	2	0	5	4	1	21	1	65	66
18	PARANÁ	0	6	24	4	0	0	0	0	0	1	35	37
19	RIO DE JANEIRO	3	5	6	1	2	2	2	5	1	2	29	29
20	RIO GRANDE DO NORTE	2	2	6	5	0	2	4	0	0	1	22	22
21	RONDÔNIA	1	2	3	1	0	0	0	0	0		7	7
22	RORAIMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0		N/A	N/A
23	RIO GRANDE DO SUL	9	5	13	9	6	7	33	2	5	5	94	95
24	SANTA CATARINA	3		1	2	0	3	2	0	0	1	12	12
25	SERGIPE	2	4	8	1	0	0	0	7	3	2	27	33
26	SÃO PAULO	1	15	14	10	3	0	0	1	1	1	46	50
27	TOCANTINS	1	1	13	0	1	3	8	0	0		27	29
TOTAL POR ANO:		95	324	404	154	126	98	228	197	122	259	2.007	2.408
Informações atualizadas até 25/10/2013													

Fonte: Fundação Cultural Palmares - <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf>. Acesso em 22/01/2014

**TABELA 2 – Comunidades Quilombolas existentes na região de Sorocaba, 2013**

Comunidade	Município	Situação jurídica
Cafundó	Salto de Pirapora	Reconhecida e parcialmente titulada
Caxambu	Sarapuí	Apontada para reconhecimento
Fazendinha Pilar	Pilar do Sul	Processo arquivado
Fazendinha dos Pretos	Salto de Pirapora	RTC em fase de elaboração
Bairro do Carmo	São Roque	RTC em fase de elaboração
Os Camargos	Votorantim/Salto de Pirapora	Processo arquivado

Fonte: PILLA, et. al. (2013: 190-191). Organização: GOMES, André Luís.

**TABELA 3 – Comunidades Quilombolas Tituladas no Estado de São Paulo, 2013**

Comunidade	Município	Nº de famílias	Área titulada (ha)
Ivaporunduva	Eldorado	102	2.707,4
Pedro Cubas	Eldorado	40	2.443,7
Galvão	Iguape	32	1.869,6
Maria Rosa	Iporanga	20	3.375,6
Pilões	Iporanga	51	5.908,6
São Pedro	Eldorado/Iporanga	39	4.558,2
Cafundó	Salto de Pirapora	25	123
<b>TOTAL</b>	-----	309	21.081,1

**Fonte:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas> e ANDRADE & TATTO (2013: 14). **Organização:** GOMES, André Luís.

**TABELA 4 – Comunidades Quilombolas reconhecidas (por município) no Estado de São Paulo, 2013**

Comunidade	Município	Região do Estado	Área total (ha)	Número de Famílias	Ano do reconhecimento
Ivaporunduva	Eldorado	Vale do Ribeira	2.754,2	98	1998
Maria Rosa	Iporanga	Vale do Ribeira	3.375,6	25	1998
Pedro Cubas	Eldorado	Vale do Ribeira	3.806,1	40	1998
Pilões	Iporanga	Vale do Ribeira	6.222,2	63	1998
São Pedro	Eldorado/Iporanga	Vale do Ribeira	4.688,2	39	1998
Cafundó	Salto de Pirapora	Sorocaba	209,6	25	1999
Caçandoca	Ubatuba	Litoral Norte	890	50	2000
Jaó	Itapeva	Sorocaba	165,7	53	2000
André Lopes	Eldorado	Vale do Ribeira	3.200,1	76	2001
Nhunguara	Eldorado/Iporanga	Vale do Ribeira	8.100,9	91	2001
Sapatu	Eldorado	Vale do Ribeira	3.711,5	82	2001
Galvão	Eldorado/Iporanga	Vale do Ribeira	2.234,3	34	2001
Mandira	Cananéia	Litoral Sul	2.054,6	16	2002
Praia Grande	Iporanga	Vale do Ribeira	1.584,8	34	2002
Porto Velho	Iporanga	Vale do Ribeira	941,0	19	2003
Pedro Cubas de cima	Eldorado	Vale do Ribeira	6.875,1	22	2003
Capivari	Capivari	Campinas	6,9	17	2004
Brotas	Itatiba	Campinas	12,4	32	2004
Cangume	Itaoca	Vale do Ribeira	724,6	37	2004
Camburi	Ubatuba	Litoral Norte	972,3	39	2005
Morro Seco	Iguape	Vale do Ribeira/Litoral Sul	164,6	47	2006
Poça	Eldorado/Jacupiranga	Vale do Ribeira	1.126,1	41	2008
Ribeirão Grande/Terra Seca	Barra do Turvo	Vale do Ribeira	3.470,9	77	2008
Cedro	Barra do Turvo	Vale do Ribeira	1.066,1	23	2009
Reginaldo	Barra do Turvo	Vale do Ribeira	1.279,6	94	2009





os territórios quilombolas<sup>51</sup>. Dentre esses empreendimentos, verificamos no território do Cafundó e em suas imediações a mineração de areia, os loteamentos e condomínios particulares e a monocultura do eucalipto, enquanto no Vale do Ribeira os principais problemas são representados pelos projetos de construção de barragens no Rio Ribeira, pelos conflitos relacionados aos processos de regularização fundiária e pela sobreposição com Unidades de Conservação, que resultam em contradições envolvendo diferentes formas de uso e apropriação do território. De acordo com Pilla (et. al., 2003),

Ainda hoje, a luta desses grupos é para garantir os territórios que conseguiram preservar durante séculos de resistência. Em alguns casos, tentam recuperar terras que lhes foram tiradas indevidamente. Assegurar o controle dessas terras é condição necessária e fundamental para a preservação de suas identidades culturais e para que tenham acesso a políticas públicas, visando ao desenvolvimento sustentável das comunidades (PILLA et. al., 2013: 181).

Os conflitos por terra enfrentados pelos quilombolas não são uma exceção no país e fazem parte da história mais geral das lutas camponesas pelo direito à terra de trabalho. Segundo Martins (1990) ao invés de se extinguirem, os conflitos pela posse da terra têm se intensificado cada vez mais no país, em decorrência do avanço das relações de produção capitalista sobre o território nacional.

Em todos os cantos, camponeses ligados à terra por várias gerações viram-se repentinamente ameaçados ou expulsos, freqüentemente submetidos a toda sorte de violências. (...) Os conflitos pela posse da terra têm ocorrido em todos os Estados e territórios do país, com exceção da ilha de Fernando de Noronha. Só na região agrícola que circunda a cidade de São Paulo, a menos de 100 km do perímetro urbano, há vários litígios em tudo semelhantes àqueles que ocorrem nas remotas regiões amazônicas (MARTINS, 1990: 11).

---

<sup>51</sup> O caso das comunidades quilombolas de Alcântara (MA) é exemplar nesse aspecto. “Nos anos 1980, os quilombolas de Alcântara foram vítimas de deslocamentos compulsórios promovidos pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), organização do Comando da Aeronáutica. O CLA foi instalado em áreas ocupadas desde o século XVIII pelas comunidades negras rurais de Alcântara. Em função desse projeto 312 famílias de 31 povoados tiveram de abandonar suas terras, estabelecendo-se em agrovilas entre 1986 e 1987. Os planos de ampliação do CLA podem ter como consequência a remoção de mais 1.500 quilombolas de acordo com o Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos”. Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em: <[http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma\\_comunidades\\_alcantara.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma_comunidades_alcantara.html)>. Acesso em: 22/01/14.



#### 4. A RELEVÂNCIA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS PARA O DEBATE TEÓRICO E A PESQUISA EM GEOGRAFIA

Consideramos de enorme relevância o envolvimento da pesquisa acadêmica na análise dos conflitos territoriais e dos dilemas enfrentados pelas comunidades quilombolas. Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão dos processos históricos e sociais que resultaram na garantia dos seus direitos territoriais, diante da necessidade de reparação simbólica da dívida histórica da sociedade com relação ao povo negro. Tais processos já foram discutidos nos capítulos anteriores, sendo necessário, a partir de então, discorrer sobre o seu enquadramento no corpo teórico da ciência geográfica.

A preservação dos espaços de reprodução social autônoma, representados pelos territórios quilombolas, assim como a manutenção dos seus sistemas materiais e simbólicos de relação com a natureza – baseados em conhecimentos tradicionais<sup>52</sup>, repassados de geração a geração – mostram-se importantes também para a preservação do equilíbrio ambiental, o que já ficou demonstrado por meio da conservação das áreas onde os quilombos se sobrepõem às Unidades de Conservação, no Vale do Ribeira (ANDRADE & TATTO, 2013).

Embora sejam voltadas especificamente aos assentamentos de reforma agrária, as considerações de Aly Jr. (2005) também são válidas para subsidiar a reflexão a respeito da importância da garantia dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, a partir das ações de reconhecimento, titulação e efetivação das políticas públicas: “Estas políticas têm efeitos multifuncionais e representam, simultaneamente, uma política habitacional, uma política de geração de emprego e distribuição de renda, de fortalecimento da segurança alimentar e de desenvolvimento local e regional” (ALY JR., 2005: 180)

Em nosso trabalho sobre os territórios quilombolas – que procuramos entender a partir do caso da comunidade Cafundó – ratificamos o posicionamento dos autores do *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira* (ANDRADE & TATTO, 2013), uma vez que também “buscamos a melhor forma de contribuição direta para dar

---

<sup>52</sup> Segundo Diegues (2004), “Conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer – a respeito do mundo natural e sobrenatural – gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos, em geral, oralmente de geração em geração” (DIEGUES, 2004:14). Esses conhecimentos se diferenciam dos conhecimentos científicos modernos, pois embora não sejam produzidos e transmitidos de forma escrita, são fundamentais para a manutenção do modo de vida dessas comunidades. Por esse motivo chamamos a atenção para a necessidade de conhecer, resgatar e valorizar esses saberes ao estudarmos os territórios quilombolas.

visibilidade aos quilombos e contribuir para transformá-los em sujeitos de direitos a serem reconhecidos pela sociedade como parte integrante da rica diversidade cultural do país” (ANDRADE & TATTO, 2013: 8).

Tal visibilidade se faz urgente e necessária, em razão das questões territoriais já expostas e da ameaça de desaparecimento de muitos dos bens culturais existentes nos quilombos – relacionados às celebrações, às formas de expressão, aos ofícios e modos de fazer, à condição dos lugares, e à condição das edificações (ANDRADE & TATTO, 2013: 31) – no processo de desintegração das culturas tradicionais que tem envolvido as gerações atuais. Andrade & Tatto (2013) afirmam que a maioria dos bens culturais tratados em sua pesquisa pode ser considerada íntegra, mas que, todavia, “esta situação é transitória e precária, porque boa parte destes repertórios são conhecidos ou praticados por uma ou um pequeno grupo de pessoas das comunidades. Diversos bens culturais íntegros estão na iminência de se tornarem ruína ou memória” (ANDRADE & TATTO, 2013: 30).

A discussão de tais dilemas pode nos auxiliar na compreensão do processo histórico de luta e resistência das comunidades quilombolas, das pressões sofridas por seus direitos territoriais e da importância de aumentar a sua visibilidade perante o conjunto da sociedade, o que reforça a pertinência do envolvimento da pesquisa acadêmica com o tema.

Tal envolvimento pode contribuir, a médio e longo prazo, para subsidiar a criação de políticas públicas, para a elaboração de projetos de caráter participativo e para a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema. Nessa perspectiva, os quilombos são valorizados como parte do patrimônio cultural brasileiro. A pesquisa em Geografia, ao se debruçar sobre os territórios quilombolas, deve contribuir para demonstrar a necessidade intrínseca da garantia dos direitos territoriais das comunidades, enquanto condição para a preservação do patrimônio cultural.

Apesar da importância dessa questão para o Brasil, enquanto nação com forte influência africana em sua formação étnica e cultural, a reflexão sobre o tema “ainda vive de textos produzidos sob a pressão da encomenda ou dos embates políticos. Apenas muito lentamente, reflexões de maior fôlego vão se somando em um quadro interpretativo articulado” (ARRUTI, 2006: 27), o que se reflete na relativa escassez de estudos geográficos sobre o tema, constatada através do levantamento bibliográfico. Por meio deste, encontramos trabalhos de excelente nível acadêmico sobre o assunto, mas

ainda assim entendemos que este é um tema relevante, que não se esgotou e que exige a continuidade da realização de pesquisas, pela Geografia, por outras ciências sociais, assim como por áreas do conhecimento tecnológico aplicado que possam oferecer contribuições capazes de influenciar a *práxis*.

A Geografia, enquanto ciência social que tem como objeto de estudo as relações entre a sociedade e o espaço, objetivadas a partir dos conceitos-chave de forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1986), deve assumir um papel importante na produção de pesquisas acadêmicas direcionadas aos territórios quilombolas, presentes no meio rural brasileiro. Desse modo, este trabalho se propõe a contribuir no debate relacionado aos territórios quilombolas no Brasil, por meio da operacionalização dos conceitos próprios da Geografia em um estudo de caso que, além de colaborar para a discussão conceitual, poderá contribuir também para o conhecimento e uma possível “epistemologia” da comunidade Cafundó, de modo mais específico. Esperamos, assim, ter contemplado as principais razões que justificam o esforço de pesquisa, realizado até o momento, sobre o tema. A seguir, procuramos definir e discutir os principais conceitos que estruturam a epistemologia do pensamento geográfico que fundamentam a pesquisa, sem pretender, em nenhum momento, esgotar a discussão que assumimos estar ainda bastante incompleta.

#### **4.1. Espaço Geográfico e Território**

Buscamos nossos fundamentos teórico-conceituais e metodológicos no âmbito do movimento de renovação crítica do pensamento geográfico, ocorrido a partir dos anos 1960 e cujo aspecto central foi a incorporação dos conceitos e das perspectivas ideológicas oriundas da teoria social marxista. Na Geografia brasileira, podemos citar como alguns dos principais expoentes dessa corrente Milton Santos, Antonio Carlos Robert Moraes, Ruy Moreira, Armando Corrêa da Silva, dentre outros (REIS, 2009).

Moraes (2000) propõe a adoção da perspectiva histórico-dialética no âmbito da investigação geográfica, entendendo a Geografia enquanto “uma modalidade de abordagem histórica, dedicada à análise dos processos sociais de formação dos territórios. Isto é, a visão da geografia humana como uma história territorial” (MORAES, 2000: 11). Tal posicionamento é explicitamente justificado pelo autor por

meio do seu alinhamento teórico-metodológico com o pensamento marxista, razão pela qual define a geografia humana “como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história” (MORAES, 2000: 15). Na visão de Moraes (2000), o espaço social é construído por meio do trabalho humano, este entendido enquanto “ato teleológico de incorporação e criação de valor”, o que resulta no emprego do conceito de “valorização do espaço”, na definição do processo de construção do espaço social.

Santos (1986), por sua vez, define a produção do espaço<sup>53</sup> como o objeto teórico e empírico central da investigação geográfica. O autor entende o conceito espaço a partir da acumulação de materialidades produzidas nas especificidades dos diferentes modos de produção ou de seus diferentes momentos, propondo a não separação das categorias de tempo e espaço, conforme realizado pelo pensamento kantiano clássico. Segundo o autor “a geografia, na realidade, deve ocupar-se em pesquisar como o tempo se torna espaço e de como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual” (SANTOS, 1986: 105).

Sendo assim, para o autor, no estudo da organização do espaço social, a partir do momento em que espaço e tempo são entendidos dentro da totalidade<sup>54</sup>, manifestada no presente e de forma indissociada, não se concebe a história como fator de explicação da geografia; pelo contrário, é necessário pensar a geografia historicamente (SANTOS, 1986), pensamento que converge com a concepção de Moraes (2000), anteriormente exposta. A conceituação do espaço apresentada por Santos (2004) permite o entendimento de que o tempo constantemente se transforma em espaço ou, em outras palavras, de que o espaço nada mais é que o tempo materializado, através do trabalho humano de acordo com o modo de produção e a divisão internacional do trabalho vigentes. Nas palavras do autor,

---

<sup>53</sup> “O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à idéia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano” (SANTOS, 1986: 119).

<sup>54</sup> “O exercício de apreensão da totalidade é um trabalho fundamental e básico para a compreensão do lugar real e epistemológico que, dentro dela, têm as suas diferentes partes ou aspectos. Todavia, o conhecimento das partes, isto é, do seu funcionamento, de sua estrutura interna, das suas leis, da sua relativa autonomia, e, a partir disso, da sua própria evolução, constituem um instrumento fundamental para o conhecimento da totalidade” (SANTOS, 1986: 111). “Para Lukács a categoria de totalidade, uma herança deixada a Marx por Hegel, consagra ‘a dominação determinante em todos os sentidos, do todo sobre as partes’ e constitui a essência do método utilizado por Marx como ‘fundamento de uma ciência inteiramente nova’” (SANTOS, 1986: 147).

O passado passou, só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo funcionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como tempo, não porém como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (SANTOS, 2004: 14).

É possível afirmar que os espaços se diferenciam tanto do ponto de vista da valorização, da história, da natureza e das relações estabelecidas com outros pontos do planeta. Nesse sentido, Moraes (2000) afirma que “a diversidade local é inicialmente natural” (MORAES, 2000: 16); que “O trabalho morto fixa-se ao solo seletivamente, exponencializando as singularidades locais” (MORAES, 2000: 16), o que conduz à afirmação de que “espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas em cada lugar” (MORAES, 2000: 16-17). Os lugares aparecem como a mediação entre a totalidade da formação econômico-social e as particularidades temporais e espaciais. Desse modo, podemos entender a espacialidade como um elemento particularizador dos fenômenos históricos (MORAES, 2000).

Embora se admita que a reflexão geográfica tome como base os exemplos sociais e os lugares concretos, como é o caso do nosso tema específico de pesquisa, entendemos a partir do pensamento de Santos (1986) que essa reflexão adquire o caráter científico somente quando os fatos concretos são entendidos a partir do pensamento teórico organizado, o que permite deduções e generalizações, ou seja, o exercício intelectual de entendimento do todo a partir das particularidades. Nessa perspectiva, “do ponto de vista teórico e epistemológico, o conceito de espaço precede o conceito de lugar. (...) O que se passa em um lugar depende da totalidade de lugares que constroem o espaço” (SANTOS, 1986: 121-122). Além das definições já apresentadas, Santos (1986) nos apresenta uma noção de espaço sintética e bastante pertinente ao tema desta pesquisa:

O espaço pode ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais

que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 1986: 122).

Este entendimento do espaço, enquanto categoria teórica e realidade empírica, representa uma importante contribuição para a compreensão geográfica dos quilombos contemporâneos. Como exposto de maneira mais ou menos demorada nos capítulos anteriores, os quilombos surgiram no contexto das estruturas econômicas, sociais e políticas do passado, como formas de contestação e luta contra a opressão representada pela escravidão, ou mesmo enquanto organizações sociais subordinadas à divisão do trabalho hegemônica. Sua permanência até os dias de hoje torna-os, assim, representativos dos processos<sup>55</sup> e estruturas do passado e ao mesmo tempo partes significativas da constituição do espaço no momento histórico atual.

Por ser produzido através do trabalho humano, que por sua vez é contextualizado historicamente, o espaço deve ser entendido como um fato social, o que implica a “recusar sua interpretação fora das relações sociais que o definem” (SANTOS, 1986: 130). Todas as relações sociais se dão no espaço e são influenciadas por sua organização, tanto local como mundial, ao mesmo tempo em que o espaço é produzido e modificado de acordo com a organização da sociedade em cada momento histórico. O espaço humano, a “matéria trabalhada por excelência”, embora seja uma obra humana, pelo fato de ser socialmente construído, a partir do acúmulo e da sobreposição de materialidades representativas de diferentes épocas, exerce significativa influência sobre a sociedade, razão pela qual Santos (1986) lhe atribui o caráter de instância social<sup>56</sup>. O aspecto do espaço de acúmulo de tempos desiguais é conceituado por Santos (1986) por meio da ideia de rugosidade:

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (...) Assim o espaço é uma

---

<sup>55</sup> “A palavra processo é, em si mesma, um outro nome para o tempo que passa” (SANTOS, 1986: 152).

<sup>56</sup> Sobre as relações entre o espaço, conforme definido, e a economia, escreve Santos (1986): “Quando Manuel Castells escreve que o espaço é um ‘estrutura subordinada’, o melhor é guardar no espírito o fato de que nenhuma relação dialética pode excluir da ação um dos seus componentes. Desse modo nos recusamos a imaginar que possa haver estruturas cujo movimento subordinado seria devido exclusivamente às determinações econômicas” (SANTOS, 1986: 147). Em outra obra, escreve o autor sobre o espaço: “O espaço, habitação do homem, é também o seu inimigo, a partir do momento em que a unidade desumana da coisa inerte é um instrumento de sua alienação” (SANTOS, 2004: 35).

forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas. (...) Os modos de produção cedem lugar a outros, os momentos de cada modo se sucedem enquanto os objetos sociais por eles criados continuam firmes, e muitas vezes ainda com uma função na produção (SANTOS, 1986: 138-139).

É necessário também entender, ainda que de maneira simplificada, o caminho percorrido por Santos (1986) para chegar à proposição do espaço enquanto instância social. Os diferentes autores citados por ele definem a sociedade, de forma geral, a partir da base econômico-produtiva, da organização político-jurídica e da superestrutura ideológica, mas não se debruçam sobre o papel do espaço. Nesse sentido, o conjunto da obra de Milton Santos vem preencher essa lacuna, ao fornecer as bases teóricas para a compreensão das relações sociedade-espaço.

A discussão teórica relacionada ao espaço, conforme brevemente apresentada, possui ainda suas raízes mais profundas na reflexão filosófica sobre as relações entre o ser e a existência, cujos referenciais Santos (1986) encontra no pensamento de Jean-Paul Sartre e Martin Heidegger. Essa busca das raízes mais profundas dos fundamentos do pensamento e da reflexão teórica, denominada ontologia, representa um avanço e um complemento em relação à epistemologia (Reis, 2009). Todavia, preferimos guardar as possibilidades de aprofundamento nessa discussão para um momento posterior da pesquisa, em razão da sua complexidade e da limitação de espaço e tempo disponíveis para a elaboração deste Relatório.

Outro conceito, intrinsecamente relacionado à idéia de espaço e que tem sido fundamental em nosso trabalho de reflexão teórica, é o de território. Nesse aspecto, Raffestin (1993) oferece importantes contribuições, ao conceituar o território enquanto uma fração do espaço definida a partir de relações de poder. Segundo o autor, “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993: 143).

Por sua vez, Moraes (2000) entende a formação do território como resultado empírico do processo abstrato de valorização do espaço. A operacionalização do conceito freqüentemente em associação com a geopolítica dos Estados Nacionais e com a delimitação destes por meio das fronteiras, fez com que a idéia de território se tornasse carregada desse sentido. De acordo com Moraes (2000), o conceito é retomado no

contexto do movimento de renovação crítica do pensamento geográfico, ocorrido a partir da década de 1960, que tornou hegemônico o marxismo histórico-dialético enquanto orientação teórico-metodológica. Ao privilegiar a reflexão sobre a realidade política e econômica, o conceito de território, entendido enquanto expressão da relação sociedade-espço (MORAES, 2000), retoma sua centralidade na análise geográfica. Nessa orientação prevalece uma concepção que qualifica o território pelo seu uso social e na qual o uso pressupõe a apropriação e o domínio (MORAES, 2000).

Por outro lado, na abordagem antropológica, o território é definido como um espaço de referência cultural, qualificado de acordo com os significados a ele atribuídos por um dado grupo social. “Para essa concepção antropológica, diversas territorialidades exercitam-se, sobrepondo-se num mesmo espaço, rompendo com a idéia de ‘exclusividade’ presente nas visões anteriores” (MORAES, 2000: 21). Esse entendimento do território mostra-se pertinente ao nosso tema de pesquisa, pois entendemos o território quilombola enquanto uma territorialidade que se sobrepõe a outras no presente, tais como as dos diversos níveis espaciais e organizacionais do Estado-Nação, como o município, o estado e o país. Tal sobreposição se evidencia ao constataremos que os quilombos tiveram seus territórios garantidos, ao menos na lei, por um decreto federal; que os órgãos responsáveis por prestar assistência técnica e jurídica às comunidades quilombolas são vinculados ao governo federal e estadual; e que o território quilombola faz parte do território de um município, estabelecendo relações nos níveis econômico, político, social.

Ao se trabalhar com a idéia de território, é importante levar em conta o papel das diversas formações territoriais pretéritas na formação dos territórios existentes na atualidade, caminho teórico que se mostra pertinente ao estudo dos territórios quilombolas, cuja formação inegavelmente remonta ao passado, mas permanece como uma realidade do presente<sup>57</sup>. “Para entender este resultado de três séculos de ocupação – o território colonial brasileiro – é necessário captar a lógica da valorização colonial do espaço” (MORAES, 2000: 27).

---

<sup>57</sup> Segundo Moraes (2000), “Pode-se considerar que os processos de formação territorial envolvem sempre, em algum nível e em algum momento, uma faceta de colonização (em sentido amplo), expressa na difusão do modo de vida da sociedade que o empreende ou em sua expansão diretamente política. (...) Na colonização da América conformam-se processos de ocupação que expandem o espaço econômico europeu por meio de instalações produtivas historicamente singulares, isto é, que geram formações sociais específicas do ponto de vista da história comparada. Esses territórios coloniais, anexos espaciais dos Estados metropolitanos, representam formas particulares de valorização do espaço, constituindo assim um tipo específico de padrão geográfico periférico” (MORAES, 2000: 23).



Em nosso trabalho, buscamos também compreender o território a partir de uma perspectiva integradora (HAESBAERT, 2012), buscando abranger as várias dimensões presentes na realidade empírica: o território enquanto expressão das relações de poder, base de recursos naturais, expressão material das relações econômicas e construído a partir de referências simbólico-culturais. “Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política” (HAESBAERT, 2012: 74).

Para dar conta das diferentes esferas políticas, econômicas e culturais que envolvem o território quilombola estudado, é necessária uma concepção igualmente abrangente de território, que incorpore a concepção de espaço como um híbrido, formado a partir da interação sociedade-natureza e possuindo dimensões políticas, econômicas e culturais (HAESBAERT, 2012). “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2012: 79).

O território deve ser relativizado, existindo simultaneamente como realidade empírica, visível e delimitável, de um ponto de vista ontológico e como noção e instrumento analítico, elaborado exclusivamente por meio da reflexão teórica, como ferramenta conceitual para o entendimento da realidade, de um ponto de vista epistemológico (HAESBAERT, 2012). A partir das bases trazidas por este autor, assumimos a seguinte concepção de território:

O território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto *mediação espacial do poder*, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política (HAESBAERT, 2012: 93).

A conceituação de território, tal como apresentamos, mostra-se ainda incompleta e longe de ter se esgotado. É nosso propósito aprofundar essa discussão teórica e articulá-la mais precisamente com o objeto empírico, até a conclusão da pesquisa. Por outro lado, o conceito será retomado ainda na Terceira parte deste Relatório, na qual procuraremos demonstrar algumas evidências empíricas da conceituação que ora apresentamos.

## 5. TERRITÓRIOS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: POSSIBILIDADES DE CONTEXTUALIZAÇÃO A PARTIR DAS CATEGORIAS DE CAMPESINATO E TERRAS DE USO COMUM

No estudo dos territórios quilombolas e das comunidades remanescentes de quilombo, entendemos que podem também oferecer significativas contribuições os conceitos de *territorialização camponesa* (BOMBARDI, 2001), *comunidade camponesa* (MARTINS, 1990; SHANIN, 1983; TAVARES dos SANTOS, 1978) e *terras de uso comum* (ALMEIDA, 2006). Nossa leitura dos quilombos procura se apropriar da possibilidade de contextualizá-los histórica, social e politicamente no seio do campesinato brasileiro, enquanto categoria teórica que possui significação histórica e correspondência com a realidade concreta.

Os quilombos se distinguem no contexto do campesinato, por possuírem particularidades relacionadas com a herança cultural africana, que ainda hoje exerce influência sobre suas práticas produtivas, sua organização interna e as diferentes formas de conceberem e se relacionarem com a natureza. São, portanto, concebidas também como *comunidades negras rurais* (ARRUTI, 1999) ou *campesinato negro*, em razão da sua descendência direta de ex-escravos.

A preservação da identidade étnico-cultural dessas comunidades, assim como a sua organização social e econômica baseada na autonomia sobre o território, potencializa os processos de resistência política, social e cultural, fortalecendo a garantia dos seus direitos territoriais. As comunidades quilombolas incorporam um sentido étnico, carregado de ancestralidade, ao processo luta pela terra. Por outro lado, sua inserção na discussão mais ampla sobre o campesinato, a posse da terra e a reforma agrária no Brasil, permite politizar e ampliar as perspectivas do debate relacionado à temática (ARRUTI, 1999).

As comunidades quilombolas são geralmente caracterizadas pela apropriação do território pelo conjunto da comunidade, distinguindo-se do campesinato constituído por agricultores familiares, onde cada família se apropria individualmente de um pedaço de terra. Podemos entender os quilombos também a partir da noção de *terras de uso comum*, que abrange a diversidade de formas de uso e ocupação das terras para fins

extrativistas, pecuários ou agrícolas por populações camponesas, em diferentes regiões do país. Segundo Almeida (2006),

Um aspecto frequentemente ignorado da estrutura agrária brasileira refere-se às modalidades de uso comum da terra. Analiticamente, elas designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõe uma unidade social (ALMEIDA, 2006: 101).

De acordo com Almeida (2006), as principais modalidades de uso comum presentes no território brasileiro são as “terras de preto”, “terras de santo”, “terras dos índios”, “terras de herança” e as “terras soltas ou abertas”. Marcos (1996) identifica também as modalidades *fundo de pasto ou pastagens comunais* e *babaçual, cocal, castanhal e fonte d’água* (MARCOS, 1996: 356), além dos *faxinais*, existentes no sul do Paraná – que são terras nas quais os animais de diferentes proprietários permanecem soltos e os trabalhos de manutenção do pasto e das cercas são feitos de forma coletiva. Segundo Marcos (1996)

Apesar da maior parte dessas terras ser utilizada para a criação de gado, houve também casos, em áreas de solo mais fértil, em que ela foi utilizada para a prática da agricultura, em geral culturas de subsistência realizadas por camponeses sem terra. Este tipo de utilização da terra comum começou a ocorrer desde a primeira metade do século XIX, mantendo-se até finais da década de 50 do presente século. Neste caso, porém, tratava-se do uso particular da terra comum, onde cada camponês cultivava o seu próprio roçado (MARCOS, 1996: 355-356).

A partir dessa leitura, podemos entender os territórios quilombolas enquanto terras de uso comum, cujo uso e apropriação são mediados por relações não capitalistas e associadas às concepções historicamente construídas por essas populações sobre seu território<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Nesse aspecto, Almeida (2006) afirma que as terras de uso comum “Emergiram, enquanto artifício de autodefesa e busca de alternativa de diferentes segmentos camponeses, para assegurarem suas condições materiais de existência, em conjunturas de crise econômica, também cognominadas pelos historiadores de “decadência da grande lavoura. (...) Representam formas que emergiram da fragmentação das grandes explorações agrícolas, baseadas na grande propriedade fundiária, na monocultura e nos mecanismos de imobilização da força de trabalho (escravidão e peonagem da dívida). Compreendem situações em que os próprios proprietários entregaram, doaram formalmente ou abandonaram seus domínios face à derrocada” (ALMEIDA, 2006: 109-111).

Martins (1990) entende o campesinato brasileiro como uma classe social *insubmissa*, que historicamente sempre lutou e resistiu de diferentes formas ao poder dos coronéis, à expropriação efetuada pelo latifúndio e pela grande empresa capitalista, à sujeição da renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 1991) e às condições impostas pela política econômica do Estado, que torna possível essa sujeição<sup>59</sup>.

O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. (...) É das contradições [do direito de propriedade], que serve a duas formas de propriedade privada – a familiar e a capitalista – que nascem as interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio (MARTINS, 1990: 16).

O campesinato brasileiro originou-se das contradições do processo de apropriação capitalista da terra, sendo composto inicialmente, ainda no período colonial, pelo conjunto dos trabalhadores rurais excluídos da propriedade oficial das terras, que se dava através do regime de sesmarias. Para entender o que foi o regime de sesmarias, o seu papel na formação da estrutura fundiária brasileira e na diferenciação das classes sociais no campo, é necessário que realizemos uma breve revisão histórica.

Nos primórdios da nação portuguesa, ainda durante a Idade Média, “o Rei é o titular legítimo de toda a terra, do território nacional, e a este poder se submetem, como concessionários, tanto senhores feudais como camponeses” (PAOLIELLO, 1992: 2). De acordo com o direito de presúria, aqueles que tivessem contribuído para a reconquista da terra aos mouros e a ocupassem por meio da morada e cultivo, receberiam sua concessão régia, como garantia do direito de posse. A partir dos séculos XIV e XV, o direito de presúria se transforma no direito ao sesmo, instituindo o regime de sesmarias.

O regime de sesmarias se transplanta para o Brasil, como instrumento de colonização, por meio das capitanias hereditárias. Na sua raiz está o “direito de posse, que orienta o pequeno camponês livre nas bordas da ordem escravocrata, e que compõe a conquista do território e o avanço para o interior” (PAOLIELLO, 1992: 3). No período colonial, o direito ao sesmo era concedido somente aos brancos de origem

---

<sup>59</sup> “As palavras ‘camponês’ e ‘campesinato’ são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política” (MARTINS, 1990: 21). Antes dessa importação, os camponeses tinham aqui suas denominações próprias, específicas para cada região: caipira, caiçara, tabaréu ou caboclo. “Em várias regiões é palavra que designa o homem do campo, o trabalhador” (MARTINS, 1990: 22). Mas a partir do mesmo debate que pôs em uso o termo “camponês”, os grandes proprietários de terra passaram a ser designados como latifundiários. “Essas novas palavras – *camponês* e *latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. (MARTINS, 1990: 22-23).

portuguesa, sendo vedado aos mestiços, indígenas ou negros. Isso fez com que, desde o início de nossa formação sócio-espacial, a discriminação racial estivesse na origem das desigualdades econômicas, calcadas na propriedade fundiária. Segundo Martins (1990),

No período colonial, quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco e índia, estava excluído da herança. (...) Cessada a legalidade da escravidão indígena no começo do século seguinte, (...) o índio e o mestiço entraram para o rol dos agregados da fazenda, excluídos do direito de propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados, desde serviços até gêneros, segundo a época, as circunstâncias e as condições do fazendeiro (MARTINS, 1990: 31-32).

Os excluídos do direito ao sesmo tornavam-se então posseiros: camponeses que ocupavam as terras, mas não possuíam as cartas de sesmaria, que garantiriam o domínio legal sobre as terras ocupadas. Uma vez que as cartas de sesmarias fossem obtidas pelos primeiros latifundiários, caberia aos posseiros deixar as terras ou ser incorporados às propriedades como agregados, ou moradores de condição, que deveriam entregar parte da renda da terra, obtida por meio do seu trabalho, ao proprietário, através do pagamento de tributos, em dinheiro ou em espécie<sup>60</sup>.

Com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que estabeleceu o acesso a terra exclusivamente através da compra, e a extinção do regime de sesmarias, “o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro” (MARTINS, 1990: 43). Conforme já discutimos, a partir da proibição do tráfico negreiro em 1850 e da iminência do fim da escravidão, o estímulo a imigração estrangeira foi adotado como solução para o problema do fornecimento de mão-de-obra para as fazendas<sup>61</sup>.

A partir da promulgação da Lei de Terras, aos poucos o *campesinato*, constituído de posseiros e agregados, passa a ceder espaço a um *campesinato* formado de pequenos proprietários, predominantemente de origem estrangeira e que passam a ter

---

<sup>60</sup> “(...) A concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre direitos de posseiros. Não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos. Dependia do fazendeiro aceitar ou não a permanência desses posseiros como agregados. De qualquer modo, se não lhe conviesse mantê-los no interior da propriedade, estava obrigado unicamente a indenizá-los pelas benfeitorias, como a Lei de Terras o confirmará. A posse do fazendeiro conduzia à legitimação através do título de sesmaria; o mesmo não se dava com a posse do camponês, do mestiço, cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro. Basicamente, tais situações configuravam a desigualdade dos direitos entre o fazendeiro e o camponês – desigualdade essa que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos” (MARTINS, 1990: 35).

<sup>61</sup> De acordo com Martins (1998) “(...) a ampla faixa de terrenos devolutos no país, teoricamente sujeitos a simples ocupação por parte dos interessados, poderia se constituir num grande entrave não só à libertação dos escravos como à entrada de trabalhadores livres de origem estrangeira. Somente após 1850 é que o governo legislou sobre o assunto, estipulando que a terra devoluta não poderia ser ocupada por outro título que não fosse o da compra” (MARTINS, 1998: 29).

acesso a terra através da compra e da venda. “É o campesinato que marca fortemente a paisagem do sul e do sudeste e que no futuro também terá os seus problemas” (MARTINS, 1990: 43). Com a proibição do tráfico negreiro em 1850 e a transição da escravidão para o trabalho livre, ao campesinato formado pelos mestiços somam-se os negros libertos e os imigrantes.

Desde o período colonial até os dias atuais, além das distintas modalidades de apropriação da terra, outro aspecto que diferencia o camponês do latifundiário é o tipo de produção. Enquanto o latifúndio sempre visou à acumulação capitalista através da produção em larga escala destinada à exportação – tanto sob o regime de trabalho cativeiro, de colonato ou plenamente assalariado – a produção camponesa tem como principal objetivo a produção de alimentos e demais meios de vida para o sustento da família, podendo comercializar os excedentes<sup>62</sup>.

Ao traçar a história do Brasil colonial, Prado Jr. (1994) estabelece as diferenças estruturais entre a grande lavoura e a agricultura de subsistência, definindo a primeira enquanto o nervo econômico da civilização, responsável pela efetiva conquista e ocupação econômica do território brasileiro pelos portugueses, enquanto classifica a agricultura de subsistência como um tipo de produção subordinada à primeira, “um setor subsidiário da economia colonial, dependendo exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças” (PRADO JR., 1994: 160).

A agricultura de subsistência poderia ser praticada tanto no interior das grandes propriedades para o seu próprio sustento, como por camponeses, posseiros, agregados, ou até mesmo por quilombos, mesmo no momento de plena perseguição a tais organizações sócio-territoriais, como foi o caso dos Palmares, que mantinham intensas relações comerciais com as fazendas e engenhos vizinhos. No fornecimento de alimentos para o consumo interno, predominava assim a pequena propriedade familiar e as demais formas de apropriação camponesa da terra. Na vigência da escravidão, o trabalho escravo poderia ser empregado nessa atividade, mas em proporções muito menores que na grande lavoura. Sendo assim, historicamente foram os camponeses (hoje também chamados de “agricultores familiares”) os responsáveis pela produção de alimentos destinados ao abastecimento interno do país: posseiros, meeiros, agregados e

---

<sup>62</sup> Segundo Shanin (1983), “La unidad doméstica campesina se caracteriza por una casi total integración de la vida de la familia y su explotación agrícola. La familia suministra el trabajo necesario mientras que las actividades agrícolas se orientan, principalmente, a la producción suficiente para satisfacer sus necesidades básicas y los tributos impuestos por los poseedores del poder económico y político” (SHANIN, 1983: 54).

sitiantes, foram historicamente responsáveis pela produção de alimentos destinados ao consumo do restante da sociedade<sup>63</sup>.

O trabalho do camponês geralmente é realizado de forma independente (MARTINS, 2003), pois o camponês não *vende* sua força de trabalho, e sim o fruto de seu trabalho, que surge como sua propriedade, situação que ocorre quando o camponês dispõe dos instrumentos de produção. Segundo Woortmann (1990), “apesar da variedade com que tem sido construído o conceito de camponês, ressalta um ponto comum: o caráter familiar do trabalho” (WOORTMANN, 1990: 24).

Todavia, o trabalho camponês pode ser completado pelo trabalho assalariado de pessoas externas ao grupo familiar – que geralmente também são camponeses, realizando o trabalho acessório com o propósito de complementar a renda familiar (TAVARES dos SANTOS, 1978) – em épocas em que a demanda de trabalho não pode ser suprida unicamente pela família, contratando-se temporariamente mão-de-obra externa à unidade familiar<sup>64</sup>. “Pode-se concluir que, tanto do lado da procura quanto do lado da oferta, é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade de utilização do trabalho assalariado, bem como o seu desaparecimento, no processo de trabalho camponês” (TAVARES dos SANTOS, 1978: 44).

Outra forma de complementar a força de trabalho familiar são os mutirões, realizados através da reunião de um grupo de vizinhos, parentes ou amigos do camponês, para ajudá-lo nas tarefas do sítio. Após o mutirão, era comum o dono do sítio oferecer uma festa, ou um churrasco, em troca da ajuda recebida. Segundo Candido (2001),

As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão, que soluciona o problema da mão-de-obra nos grupos de vizinhança, suprimindo as limitações da atividade individual ou

---

<sup>63</sup> “O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, volta à agricultura de subsistência (...), cria um problema que é dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar. Refiro-me ao abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra. Excetua-se tão somente o Rio de Janeiro (...), que parece nunca ter sofrido neste terreno como as demais grandes cidades da colônia. Nestas outras, sobretudo na Bahia e em Pernambuco, há um verdadeiro estado crônico de carestia e crise alimentar que freqüentemente se tornam em fome declarada e generalizada. Isto ocorre sobretudo nos momentos de alta de preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades e atenções se voltam inteiramente para ela e as culturas alimentares são desleixadas e abandonadas. Situação paradoxal, porque é a miséria e a fome a ombrearem com a prosperidade daqueles preços elevados” (PRADO JR., 1994: 163).

<sup>64</sup> De acordo com Woortmann (1990), quando um sitiante assalaria outro sitiante, o trabalho pode ser entendido como “ajuda”, definição que expressa uma reciprocidade entre iguais e não uma relação capitalista de exploração do trabalhador. Para esse autor a “ajuda”, mesmo podendo ser economicamente entendida como trabalho assalariado, faz parte da lógica camponesa.

familiar. E o aspecto festivo, de que se reveste, constitui um dos pontos importantes da vida cultural do caipira (CANDIDO, 2001: 88).

Há algumas décadas, tal necessidade de ajuda era imposta pela natureza das técnicas empregadas no trabalho agrícola, que limitavam o trabalho individual do agricultor. Com o avanço da mecanização e do meio técnico-científico-informacional no campo, tais formas de organização trabalho podem cair na obsolescência. Todavia é necessário lembrar que o progresso técnico se difunde seletivamente no espaço, o que permite que tais formas de organização do trabalho persistam em muitos lugares do meio rural brasileiro, como é o caso de grande parte das comunidades quilombolas, cujos espaços geralmente são contemplados mais tardiamente com o progresso técnico. Desse modo, consideramos que alguns aspectos da organização da vida caipira, apontados por Candido (2001), mantêm-se relativamente atuais em relação às comunidades quilombolas.

Também é comum o camponês realizar o trabalho acessório, com o objetivo de complementar sua renda, ao “se transformar periodicamente em *trabalhador assalariado*, recebendo *salário* por período de trabalho” (OLIVEIRA, 1991: 57). Sobre esse aspecto, Tavares dos Santos (1978), afirma que

Em síntese, o trabalho acessório do camponês cuja família tem flexibilidade para liberar um de seus membros (...) significa uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa caso não ocorresse o trabalho acessório (TAVARES DOS SANTOS, 1978: 39).

Podemos afirmar que tanto a utilização do trabalho assalariado, quanto o trabalho acessório fazem parte da lógica camponesa de produção, uma vez que visam suprir as necessidades familiares de consumo e trabalho, otimizando o emprego dos fatores de produção na unidade camponesa, garantindo a realização da família enquanto valor (WOORTMANN, 1990) e a permanência da unidade camponesa de produção. O trabalho de Woortmann (1990) reforça esse ponto de vista, quando o autor afirma que “longe de se opor ao trabalho doméstico e ao *trabalho* como categoria indissociável da família, o uso de assalariados é a condição mesma de realização desta última” (WOORTMANN, 1990: 26).

É necessário ainda diferenciar a apropriação camponesa da terra, que a transforma em *terra de trabalho*, da apropriação capitalista, que a transforma em *terra*



de negócio (MARTINS, 1990). De acordo com BOMBARDI (2001), a apropriação camponesa da terra permite constituir uma *fração camponesa do território*, distinta do território dominado pelas relações capitalistas de produção:

Nesse sentido, a fração do território produzida de forma tipicamente capitalista difere daquela produzida em base camponesa, já que as relações sociais estabelecidas são outras, são regidas por outra lógica, e assim materializam-se de forma completamente diferente no espaço, ou em outros termos, territorializam-se (BOMBARDI, 2001: 68).

A produção camponesa distingue-se da produção capitalista pelo fato de o camponês ser também o proprietário, ao menos de parte, das suas condições de trabalho – a terra e os instrumentos – empregando a mão-de-obra familiar para reproduzir as condições de subsistência da família. Ou seja, a terra e os instrumentos de trabalho pertencem aos que com eles trabalham diretamente.

Por outro lado, na produção capitalista, o trabalhador é separado dos meios de produção, recebendo um salário em troca do seu trabalho, mas que não condiz com o valor total da riqueza produzida através do mesmo. Esse é o fundamento da produção da mais-valia (MARX, 1982), ou seja, do trabalho não pago ao trabalhador pelo capitalista. Desse modo, é possível afirmar que o campesinato se caracteriza pelo predomínio de relações não-capitalistas de trabalho e produção, pois o camponês produz para si próprio, para o sustento da própria família, utilizando os meios de produção dos quais é proprietário<sup>65</sup>.

Para Tavares dos Santos (1978) “o processo de trabalho camponês é um processo de trabalho não especificamente capitalista reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista” (TAVARES DOS SANTOS, 1978: 23). Segundo Martins (1990; 1998) e Oliveira (1981; 1991), a acumulação capitalista na agricultura ocorre de forma desigual e contraditória, uma vez que a reprodução do capital se efetiva com base em relações não capitalistas, no momento em que o capital se apropria da

---

<sup>65</sup> O trabalho de Tavares dos Santos (1978), baseado na obra de Marx (MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975), também oferece uma contribuição para a afirmação do caráter não especificamente capitalista da produção camponesa: “o camponês detém a propriedade sobre os meios de produção, não ocorrendo a ‘dissolução das relações em que o homem mostra-se como o proprietário do instrumento’. (...) o camponês possui os meios de vida ‘necessários a sua manutenção como produtor’. Na unidade produtiva camponesa, combinam-se a produção de meios de vida, o ‘fundo de consumo’, e a produção de mercadorias. (...) o camponês não se inclui como ‘parte direta das condições objetivas de produção’ mas se antepõe a elas, enquanto proprietário das condições de seu trabalho. (...) Logo, no seu processo de trabalho não se realizam todas as condições fundamentais da relação social de produção capitalista” (TAVARES DOS SANTOS, 1978: 22-23).

renda da terra – através da comercialização e da industrialização da produção camponesa ou da aquisição de insumos e empréstimos pelo camponês – produzida com base em relações familiares, portanto não capitalistas, de produção.

Martins (1998) exemplifica essa questão com base no estudo da transição do trabalho cativo para o trabalho livre na cafeicultura, na segunda metade do século XIX, o qual já discutimos em capítulo anterior. O autor sustenta que no processo mencionado se instituiu um regime de trabalho livre, mas cuja base não residia no trabalho assalariado e sim em relações não-capitalistas de produção, as quais eram subordinadas à produção capitalista e ao mesmo tempo possibilitavam a reprodução ampliada do capital.

Em troca do direito de utilizar uma parcela da terra do fazendeiro para produzir os alimentos para o sustento da própria família, os colonos se encarregavam do plantio do cafezal, pelo qual recebiam também uma pequena quantia em dinheiro. Tal remuneração recebida pelo plantio do cafezal era bastante inferior ao salário pago na época a um operário da indústria, porém o colono podia plantar os alimentos para o próprio consumo, o que desonerava o fazendeiro dos custos com a alimentação dos colonos e ocultava uma forma de arrendamento.

Por outro lado, ao ser exportado o café, a mercadoria se efetivava, permitindo a acumulação capitalista, a reprodução ampliada do capital. Ao percorrer tal caminho teórico, Martins procura demonstrar, no seio da formação econômico-social brasileira, a presença de um desenvolvimento desigual, que se caracteriza pela (re) produção do capital a partir de relações não-capitalistas de produção, realizadas pelos camponeses.

Além do trabalho familiar independente, o campesinato tradicional se caracteriza por uma cultura marcada por relações de parentesco e compadrio, pela religiosidade, pela estrutura patriarcal e pela transmissão oral dos saberes entre as gerações (SHANIN, 1976). As sociedades camponesas tradicionais são constituídas por uma ordem moral centrada no conjunto terra, trabalho e família, sob o comando do pai de família, detentor do saber tradicional relacionado ao trabalho na terra e que é repassado de geração a geração (WOORTMANN, 1990).

Nessa abordagem do campesinato e suas relações intrínsecas, Woortmann (1990) dá ênfase à subjetividade do seu ponto de vista, enquanto pesquisador, para interpretar a subjetividade do camponês e possibilitar a compreensão da sua ordem moral. Com base em etnografias realizadas em diferentes regiões do país, Woortmann

debruça-se sobre uma qualidade considerada intrínseca ao campesinato, a *campesinidade*, a qual faz parte de um mundo relacional, onde a terra, os instrumentos de trabalho e as pessoas não são entendidos de forma atomística e individualizada e sim como um todo, marcado por relações morais de reciprocidade, parentesco e compadrio<sup>66</sup>.

A linha interpretativa desenvolvida por Woortmann (1990) permite compreender de forma mais ampla os sentidos da terra e da tradição para os camponeses, enquanto possibilidade de garantia da autonomia, em contraposição à sujeição. “A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro” (WOORTMANN, 1990: 17).

Todavia, os sujeitos concretos são ambíguos e o fato de o camponês agir de acordo com um sistema simbólico de crenças não impede que sua ação também se baseie em uma racionalidade econômica, no contexto da ordem moral camponesa. A *campesinidade* é ambígua e contraditória, não algo dado e imutável. Por outro lado, a aparente contradição entre a *campesinidade* e a adoção de uma racionalidade econômica de inserção no mercado, assim como o emprego do trabalho assalariado, que já discutimos, pode também se constituir em uma estratégia de manutenção da terra e da família enquanto ordem moral, enquanto realização da hierarquia familiar e da autoridade do pai (WOORTMANN, 1990).

É preciso ressaltar que nos dias atuais as comunidades camponesas conhecem cada vez maiores transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, com maior ou menor intensidade de acordo com as especificidades regionais e locais, a partir da adoção de valores, comportamentos e padrões de consumo cuja origem é urbana. A “*campesinidade*” vem sofrendo sérias rupturas, sobretudo em relação às novas gerações.

Se por um lado a família e a comunidade enquanto ordem moral eram a “capa protetora do indivíduo”, por meio da garantia da autonomia do trabalho na terra pertencente ao grupo, o que se opunha à sujeição do trabalhador assalariado, por outro lado essa ordem representava não a liberdade do indivíduo e sim a “liberdade da família hierárquica, hierarquia essa encarnada no *pai*. Trata-se, portanto, da *liberdade da*

---

<sup>66</sup> “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica” (WOORTMANN, 1990: 23-24).

*hierarquia* no contexto de uma ordem moral. É também a liberdade de realizar o trabalho para *nós*, em oposição ao trabalho para o *outro*” (WOORTMANN, 1990: 50).

Esse conflito pode se apresentar na forma de uma recusa ou um questionamento dos filhos em aceitar o “destino camponês”, uma vez que se a família constitui-se num todo sob a autoridade paterna, são anulados os projetos individuais. O que antes era a “proteção contra o cativo”, situado fora da família ou da comunidade de parentesco, passa a ser entendido como “o cativo”, uma vez que submete a vontade e o destino do indivíduo à hierarquia familiar<sup>67</sup> (WOORTMANN, 1990).

Ao constatar tal processo de transformação, Woortmann (1990) procura extrair, a partir da fala do camponês e dos valores implícitos nela, uma ética que caracterize a campesinidade, enquanto expressão de uma ordem moral. Todavia alerta que, como os sujeitos concretos são ambíguos, a campesinidade não é uma prisão cultural, o que faz com que o sitiante não seja radicalmente distinto das “pessoas modernas”. Inspirando-se nas reflexões de Woortmann (1990) podemos supor que, dadas as ambigüidades dos sujeitos concretos, as mudanças que poderiam apressadamente ser interpretadas como sintomas da desintegração do campesinato, podem ser estratégias individuais ou coletivas para manter a autonomia do trabalho e escapar à sujeição e à proletarização.

---

<sup>67</sup> O autor descreve a situação criada por tal conflito: “Os filhos agora ‘vivem sonhando com a cidade’, como dizia um pai desesperançado, e não são poucas as unidades de produção onde o processo de trabalho se inviabiliza pela ausência de filhos. Mais dramaticamente, *o herdeiro se recusa a herdar*. Introduzem-se, então, no universo da *colônia* e da família, os projetos individuais dos filhos, em oposição ao projeto coletivo da família, pedra de toque da organização social” (WOORTMANN, 1990: 53).

## **6. OBJETIVOS E REFERENCIAIS METODOLÓGICOS DO PROJETO DE PESQUISA**

### **6.1. Objetivo Geral**

O propósito central da pesquisa é o estudo das formas como se dão o uso e a apropriação do território no quilombo Cafundó através de atividades produtivas, como a agricultura, e de formas simbólicas e identitárias, dentre estas, principalmente, as festas tradicionais. Tal propósito impõe o conhecimento das formas de realização do trabalho na comunidade, da presença de relações de gênero e da reprodução do patrimônio cultural. Procuramos contextualizar tais aspectos a partir das influências das transformações ocorridas em Salto de Pirapora e Sorocaba sobre o território quilombola, a partir do avanço da urbanização e da industrialização.

### **6.2. Objetivos Específicos**

- a)** Investigar as manifestações da cultura quilombola na comunidade, enquanto conteúdos e continentes do território e seu processo de transformação;
- b)** Pesquisar o cotidiano das famílias quilombolas, principalmente no que tange às relações de trabalho e à divisão do trabalho entre homens e mulheres;
- c)** Identificar e analisar as formas de uso e ocupação do solo na comunidade;
- d)** Discutir as questões relacionadas ao funcionamento da associação comunitária e à gestão e manejo das áreas do quilombo ocupadas pelo plantio de eucalipto, por uma mineradora de areia e pela produção agropecuária quilombola;
- e)** Realizar um levantamento das políticas públicas do Estado (esferas municipal, estadual e federal) voltadas às populações remanescente de quilombos, particularizando o caso do Cafundó e problematizando as contradições entre as representações dos agentes estatais e os usos, ritmos e concepções dos quilombolas.

### 6.3. Referenciais Metodológicos

Privilegiamos técnicas qualitativas de análise, pois esta parece ser a opção que nos permite mais adequadamente examinar em profundidade os diferentes aspectos da comunidade estudada. As entrevistas têm sido feitas com base em roteiros semi-estruturados, “supondo uma postura flexível do entrevistador, de modo a favorecer ao entrevistado discorrer de forma ampla e sem constrangimento a respeito dos temas sugeridos” (PARO, 2001: 18).

As entrevistas não se limitam ao seu aspecto passivo da simples escuta, pois durante a sua realização tenho buscado colocar-me como elemento que faz parte da situação estudada, não pretendendo uma posição de neutralidade. Além dos roteiros semi-estruturados, foram gravadas, com autorização dos entrevistados, várias conversas que começaram espontaneamente, mas nas quais as falas dos interlocutores revelaram aspectos importantes das suas histórias de vida e das relações destas com o lugar em que vivem. Até o momento, foram gravadas dez entrevistas no formato descrito, dialogando com oito interlocutores.

Nosso trabalho tem como referências metodológicas a *pesquisa participante*, a *abordagem qualitativa* e a *observação participante*, que de acordo com Gianotten & Wit (1999) situam-se

(...) entre as correntes das ciências sociais que rejeitam a chamada neutralidade científica e partem do princípio de que a investigação deve servir a determinados setores sociais, buscando uma resposta coerente que permita, por um lado, socializar o conhecimento e, por outro, democratizar os processos de investigação (GIANOTTEN & WIT, 1999: 158-159).

O conhecimento isolado da prática, ou a prática sem reflexão não são capazes de realizar transformações na sociedade, o que nos leva a afirmar que não existe conhecimento neutro (GIANOTTEN e WIT, 1999). Sendo assim, adotamos a pesquisa participante como referencia metodológica de pesquisa, buscando assumir um interesse político de classe coerente com os interesses da comunidade estudada.

A pesquisa participante envolve a participação ativa dos sujeitos em suas diferentes etapas, procurando superar a separação entre “sujeito” e “objeto” e a “neutralidade científica”. O caráter participante da pesquisa pode ser atribuído somente quando os sujeitos participam dela ativamente – colaborando na produção do

conhecimento e não somente como objeto de coleta de dados – e quando os objetivos da pesquisa partem da experiência e das necessidades populares (GIANOTTEN e WIT, 1999).

A pesquisa participante também é discutida pela geógrafa Valéria de Marcos, em artigo publicado no *Boletim Paulista de Geografia*, no qual, ao relatar sua experiência de pesquisa em duas comunidades descendentes de japoneses, situadas no interior do Estado de São Paulo – as comunidades Sinsei e Yuba –, expõe seus questionamentos a respeito da chamada neutralidade científica (MARCOS, 2006). Segundo a autora, a pesquisa participante impõe “um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir” (MARCOS, 2006: 109).

Entendemos que a pesquisa participante, enquanto referencial metodológico, contribui para aprofundar a reflexão sobre o papel da pesquisa em Geografia voltada para as comunidades quilombolas e a sua possível relação com ações concretas. Essa abordagem também dialoga com o método etnográfico ou qualitativo de pesquisa (TEIS & TEIS, 2006), caracterizado pelo enfoque interpretativo e pela busca da observação dos fatos “da maneira como eles ocorrem”.

Essa linha de pesquisa valoriza “a observação das ações humanas e sua interpretação a partir do ponto de vista das pessoas que praticam as ações. Trata-se de gerar dados aproximando-se da perspectiva que os participantes têm dos fatos, mesmo que não possam articulá-la” (TEIS & TEIS, 2006: 1) As raízes desse enfoque se encontram no desenvolvimento das ciências sociais no final do século XIX, quando se intensificou o questionamento do emprego dos métodos positivistas, semelhantes aos utilizados no estudo do meio natural, no estudo das sociedades humanas<sup>68</sup> (TEIS & TEIS, 2006).

O enfoque interpretativo valoriza as interpretações dos fatos vivenciados, do cotidiano e da realidade, elaboradas pelos sujeitos concretos. Ao adotar essa perspectiva, temos como propósito intensificar a aproximação da pesquisa científico-acadêmica em relação à(s) realidade(s) estudada(s), possibilitando que o nosso trabalho

---

<sup>68</sup> “Max Weber contribuiu de forma importante para a configuração da perspectiva qualitativa de pesquisa ao destacar a compreensão como o objetivo que diferencia a ciência social das ciências físicas e naturais. Para Weber, o foco da investigação deve se centrar na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações (...). Essa perspectiva opõe-se à concepção positivista de ciência que busca, por sua vez, fatos ou causas dos fenômenos sociais, devotando pouca consideração pelos estados subjetivos individuais” (TEIS & TEIS, 2006: 2).

de pesquisa seja o mais coerente possível no que concerne às concepções e pontos de vista do grupo estudado. A busca dessa coerência exige que a obtenção e interpretação de dados primários e secundários sejam confrontadas com as concepções, pontos de vista e interesses dos sujeitos concretos, buscando entender como os entrevistados se concebem enquanto quilombolas e como entendem seu cotidiano, seu trabalho e as relações estabelecidas com os agentes estatais e não-governamentais que atuam de diversas maneiras na comunidade.

Nesse sentido, entendemos que “é preciso penetrar no universo conceitual dos sujeitos para poder entender como e que tipo de sentido eles dão aos acontecimentos e às interações que ocorrem em sua vida diária” (TEIS & TEIS, 2006: 3). Tais acontecimentos e interações inserem-se nas relações estabelecidas entre a comunidade e seu território, assim como nas relações sociais que estão postas. Ao buscar a aproximação entre a teoria e a perspectiva dos sujeitos concretos sobre os fatos, nosso propósito é compreender suas concepções sobre o território, o lugar e o espaço onde vivem, as quais fundamentam os diferentes usos do território quilombola.

A abordagem qualitativa e participante pode ser útil ainda na compreensão da organização comunitária e das suas contribuições para a melhoria das condições de vida e o “uso sustentável” dos recursos ambientais. Sua relevância é ressaltada pelo fato de se tratar de uma comunidade tradicional, que possui autonomia e formas próprias de usar e ocupar o seu território. A observação participante segue a mesma linha da pesquisa etnográfica, que

(...) consiste na aproximação gradativa ao significado ou à compreensão dos participantes, isto é, de uma posição de estranho o etnógrafo vai chegando cada vez mais perto das formas de compreensão da realidade do grupo estudado, vai partilhando com eles os significados. (...) o trabalho etnográfico envolve a observação e participação de longo prazo em um cenário que está sendo estudado, a fim de o pesquisador familiarizar-se com os padrões rotineiros da ação e interpretação que correspondem ao universo cotidiano local dos participantes. (TEIS & TEIS, 2006: 3-4).

A observação participante dá ênfase à percepção de elementos sutis de extrema importância, que podem ser vivenciados, mas não plenamente captados unicamente por meio da descrição verbal ou de dados quantitativos<sup>69</sup>. É importante observar os aspectos

---

<sup>69</sup> “O etnógrafo tem como meios principais de coleta de dados a observação e os questionamentos. Esses, realizados por meio de entrevistas ou questionários são necessários para confirmar as ações aparentes das pessoas a partir da observação que, por sua vez, é chamada de participante porque se admite que o



íntimos das relações sociais, das tradições, dos costumes, além do tom e da importância que lhe são atribuídos, por meio das categorias de pensamento dos sujeitos concretos.

No trabalho de campo, procuramos “nos colocar no mundo dos entrevistados”, buscando entender os princípios gerais seguidos em sua vida cotidiana para organizar a experiência, particularmente as de seu mundo social; levar em conta as relevâncias dos atores sociais e ter em mente o conjunto de relevâncias da abordagem teórica, o que tem permitido interagir ativamente com o campo; evitar assumir uma postura externa “de cientista”, procurando participar do cotidiano e mantendo implícita a estrutura de relevâncias teóricas. Sendo assim, procuramos utilizar na pesquisa de campo uma linguagem mais próxima possível do senso comum dos atores sociais (MINAYO, 2010).

Tendo como referência a metodologia brevemente descrita, utilizamos ferramentas como entrevistas semi-estruturadas, estruturadas e gravações em áudio e/ou vídeo, por exemplo. Deve ficar claro que tais ferramentas podem ser úteis para realizar uma aproximação interpretativa da realidade. A realidade continuará se desenrolando em toda a sua complexidade, enquanto analisamos o “material colhido”. Depois que deixamos o local da pesquisa de campo, diversos outros fatos, diluídos na complexidade e ocultos (muitas vezes permanentemente) aos olhos do pesquisador continuam se desenrolando, introduzindo na pesquisa um processo permanente de relativização das interpretações teóricas e de revisão dos fundamentos metodológicos.

“A pesquisa etnográfica permite, assim, um plano de trabalho aberto e flexível, em que os focos de investigação vão sendo constantemente revistos, as técnicas de coleta, reavaliadas, os instrumentos reformulados e os fundamentos teóricos, repensados” (TEIS & TEIS, 2006: 7). Por isso, reafirmamos o caráter interpretativo dos resultados da pesquisa de campo, pois se tratará sempre de uma interpretação sobre a realidade. Acreditamos que, ao levar em conta a perspectiva e os interesses dos próprios quilombolas, os resultados finais da pesquisa ficarão mais próximos da situação real da comunidade e possíveis de serem apropriados por ela.

---

pesquisador tenha sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado” (TEIS & TEIS, 2006: 3-4).

## **7. SUMÁRIO PRELIMINAR DE REDAÇÃO**

Nesta seção, apresentamos a proposta preliminar de sumário para a redação do texto final da Dissertação de Mestrado. Para cada capítulo e sub-capítulo procuramos indicar, de forma sucinta, como o trabalho será desenvolvido e quais autores deverão ser consultados para fundamentar o texto e construir as bases teóricas da Dissertação.

### **7.1. CAPÍTULO I – ESPAÇO, SOCIEDADE E TERRITÓRIO: CONCEITOS-CHAVE PARA A COMPREENSÃO DAS ORIGENS DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL.**

Neste capítulo serão discutidos os conceitos geográficos fundamentais para o restante do trabalho. A partir dos autores de referência, procuraremos definir nossas concepções de espaço geográfico e território e suas relações com a sociedade. Com base em uma perspectiva materialista, buscaremos realizar a síntese das principais concepções teóricas e políticas relacionadas ao capitalismo e ao desenvolvimento das forças produtivas, a partir da abordagem histórica e dialética. Tal esforço de reflexão teórica tem como propósito o entendimento dos grupos quilombolas no contexto das estruturas sociais, econômicas, espaciais e políticas mais amplas, o que nos permitirá justificar com maior propriedade a importância dos quilombos dentro do corpo teórico da Geografia e definir um conceito mais próximo da realidade empírica estudada, o conceito de territórios quilombolas. Desse modo, procuramos também oferecer uma contribuição para a reflexão teórica própria à Geografia, ao demonstrar sua pertinência e operacionalidade para a reflexão crítica sobre os territórios quilombolas. Como fundamentos teóricos desse capítulo, selecionamos os autores mencionados a seguir. Além desses outros ainda poderão ser incorporados no processo de levantamento bibliográfico, ao qual daremos continuidade conforme o Cronograma Final do Projeto de Pesquisa.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.

- BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na Economia-Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, 2º ed.
- BRUNHES, Jean. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- CARDOSO, Fernando. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: DIFEL, 1962.
- CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- DEFFONTAINES, Pierre. *El Brasil, la tierra e El hombre*. Barcelona: Editorial Juventud, 1960.
- FABIANI, Aldemir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 - 2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Sobre poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Territórios Alternativos*. Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- \_\_\_\_\_. *O território e a nova des-territorialização do Estado* in DIAS, Leila C. & FERRARI, Maristela (orgs.). *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- HOLANDA, Sérgio. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LA BLACHE, Paul Vidal. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, 1954.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, José de S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro III, Capítulo XXIV: *A assim chamada acumulação primitiva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MITCHELL, D. *Cultural Geography. A critical introduction*. Malden MA e Oxford: Blackwell, 2000.

MONBEIG. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORAES, Antonio Carlos R. de. *Bases da Formação Territorial do Brasil*. O Território Colonial Brasileiro no Longo Século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JR. Caio. P. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alecsandro J. P. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1996.

ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

\_\_\_\_\_. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ROSSINI, Rosa. E. *Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista*. São Paulo: Tese de Livre-Docência, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1988.

\_\_\_\_\_. *Contribuição ao estudo do êxodo rural no Estado de São Paulo*. São Paulo: Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP 1975.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª Ed.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, Clayton Luiz da. *A divisão política do território brasileiro: os compartimentos quilombolas no Vale do Ribeira (SP)*. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Geociências, Unicamp, 2010.

SILVA, Simone Rezende. *Negros da Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia FFLCH/USP, 2008.

## 7.2. CAPÍTULO II – AS ORIGENS E A DISTRIBUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL.

- i. O papel da escravidão negra na formação da sociedade e nos primórdios da organização do espaço brasileiro.
- ii. Os diferentes contextos de surgimento dos territórios quilombolas e das modalidades de uso coletivo das terras.
- iii. As comunidades quilombolas no contexto do campesinato brasileiro.
- iv. A legislação e as políticas públicas voltadas para os territórios quilombolas na contemporaneidade.

Neste capítulo daremos continuidade à discussão iniciada no escopo do Projeto de Pesquisa, relacionada à contextualização histórica e econômica das motivações da introdução do trabalho escravo como instrumento de colonização do território brasileiro, aprofundando a revisão teórica. A partir dessa revisão, procuraremos entender com maior propriedade a relação entre a escravidão colonial, a transição para o trabalho livre e as diferentes situações que motivaram a ocupação de terras pelas comunidades negras rurais existentes no país. Também aprofundaremos a discussão teórica do campesinato, enquanto categoria histórica e social de relevância na formação econômica e territorial do Brasil, buscando evidenciar a pertinência dessa discussão para uma compreensão mais abrangente das origens e da dinâmica dos quilombos na contemporaneidade. Nesta etapa, definimos como autores de referência os que citaremos a seguir. Além desses outros ainda poderão ser incorporados no processo de levantamento bibliográfico, ao qual daremos continuidade conforme o Cronograma Final do Projeto de Pesquisa.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1971, 3ª ed.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na Economia-Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, 2º ed.

CARDOSO, Fernando. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: DIFEL, 1962.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: história da devastação da mata atlântica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FABIANI, Aldemir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 - 2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997

FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2011.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. Vol. I – Construções Identitárias e Sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HOLANDA, Sérgio. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTINS, José de S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MONBEIG. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MOURA, Margarida M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1988, 2ª ed.

PASINATO, Raquel. *Planejamento Territorial Participativo – Relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP*. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2012.

PRADO JR. Caio. P. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura P. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmicas das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

\_\_\_\_\_. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976.

RAMOS, Arthur. *As culturas negras no novo mundo*. São Paulo: Nacional, 1979.

RATTS, Alecsandro J. P. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ROSSINI, Rosa. E. *Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista*. São Paulo: Tese de Livre-Docência, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1988.

\_\_\_\_\_. *Contribuição ao estudo do êxodo rural no Estado de São Paulo*. São Paulo: Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP 1975.

SÃO PAULO (Estado). *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas*. São Paulo: IMESP, 1997.

SILVA, Simone Rezende. *Negros da Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia FFLCH/USP, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17 – Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG, outubro de 1996.

\_\_\_\_\_. *A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.

\_\_\_\_\_. *A agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. Texto preparado para a aula inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ.

\_\_\_\_\_. *Teoria Social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico comparativo das contribuições brasileiras ao debate*. Londrina: XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), UEL, 2007.

\_\_\_\_\_. *O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade*. Rio de Janeiro: Estud.soc.agric., vol. 17, nº 1, 2009: p-p 60-85.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar comunitária: estudo de caso sobre o assentamento rural da fazenda malhada no município de Serra Talhada – PE*. Porto Alegre: SOBER, 2009 (Pôster – Políticas Sociais para o Campo).

\_\_\_\_\_. *A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade*. Comunicação Oral, UFPE (?).

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.



WOORTMANN, Ellen e WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

### **7.3. CAPÍTULO III – A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NA REGIÃO DE SOROCABA.**

- i. O papel da escravidão nos primórdios da organização econômica, social e espacial da região de Sorocaba.
- ii. O avanço da urbanização e da industrialização, a constituição do meio técnico-científico-informacional e as transformações espaciais na região de Sorocaba da segunda metade do século XX aos dias atuais.

Este capítulo será fundamental para situar a escravidão, o surgimento dos quilombos e a transição para o trabalho livre no espaço e no território correspondentes à comunidade Cafundó. Se no capítulo II a escravidão está sendo discutida sob o ponto de vista da história econômica mais geral, neste capítulo procuraremos situá-la regionalmente em Sorocaba e nos municípios próximos (Salto de Pirapora, Pilar do Sul, Votorantim, São Roque, Piedade), apontando suas diferenças e especificidades, de acordo com as funções assumidas pelo espaço sorocabano na organização econômica do território brasileiro. Na sequência, trataremos dos processos gerais de avanço da industrialização e da urbanização na região, resultando na constituição do meio técnico-científico-informacional, com o propósito de contextualizar a permanência do quilombo Cafundó do ponto de vista espacial, econômico e social, enquanto território quilombola. Essa compreensão mais geral e abrangente do espaço e do território servirá de base para o entendimento dos processos de uso do território e transformação sócio-cultural, presentes em uma escala mais local e particular, correspondente à comunidade estudada. Para fundamentar a redação deste capítulo, selecionamos os autores citados a seguir:

BACELLAR, Carlos de Almeida. Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, século XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O algodão em São Paulo (1861-1975)*. São Paulo: T a Queiroz, 1984.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: história da devastação da mata atlântica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODOY, Antônio. Carlos. *Votorantim – estudo sobre a formação da empresa industrial no Brasil*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1972.

LÁO, Vanderson Roberto Corrales. *A gênese e o desenvolvimento do processo de industrialização na cidade de Sorocaba*. Monografia de especialização, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 1994.

MONBEIG. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Antonio Carlos R. de. *Bases da Formação Territorial do Brasil*. O Território Colonial Brasileiro no “Longo” Século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORSE, R. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª Ed.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo, 1940. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SILVA, Paulo Celso. *De novelo de linha a Manchester paulista – fábrica têxtil e cotidiano no início do século XIX em Sorocaba*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba: TCM, 2001

#### **7.4. CAPÍTULO IV – A PESQUISA PARTICIPANTE COMO TEORIA E COMO MÉTODO: A IMPORTÂNCIA DE OUVIR, COMPREENDER E (RE) CONSTRUIR OS SENTIDOS MAIS AMPLOS DA FALA DOS SUJEITOS DA PESQUISA.**

Este capítulo será dedicado ao aprofundamento do método utilizado como referência para a pesquisa empírica, conforme tratado brevemente no capítulo anterior deste Relatório. A partir dos referenciais da pesquisa participante, da observação participante e da abordagem qualitativa, entendemos que no trabalho de pesquisa de campo, envolvendo uma comunidade quilombola, é fundamental que sejam levadas em conta as concepções e pontos de vista, em muitos casos dotados de conteúdos políticos, dos sujeitos que participam da pesquisa. Essa abordagem procura dar sentido e visibilidade à voz dos sujeitos, a partir da concepção de que a pesquisa se realiza de forma participativa, implicando a relativização da separação entre “sujeito” e “objeto”. Sabemos que grande parte da pesquisa acadêmica se realiza em gabinete, às vezes de forma bastante solitária e que suas reflexões teóricas são construídas a partir de linguagens, concepções políticas e interesses que deixam pouco espaço para uma verdadeira participação dos sujeitos concretos, todavia, consideramos de grande importância levar em conta os interesses e concepções da comunidade na realização de uma investigação geográfica da forma como a propomos. Para este capítulo, foram escolhidos os seguintes autores:

BORDA, Orlando Fals (et. al.). *Causa popular. Ciência popular. Uma metodologia do conhecimento científico através de ação*. Bogotá: Publicação de La Rosca, 1972.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, Carlos R (org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAJARDO, Maria. *Pesquisa participante na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARCOS, Valéria de. *Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante* in Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Boletim*

*Paulista de Geografia – Trabalho de Campo*. São Paulo: AGB, nº84, julho de 2006, p. 105-136.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1990 (4ª ed.).

PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência: Problemas Filosóficos da Pesquisa Científica*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

THIOLLENT, Michel J. M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1998.

## **7.5. CAPÍTULO V – O QUILOMBO CAFUNDÓ: A LUTA PELA GARANTIA DOS DIREITOS TERRITORIAIS, TRABALHO, USO DA TERRA E HERANÇA CULTURAL DO LUGAR.**

- i. A formação das comunidades negras rurais na região de Sorocaba e a resistência do quilombo Cafundó pela permanência nas terras ancestralmente ocupadas.
- ii. Organização coletiva e problemas internos do Cafundó.
- iii. A apropriação quilombola do território no Cafundó: agricultura, pecuária e outros usos.
- iv. O trabalho e o cotidiano no quilombo Cafundó.
- v. Manifestações culturais negras no quilombo Cafundó e sua apropriação pelos “de fora”: festas, dança, música, artesanato, culinária e linguagem.
- vi. O Cafundó e sua inserção no município, na região e no mundo: possibilidades e dilemas para o futuro.

O capítulo final da Dissertação pretende apresentar o estudo de caso, a análise da realidade empírica a partir dos fundamentos teóricos e o seu reverso, a revisão dos fundamentos teóricos a partir do conhecimento da realidade empírica e das relevâncias das perspectivas dos sujeitos concretos, que constituem a realidade estudada. Esta etapa do trabalho já está em andamento, o que pode ser constatado na Terceira Parte deste Relatório. Todavia, resta agora aprofundar a pesquisa de campo, ainda incompleta, por meio da realização de mais entrevistas e da observação do cotidiano da comunidade; articular de forma mais precisa os conceitos teóricos e as observações empíricas, como por exemplo, o calendário agrícola; proceder à revisão e aprofundamento da abordagem dos aspectos culturais observados, por meio de leituras e de mais amplas observações de campo. Nesse sentido, é nosso propósito mobilizar de forma mais operativa os conceitos de cultura material e cultura imaterial e analisar mais profundamente as suas interações. Também consideramos conveniente desenvolver de forma mais consistente e profunda os conceitos de resistência e hegemonia associado ao processo “diferencialista”. No desenvolvimento da dissertação, centraremos nossas atenções na forma como globalização cultural e resistência diferencialista se relacionam no processo de construção da atual identidade quilombola, evitando um olhar que oponha dicotomicamente, ou coloque em contraponto, essas duas dimensões, mas antes pondo em destaque o modo como elementos da sociedade em rede global são usados pelos

locais para reforçar a sua “diferença” identitária. As leituras escolhidas são citadas a seguir:

AMÉRICO, Márcia Cristina. *Práticas coletivas na constituição da vida quilombola*. História da comunidade tradicional de Ivaoporunduva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

ANDRADE, Anna Maria; TATTO, Nilto (Eds.). *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

FABIANI, Aldemir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 - 2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Sobre poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LUIZ, Viviane Marinho. *O quilombo Ivaoporunduva e o enunciado das gerações*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

MARTINS, José de S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MITCHELL, D. *Cultural Geography. A critical introduction*. Malden MA e Oxford: Blackwell, 2000.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PILLA, M; ANDRADE, M. R. O; MARQUES, L. A. P. (orgs.). *Fundação ITESP: sua história e realizações. Evolução das políticas agrária e fundiária no Estado de São Paulo*. São Paulo: ITESP, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura P. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmicas das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RATTS, Alecsandro J. P. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1996.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª Ed.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, Simone Rezende. *Negros da Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia FFLCH/USP, 2008.

ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

\_\_\_\_\_. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.



## 8. CRONOGRAMA FINAL DO PROJETO DE PESQUISA

Atividades	2014												2015				
	Meses												Meses				
	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
Apresentação do Relatório de Qualificação																	
Levantamento bibliográfico, leitura e fichamento																	
Pesquisa de Campo – Quilombo Cafundó																	
Participação em eventos da comunidade																	
Realização de entrevistas com técnicos que trabalham na comunidade																	
Realização de entrevistas com secretários da cultura e da agricultura de Salto de Pirapora																	
Realização de entrevistas com membros de movimentos sociais e culturais relacionados com a comunidade																	
Envio de artigos para apresentação e publicação em eventos científicos																	
Organização e análise das informações																	
Redação preliminar da Dissertação de Mestrado																	
Redação final da Dissertação de Mestrado																	
Defesa da Dissertação de Mestrado																	

## **TERCEIRA PARTE**

### **RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA**

## **1. A COMUNIDADE CAFUNDÓ: A LUTA PELO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS E OS DILEMAS CONTEMPORÂNEOS**

O povoamento de Sorocaba e dos municípios vizinhos, em um dos quais – Salto de Pirapora<sup>70</sup> – encontra-se o quilombo Cafundó, teve início a partir das primeiras décadas do século XVII, através do movimento bandeirante. Tal processo de povoamento se consolida no século XVIII, por meio da agricultura e do “tropeirismo”, atividade que consistia no transporte do gado do sul do Brasil até Sorocaba, onde se realizava uma feira, na qual o gado era vendido a compradores vindos de todas as partes do país, principalmente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (SÃO PAULO, 1999).

A região sorocabana “não esteve marcada pelo ciclo do café, o que a fez permanecer relegada ao segundo plano em boa parte dos estudos históricos sobre o estado de São Paulo” (SÃO PAULO, 1999: 12), o que inclui aqueles voltados à escravidão e à transição para o trabalho livre. Todavia, Sorocaba teve grande importância econômica no período colonial, como um centro de comercialização de bovinos e muares, representando uma das maiores fontes de arrecadação de impostos para a metrópole.

Em decorrência da inserção marginal na economia de exportação cafeeira, a região de Sorocaba possuía uma população de escravos relativamente menor que a das principais regiões cafeeiras, conforme exposto em capítulo anterior. Todavia, o comércio de gado e muares era associado ao tráfico de escravos, o que proporcionou uma significativa participação de ex-escravos e seus descendentes na composição da população, além do surgimento de várias comunidades negras rurais (SÃO PAULO, 1999).

A comunidade Cafundó surgiu na segunda metade do século XIX, quando o fazendeiro Joaquim Manoel de Oliveira doou suas terras em testamento a seus escravos “Joaquim Congo” e Ricarda, que posteriormente trocaram as terras recebidas pelas que atualmente formam o Cafundó. Ifigênia e Antônia, filhas do casal, deram origem às duas parentelas principais nas quais se dividem a comunidade até o presente: a dos Pires Pedroso, descendentes de Antonia e a dos Almeida Caetano, descendentes de Ifigênia

---

<sup>70</sup>Com área total de 449,804 km<sup>2</sup>, Sorocaba possui uma população de 586.625 habitantes, que a coloca entre as cidades mais populosas do interior do Estado de São Paulo. Salto de Pirapora se localiza na Região Administrativa de Sorocaba, fazendo divisa com os municípios de Sorocaba, Votorantim, Piedade, Pilar do Sul, Sarapuí e Araçoiaba da Serra. Ocupando uma área de aproximadamente 280,6 km<sup>2</sup>, o município possui uma população de 40.132 habitantes (IBGE, 2010).

(SÃO PAULO, 1999; VOGT & FRY, 1996). A comunidade se localiza na área rural do município de Salto de Pirapora-SP, cujos limites podem ser observados na FIGURA 1.

**FIGURA 1 – Localização do Quilombo Cafundó no município de Salto de Pirapora**

**FIGURA RETIRADA – O TAMANHO EXCDE O LIMITE DO ARQUIVO**

Fonte: Google Earth, adaptado por André Luís Gomes.

A partir da realização de trabalhos de campo constatamos que as principais formas de uso e ocupação do solo, existentes no entorno da comunidade, são o “reflorestamento” com eucalipto, as pastagens, a mineração de areia e os loteamentos e condomínios particulares, conforme pode ser observado nas fotografias 1 e 2 e na FIGURA 2. Por conta da proximidade em relação à Sorocaba, principal centro urbano regional, relativamente próximo da cidade de São Paulo, essa área é caracterizada pelo avanço de empreendimentos imobiliários sobre as áreas rurais.

Observamos que ao longo das estradas que ligam Sorocaba a Salto de Pirapora e este município ao município de Sarapuí, existem condomínios e loteamentos de alto padrão. Ao lado da estrada que vai de Sorocaba a Salto de Pirapora, ainda nos limites do município de Sorocaba, também se localiza um *campus* da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

**FOTOGRAFIA 1 – Condomínio de alto padrão situado às margens da rodovia que  
liga Sorocaba a Salto de Pirapora**

**FOTOGRAFIA RETIRADA – O TAMANHO EXCDE O LIMITE DO ARQUIVO**

Foto: André Luís Gomes. Data: 08/10/2013.

**FOTOGRAFIA 2 – Fazenda com lavoura de melancia e plantio de eucalipto na  
divisa com o quilombo Cafundó**

**FOTOGRAFIA RETIRADA – O TAMANHO EXCDE O LIMITE DO ARQUIVO**

Foto: André Luís Gomes. Data: 11/10/2013

## **FIGURA 2 – Uso e ocupação do solo na Comunidade Cafundó e seu entorno**

**FIGURA RETIRADA – O TAMANHO EXCDE O LIMITE DO ARQUIVO**

Fonte: Google Earth, adaptado por André Luís Gomes. Acesso em 20/02/2013.

### **1.1. O uso e a apropriação do território na comunidade quilombola Cafundó**

Em 1999, ano no qual o ITESP elaborou o Relatório Técnico-Científico (RTC) por meio do qual o Estado oficializa o reconhecimento da comunidade, a área ocupada era menor que 19 hectares. Essa área havia sido garantida por uma ação de usucapião, movida por uma antiga liderança, lembrada pelos moradores mais velhos como Padrinho Otávio Caetano, em 1972 (SÃO PAULO, 1999: 34).

Todavia, segundo Vogt & Fry (1996) e o laudo antropológico do RTC, a área originalmente doada aos ex-escravos era muito maior do que os 19 hectares ocupados pela comunidade naquela época. De acordo com Vogt & Fry (1996), baseados no relato oral de Otávio Caetano colhido em 1978, “a extensão de terras era muito maior, cerca de oitenta alqueires, reduzidos no tempo pela especulação dos fazendeiros circunvizinhos aos 7,75 alqueires onde hoje está a comunidade” (VOGT e FRY, 1996: 38).

O tamanho exato da área originalmente doada aos ex-escravos pelo fazendeiro Joaquim Manoel de Oliveira ainda permanece objeto de dúvidas e controvérsias. Segundo a demarcação atual, realizada pelo INCRA, o território pertencente à comunidade corresponde a uma área de 218 hectares, divididos em quatro glebas, o que ainda é colocado em questão pelas lideranças mais antigas, que afirmam que a área que no passado pertencia ao fazendeiro Joaquim Manoel de Oliveira é muito maior do que o território demarcado pelo INCRA. A redução do território do quilombo Cafundó se deu em decorrência das ações de grilagem, promovidas de forma violenta, até onde se sabe desde a década de 1940, por alguns proprietários vizinhos e indivíduos de notável influência política, econômica e social no município.

Atualmente formada por 25 famílias, a comunidade recebeu em 02 de agosto de 2012 a titulação de uma das glebas demarcadas pelo INCRA, correspondente à área da antiga Fazenda Eureka, correspondente a 123 dos 218 hectares da área total. O território demarcado é constituído por quatro glebas: A, B, C e D. A área titulada corresponde à gleba D, enquanto o núcleo de casas da comunidade ocupa a gleba A, ainda sob a forma de usucapião. A desapropriação da antiga fazenda e a titulação da área em nome da associação comunitária constituiu um avanço, pois lhe garante o livre acesso, uso e domínio sobre a área titulada. A figura da página seguinte permite a visualização das glebas que compõe a área demarcada.

**FIGURA 3 – Divisão fundiária aproximada do território do quilombo Cafundó após reconhecimento e demarcação**

**FIGURA RETIRADA – O TAMANHO EXCDE O LIMITE DO ARQUIVO**

Fonte: Google Earth, adaptado por André Luís Gomes. Acesso em 28/02/2014.

### **1.1.1 O eucalipto e a mineração de areia**

Embora constitua um inegável avanço no reconhecimento dos direitos territoriais do quilombo Cafundó, a titulação da gleba D ainda não garantiu plenamente a autonomia de decisão da comunidade sobre o uso do território nessa área. Isso porque a maior parte da área da gleba D se encontra ocupada por uma mineradora de areia e pelo plantio de eucalipto. Segundo Sr. Marcos Norberto Almeida, presidente da associação comunitária, a mineradora já havia arrendado a área e obtido a licença ambiental para a exploração do minério há aproximadamente 20 anos, portanto antes do reconhecimento da comunidade. O eucalipto, por sua vez, foi plantado em 2006 pelo suposto antigo proprietário, assim que o INCRA iniciou o processo de desapropriação da fazenda para fins de titulação, em nome da associação comunitária. A seguir, transcrevo um trecho de



uma conversa com Sr. Marcos, gravada em 08/10/2013, no qual é relatado o caso do plantio e do corte do eucalipto realizado antes da entrega do título:

André: antes de ser eucalipto era algodão aí?

Marcos: é, não bem aqui, mais lá no Portal [bairro vizinho ao Cafundó], onde ta lá o Portal, plantava muita roça, plantava feijão, milho, amendoim...

André: mas não de vocês né?

Marcos: não.

André: trabalhava pros outros...

Marcos: é.

André: mas esse Portal é esse condomínio do lado, vizinho do porto de areia?

Marcos: isso, ali era tudo agricultura!

André: e não tinha eucalipto?

Marcos: não, não tinha, esse eucalipto foi plantado depois que a gente entrou com a demarcação com o Incra, quando nós entremo demarcando com o Incra o cara entrou com tudo ali e já foi plantando...

André: então quando foi feito aquele Relatório Técnico-Científico não tinha eucalipto?

Marcos: não tinha. Aí depois disso aí veio a demarcação do Incra e aí foi demarcado, aí já veio gente com ônibus, com máquina...

André: o cara fez isso pra falar que tava usando a terra, pra não falar que tava improdutivo...

Marcos: isso! Tava parada lá, essa terra tava quieta aí, não tinha nada, só tinha o porto lá embaixo, o porto já tinha mas só tinha ele, não tinha mais nada. Aí quando nós fomos demarcar aí já veio máquina, ônibus de gente, com muda, com tratorada e plantou rápido! Quando nós tomemo posse da gleba D eles já tinham cortado o eucalipto, tava só no depósito.

Apontamos duas possíveis razões para o plantio do eucalipto. A primeira delas, a tentativa do suposto proprietário de provar que ocupava a terra produtivamente, “ganhando tempo” no processo de desapropriação; a segunda, a possibilidade de extrair pela última vez a renda da terra por meio do corte do eucalipto e da venda da madeira, antes que a terra passasse para o domínio da comunidade, uma vez que estando o quilombo reconhecido e demarcado, o suposto proprietário já previa a “perda” da área.

Tais fatos são reveladores do conflito existente entre a apropriação capitalista do território e os direitos territoriais da comunidade, cuja ocupação ancestral já foi comprovada. Revelam também a expropriação da terra de trabalho como fator da perda

da autonomia e da sujeição do trabalho, quando Sr. Marcos relata que *“trabalhava para os outros”*.

Embora a área tenha sido titulada, a comunidade herdou um “passivo territorial e ambiental”, representado pelo eucalipto e a extração de minério dentro dos limites do seu território. O cultivo do eucalipto, por ter sido feito sem a conservação de uma faixa mínima de mata nativa<sup>71</sup>, provocou o desaparecimento de algumas nascentes, segundo relataram algumas lideranças, durante entrevista realizada por nós. A mineradora continua realizando a extração areia, causando um grave impacto ambiental que afeta o território da comunidade de forma permanente, ao inutilizar uma extensa área de terra. A presença do eucalipto e da mineradora de areia dentro dos limites do território quilombola pode ser verificada nas fotografias 3 e 4.

### **FOTOGRAFIA 3 – área plantada com eucalipto na gleba D, quilombo Cafundó**

### **FOTOGRAFIA RETIRADA – O TAMANHO EXCDE O LIMITE DO ARQUIVO**

Foto: André Luís Gomes. Data: 11/10/2013

---

<sup>71</sup> De acordo com o Código Florestal (Lei nº 4.771/1965, alterada pela Lei Ordinária 12.651/2012) deve ser preservada uma área de mata nativa com raio mínimo de 50 metros no entorno das nascentes.

#### **FOTOGRAFIA 4 – mineração de areia na gleba D, quilombo Cafundó**

#### **FOTOGRAFIA RETIRADA – O TAMANHO EXCDE O LIMITE DO ARQUIVO**

No primeiro plano, observa-se a mineradora de areia; no segundo plano, parte da área plantada com eucalipto e ao fundo, o condomínio residencial particular que faz divisa com o território quilombola.

Foto: André Luís Gomes. Data: 22/07/2012

Além dos problemas ambientais, a manutenção da área de eucalipto requer investimentos em manejo, para que ele possa futuramente ser cortado e, através da venda da madeira, trazer retornos financeiros para a comunidade. As principais práticas de manejo exigidas são a aplicação de agrotóxicos e a desbrota do eucalipto. Este último procedimento consiste em cortar os troncos excedentes da touceira de eucalipto, deixando crescer somente de duas a três toras por pé de eucalipto (FOTOGRAFIA 3, página 92). Como é um processo de trabalho que exige maquinário e mão-de-obra especializada, em 2012 a associação comunitária contratou uma empresa para realizar as tarefas.

Mesmo se a comunidade quisesse substituir o eucalipto por outra(s) forma(s) de uso da terra, isso seria impossível de imediato, pois o eucalipto já atingiu metade do tamanho exigido para o corte. Quando o eucalipto atingir o tamanho esperado para o corte, o que está previsto para 2017, a comunidade será colocada diante de novos desafios, como a contratação de uma empresa com maquinário para realizar as tarefas e a tomada de decisão sobre a aplicação do dinheiro obtido com a venda da madeira. Ainda não há certeza na comunidade sobre a questão de manter o eucalipto, após o corte, ou substituí-lo por outra(s) forma(s) de uso da terra.

O caso da mineradora, além dos problemas ambientais da destruição do solo, das nascentes e da contaminação da água, também representa um problema jurídico envolvendo a comunidade, o antigo “proprietário” e a empresa de mineração. No início do processo de desapropriação, a comunidade era contrária à permanência da mineradora, mas esta propôs um acordo, comprometendo-se a repassar para a associação comunitária o valor mensal de R\$ 24 mil, o que corresponde a aproximadamente R\$ 1 mil por família.

A empresa iniciou o pagamento em agosto de 2012, mas a comunidade reivindica o pagamento de uma quantia equivalente aos meses de fevereiro (quando o INCRA emitiu a Concessão de Uso da Gleba D) a agosto de 2012, quando o INCRA realizou a titulação. Além disso, antes da desapropriação a empresa pagava o arrendamento ao antigo “proprietário” e as lideranças da comunidade não sabem informar se o valor desse arrendamento era maior ou inferior à quantia que agora é repassada mensalmente à associação, desde agosto de 2012. Entre outras aplicações, voltadas para necessidades da comunidade, o dinheiro da mineradora foi utilizado no pagamento da empresa contratada para fazer a desbrota do eucalipto.

O trecho de entrevista com o Sr. Marcos Norberto Almeida, gravada em 08/10/2013 e transcrito a seguir, é revelador desse conflito envolvendo a comunidade, o antigo “proprietário” e a mineradora:

Marcos: (...) ficou um dinheiro lá da mineradora que a gente não conseguiu receber, que o cara não paga porque não tem certeza, o cara tá entrando com recurso.

André: ele não tá pagando então?

Marcos: não ficou lá 112 mil que ele não pagou.

André: que deveria ter pago antes, porque já tava titulado, retroativo?

Marcos: a gente já tinha tomado posse da gleba D e ele alegou que não tinha um documento firmando que a gente...

André: no caso então é 30 mil por ano?

Marcos: não, é mensal, uma porcentagem.

André: então são três meses que ele tá devendo?

Marcos: não, ficou seis meses pra trás (...) é 24 por mês. (...) Então ficou assim ainda, tá meio assim, porque ele fala se eu pago pra vocês e se eu tenho que pagar pro cara de novo? E aí vai o Incra e dá um documento de concessão de posse pra comunidade de agosto e a gente tomou posse da gleba D dia 02 de fevereiro.

André: e foi dado um título pelo Incra em fevereiro então?

Marcos: isso, foi dado a concessão de uso, a liberação, só que não um documento, o documento, eles deram o documento de concessão de uso depois de agosto.

André: esse documento de concessão de uso, o senhor sabe se incluía receber esse pagamento da mineradora?

Marcos: é, aí passou a afirmar que ia receber depois daí. E ainda tinha um documento que provava que a gente tinha tomado posse...

André: então a concessão de uso é um documento que garantia não só a posse e o uso, mas também que eles estão lá e não vão sair e eles deveriam pagar.

Marcos: isso!

André: ou seja, esse documento prova que eles devem pagar. Mas então qual que é o argumento deles pra não pagar?

Marcos: porque o Pedro Latorre [antigo proprietário] entra com recurso e aquela lá de fevereiro até agosto, não tinha documento que a gente tinha, não tinha documento no papel que a gente tava com concessão de uso, com direito de concessão de uso.

André: mas se foi dada a concessão de uso, ele não é um documento?

Marcos: no dia 02 de fevereiro não.

André: foi só de boca?

Marcos: só de boca!

André: foi o que, o superintendente do Incra que veio e falou? Falou com você e falou com ele também, o dono da mineradora?

Marcos: o certo foi assim, o juiz decretou que no outro dia a mineradora tinha que sair fora, aí o cara veio falar com nós aqui que tava com trabalhador, que não sei o que, não dava pra desmontar na hora, se a gente interessava, que ele tava a fim de entrar em acordo e dele ficar aí por que daí ele pagava pra nós, mas só que depois ele foi virando, virando, virando, o contrato levou um ano pra se afirmar e aí desse ano ele fez o contrato e aí ele pagou o de agosto, no mês de agosto, mas lá de fevereiro ele não pagou.

André: mas quando ele propôs o acordo ele falou que ia pagar desde fevereiro?

Marcos: então, nós pensava que era!

André: mas ele prometeu, falou que ia pagar?

Marcos: isso...

André: mas não deixou nada escrito, só foi de boca?

Marcos: isso.

André: então ele meio que enganou vocês?

Marcos: então, que daí o Incra veio com o papel, e aí eles afirmaram que só tinha direito da hora que chegou o documento. Que ele falou pra nós, o dinheiro, eu sei que esse dinheiro não é nosso, mas eu não tenho o que eu

faça que eu pague proceis, que não tenha pobrema pra nós depois. Ele falou, eu sei que o dinheiro não é nosso, mas eu não posso pagar pra vocês e o Pedro Latorre entra com ação e depois eu vou ter que pagar pra ele também.

André: quem é o Pedro Latorre?

Marcos: é o que se diz dono da terra aí.

André: então na verdade o dono da mineradora ele arrenda então, na época ele arrendou.

Marcos: é.

André: mas ele não paga mais arrendamento pro Pedro Latorre?

Marcos: não.

André: então ao invés do arrendamento ele paga agora esse valor pra vocês?

Marcos: isso.

André: mas o que ele pagava de arrendamento pro Pedro Latorre era mais ou menos do que...

Marcos: ah, aí eu não sei...

### **1.1.2. A agricultura quilombola**

A agricultura quilombola é realizada principalmente na Gleba A, ocupada também pelo núcleo de casas e de edificações da comunidade. Trata-se de uma agricultura voltada tanto para o consumo próprio, como também para a comercialização dos excedentes, podendo ser identificados quatro tipos principais de sistemas de produção agrícola e pecuária:

- Produção orgânica (não-certificada) (BRITO, 2006) de hortaliças e legumes em duas estufas, utilizando irrigação manual e adubos orgânicos, fornecidos pelo ITESP ou comprados pelos próprios agricultores;
- Hortas e pomares domésticos, associados à criação extensiva de aves (sobretudo frangos e galinhas), principalmente para o consumo doméstico;
- Roças de milho e mandioca, ocupando áreas maiores que as das hortas e pomares domésticos e tendo o apoio de máquinas cedidas pela prefeitura de Salto de Pirapora para o preparo da terra;
- Pequena criação de bois, vacas e carneiros, estes últimos a partir de um projeto elaborado pelo ITESP.

Desde 2011, a produção agrícola da comunidade é comercializada através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, que prioriza a compra direta da produção de agricultores familiares, assentados e quilombolas. A criação do programa e as oportunidades trazidas por ele para a pequena agricultura são descritos brevemente a seguir, de acordo com Aly Jr. (2005):

O governo Lula, através do programa Fome Zero, criou o Programa de Compras da Agricultura Familiar, produto da parceria entre os Ministérios do Desenvolvimento Social (MDS), MDA, Agricultura (MAPA). Este programa é operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que antecipa o pagamento da produção a ser saldada com a entrega da safra e adquire produtos dos assentados, agricultores familiares e quilombolas, destinados ao abastecimento de programas de segurança alimentar. Este programa foi bem recebido pelos movimentos sociais e foi a grande esperança para os assentados [e quilombolas] excluídos do sistema financeiro que, por conta disso, se vêm obrigados a estabelecer relações contratuais com atravessadores (...). Com ele vislumbrou-se a possibilidade de se obter maior autonomia frente ao atravessador e ao banco e garantir a elevação da renda familiar (ALY JR., 2005: 186).

No trecho de entrevista transcrito a seguir, Sr. Marcos, agricultor, fala sobre a forma como se dão o trabalho e a produção nas estufas:

André: com as duas estufas ali dá pra tirar uma média de quanto mais ou menos?

Marco: ah é variado viu! Porque a pessoa também tem que gastar um pouco, a gente compra muda, a gente tem que comprá os insumo, você sabe que o produto orgânico a turma diz que não gasta nada, mas fica mais caro do que o químico, tem que pôr um monte de coisa, se você quiser tirar uma produção média, você tem que comprar um monte de produto pra pôr lá.

André: entendi, mas assim de qualquer forma, vocês saem ganhando ou é prejuízo?

Marco: não, eu acho que a gente sai ganhando, assim a gente perde em uma coisa e ganha em outra, porque o que que é o projeto dessa terra que a gente ta aqui? Por causa que a gente tem o trabalho na agricultura, o que que é a reivindicação que a gente fez? Pra aumentar a terra pra aumentar a produção, a agricultura, plantar pra poder ter mais pra vendê, pra traze benefício, recurso pra gente, então nem que a gente no momento não dê lucro, dê prejuízo, mas a gente ta tentando lucrar na frente.

André: porque também é uma forma de mostrar que vocês estão utilizando as terras, estão ocupando...

Marco: então, porque senão não tem significativo, se não vai ter a terra pra fazer o quê dela?

André: tirando o que gasta, subtraindo o que gasta e tudo o que vocês vendem pra Conab, quanto que fica mais ou menos, dá pra ter uma noção?

Marco: é difícil responder isso procê porque agora, pra gente receber agora, pra mim mesmo assim, eu recebi mil reais eu e o Juvenil né, porque ele agora não ta podendo fazer nada...então mas isso aí levou três meis!

André: pra receber? Vendeu e depois de três meses que foi receber?

Marco: sim, então isso aí não garante muito a necessidade, isso aí é só pra fazer uma pincelada e descartar e...

André: tem que ter várias atividades aqui dentro né, pra poder a comunidade se sustentar da terra aqui, que está sendo conquistada, tem que ter várias atividades né?

Marco: tem. Porque esse plano da Conab é assim: é quatro mil e meio, pra cada família e as família aqui não ta atingindo isso...

André: quatro mil e meio, como assim 4.500 reais pra cada família?

Marco: isso, mas no ano! [= R\$ 375/mês] Aí não atingiu isso aí, esse patamar, porque aí tem que mandar muita coisa, tem que ter mais estufa, tem que ter um monte de coisa pra mandar lá pra atingir...

André: trator né...

Marco: é.

André: no caso são duas estufas, vai trabalhar o que ali então, duas famílias, uma família em cada estufa no máximo, então não tem nem como né?

Marco: não. Então isso aí é assim, a gente ta enganando a gente (risos)...

André: e agora ali na estufa vocês estão plantando o que assim, hoje assim atualmente?

Marco: hoje ali a gente ta plantando acelga, beterraba, sempre continua com alface, essas plantação que a gente ta fazendo ali agora no momento...

André: E aí o adubo vocês compram de fora?

Marco: compra! Compra esterco, a única coisa que vem dada é esse café ali que você viu, o Itesp traz lá do...

André: como é que é aquilo ali, é casca do café?

Marco: é isso, a casca do café.

André: e ajuda isso aí?

Marco: eu acho que ajuda um pouco...

André: é um produto orgânico também?

Marco: isso!<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> Entrevista gravada com Sr. Marcos Norberto Almeida, quilombo Cafundó, 15/06/2013.



## FOTOGRAFIA 5 – Sr. Marcos irrigando manualmente uma das estufas

### FOTOGRAFIA RETIRADA – O TAMANHO EXCDE O LIMITE DO ARQUIVO

Foto: André Luís Gomes. Data: 08/10/13.

A fala do entrevistado deixa claro que uma das principais razões da demarcação e da titulação do território quilombola é a garantia do direito à *terra de trabalho*, como pode ser constatado no trecho que repetimos a seguir: “*o que que é o projeto dessa terra que a gente ta aqui? Por causa que a gente tem o trabalho na agricultura, o que que é a reivindicação que a gente fez? Pra aumentar a terra pra aumentar a produção, a agricultura, plantar pra poder ter mais pra vendê, pra traze benefício, recurso pra gente, então nem que a gente no momento não dê lucro, dê prejuízo, mas a gente ta tentando lucrar na frente*”. Por outro lado, a mesma fala mostra o pequeno valor, em dinheiro, do retorno previsto para cada família (R\$ 375 por mês) de acordo com o projeto da Conab para a comunidade, o que indica que, mesmo se dedicando à agricultura, as famílias quilombolas têm ainda a necessidade de buscar outras fontes de renda, muitas vezes fora da comunidade, ou recorrer aos programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família<sup>73</sup>, para conseguirem sobreviver.

---

<sup>73</sup> “O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Todos os meses, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam”. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> (Acesso em 05/02/14).

No trabalho de campo realizado de 08 a 12/10/2013, constatamos que a comunidade havia iniciado o preparo de uma área relativamente grande na Gleba C, ainda não titulada, com o apoio de um trator da prefeitura. Todavia as lideranças ainda não tinham previsão de quando se iniciaria o plantio, em decorrência da incerteza da disponibilidade de máquinas e equipamentos necessários, por parte da prefeitura, para a realização das próximas etapas do trabalho agrícola, conforme a fala do entrevistado:

Marco: o prefeito cedeu um trator, a gente arrou a terra ali na Gleba C, mas a gente só arrou e na realidade não tem condições de semear o calcário, porque eu nem sei se a prefeitura tem esse equipamento lá!

André: é que tem que ter uma máquina própria pra aplicar o calcário...Então foi gradeada a Gleba C?

Marco: é, foi passado o gradão, num pedaço né, não todo, tem um pedaço aqui depois expandiu pra lá, aqui dá uns dois arque. Mas a patrulha agrícola ela não ara toda a terra, ela tem um limite, ela é pro pequeno produtor, ela ara um hectare, pra cada pessoa, no limite dois hectare.

André: é uma ajuda né, mas se você quiser que are o resto tem que ou ter a máquina ou contratar a máquina...

Marco: aí tem que pagar!<sup>74</sup>

Apesar de no momento da entrevista ainda haver incerteza sobre o plantio na gleba C, o início do preparo da terra representa uma forma de pressão pela aceleração da titulação dessa gleba, que não possui mais ocupantes não-quilombolas, mas ainda se encontra em litígio, envolvendo a comunidade e o antigo proprietário.

As práticas agrícolas desenvolvidas pelos quilombolas, embora realizadas a muitas gerações, deparam-se ainda com dificuldades decorrentes das características do solo que, em praticamente toda a área da comunidade, é de tipo arenoso, necessitando de grandes investimentos em adubação e conservação, para os quais os moradores têm pouco ou nenhum recurso, ficando dependentes dos órgãos governamentais para conseguirem insumos e assistência técnica (SÃO PAULO, 1999), ou arcando com os custos, o que diminui os já pequenos retornos financeiros da atividade agrícola, conforme a fala do agricultor: *“a pessoa também tem que gastar um pouco, a gente compra muda, a gente tem que comprá os insumo, você sabe que o produto orgânico a turma diz que não gasta nada, mas fica mais caro do que o químico”*.

---

<sup>74</sup> Entrevista gravada com Sr. Marcos Norberto Almeida, quilombo Cafundó, 15/06/2013.

Porém, mesmo reconhecendo que muitas vezes a agricultura tem mais custos do que retornos, conforme já ressaltamos, o agricultor deixa explícita a sua importância para a garantia da posse da terra e dos direitos territoriais. Em outro trecho da entrevista, transcrito a seguir, Sr. Marcos fala sobre os insumos necessários para a produção orgânica nas estufas e os seus custos.

André: E além do calcário e da casca do grão do café, o esterco é do quê, o que usa na estufa?

Marco: é a cama de frango.

André: aí vocês compram?

Marco: isso, nós compra!

André: e que mais que usa? Usa mais alguma coisa?

Marco: ah, usa...a gente põe o biodinâmico que tem ali...

André: biodinâmico?

Marco: isso!

André: como que é esse biodinâmico?

Marco: ah, aí vem um professor da Ufscar lá e ensinou a gente fazer, a gente fez junto ali...

André: o preparado biodinâmico é aquele que enterra o chifre, dentro da terra, com esterco, é esse daí?

Marco: não, esse aí é um produto que você põe tudo quanto é erva do mato, natural daqui, daí tem uns produto que ele trouxe e a gente colocou ali, então tem um monte de coisa, a gente vai no mato, pega umas foia lá, uns negócio do mato, põe ali, pega esterco verde, se consegue pegar um pouco de esterco verde do boi coloca lá dentro, aí vai colocando um monte de coisa ali e deixa curti ali.

André: é aqueles galão com água?

Marco: isso!

André: ah, já ouvi falar disso daí, é biofertilizante?

Marco: é!

André: Então esse professor ensinou vocês a fazerem? Então agora vocês sabem fazer sozinho?

Marco: não, nós ainda precisa de alguma orientação que tem alguns produto, ele deixou anotado, não sei se o Ricardo ainda tem anotado...

André: e a cama de frango é em saco que vocês compram, de 60 quilos? Quanto sai cada saco?

Marco: tem que comprá a tonelada, porque aquele saco que vem dá trinta quilos, 25 quilos, então a gente compra duas tonelada.

André: e a tonelada sai quanto, o senhor sabe?

Marco: eu paguei 300 reais as duas tonelada.

André: 300 reais, 150 por tonelada?

Marco: é!

André: uma tonelada rende né, uma tonelada dá pra estufa?

Marco: ah não, sobra, tonelada de volume da sacaria acho que deu uns 70 mais ou menos.

André: 70 sacos? E em cada estufa vai quantos sacos mais ou menos?

Marco: ah eu acho que vai mais ou menos um saco e meio por planta.<sup>75</sup>

Após essa descrição das práticas agrícolas realizadas na comunidade, cabe agora aprofundar a investigação sobre o calendário agrícola, os modos como os outros agricultores trabalham e produzem na terra, quais as plantas cultivadas, a importância da produção doméstica para a autonomia, a segurança alimentar e a geração de renda das famílias e a comercialização da produção, por meio do aprofundamento da pesquisa de campo, da coleta de dados e da realização de mais entrevistas.

## 1.2. Aspectos culturais da comunidade quilombola Cafundó

Ao longo da pesquisa empírica, consideramos necessário incorporar, no escopo da análise, a dimensão cultural do uso quilombola do território, dentro de uma abordagem “integradora” do conceito de território, tendo como referência o trabalho de Haesbaert (2012). O autor, ao fazer uma síntese das várias noções de território, identifica a *política*, a *cultural* e a *econômica* como suas principais vertentes (HAESBAERT, 2012: 40). A vertente cultural, “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2012: 40).

De acordo com o autor, *territorialidade* seria o conceito mais abrangente para dar conta das questões de ordem simbólico-cultural presentes no território. Entendemos que tal noção se refere à qualidade dos grupos e indivíduos em suas relações e vínculos

---

<sup>75</sup> Entrevista gravada com Sr. Marcos Norberto Almeida, quilombo Cafundó, 15/06/2013.

complexos com o território ocupado. Na abordagem integradora proposta por Haesbaert (2012: 74) “o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política”, tendo em vista o estudo do território a partir da concepção de espaço como um “híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, entre materialidade e ‘idealidade’” (HAESBAERT, 2012: 79).

Na pesquisa empírica, temos identificado os aspectos simbólico-culturais do território a partir das particularidades étnicas e culturais presentes na comunidade estudada, tais como a descendência direta de escravos trazidos de Angola; a preservação e utilização, sobretudo pelos moradores mais antigos, de um dialeto africano de origem banto, a *cupópia*; e a inserção do grupo no contexto da cultura caipira (CANDIDO, 2001), o que se manifesta no sotaque, nas festas tradicionais, no cultivo da terra e em diversos elementos presentes na cultura material.

Em uma perspectiva dialética, é possível afirmar que, em todas as sociedades, os aspectos materiais e simbólicos da cultura se influenciam mutuamente, constituindo um todo indissociável<sup>76</sup>. A partir de tal perspectiva e de uma abordagem integradora, entendemos a relação dos quilombolas com o território em termos materiais e econômicos, políticos e simbólico-culturais (HAESBAERT, 2012). Para esse propósito é necessário apontar as origens da abordagem cultural na análise geográfica.

No processo de evolução do campo teórico da Geografia Cultural que se deu a partir do século XIX, paralelamente ao predomínio do determinismo ambiental no pensamento científico, surge na discussão geográfica a idéia de que a cultura seria o principal mediador da relação dos grupos sociais com o meio, originando “paisagens culturais”, assim como a concepção de que os indivíduos são determinados pelo “meio cultural”, segundo a abordagem culturalista realizada por geógrafos como Vidal de La Blache (1845-1918), Jean Brunhes (1869-1930), Alfred Kroeber (1876-1960), Pierre Deffontaines e Carl O. Sauer (1889-1975) (CLAVALL, 2007).

Tal abordagem mostrava-se pertinente ao contexto vigente em grande parte do mundo até o início do século XX, uma vez que muitas sociedades ainda não haviam sido plenamente integradas ao capitalismo urbano-industrial. Sendo assim, fazia sentido

---

<sup>76</sup> Para as reflexões apresentadas neste sub-capítulo, representaram significativas contribuições as discussões realizadas na Disciplina “Problemas Atuais de Geografia Cultural”, ministrada no DG/FFLCH/USP pelo Prof. Dr. Eduardo Brito-Henriques, da Universidade de Lisboa, entre os dias 14 e 17/10/13. Para maiores detalhes sobre a disciplina, consultar na primeira parte deste Relatório de Qualificação, o item “Disciplinas Cursadas”.

o conceito de “gênero de vida”, proposto por Vidal de La Blache para explicar as relações dos diferentes grupos com o meio, pois muitas sociedades, em todos os continentes, extraíam diretamente da natureza tanto os recursos necessários à sua sobrevivência, quanto os utilizados para a constituição dos artefatos pertencentes à sua cultura material (CLAVAL, 2007). Segundo CLAVAL (2007),

O interesse dos geógrafos pelos fatos de cultura era centrado no conjunto de utensílios e equipamentos elaborados pelos homens para explorar o ambiente e organizar seu hábitat. A mecanização e a modernização introduzem um arsenal de máquinas e de tipos de construções tão padronizados que o objeto de estudo é esvaziado de interesse. A geografia cultural entra em declínio, porque desaparece a pertinência dos fatos de cultura para explicar a diversidade das distribuições humanas (CLAVAL, 2007: 48).

O mundo em que vivemos hoje é o mundo da globalização, em que há uma crescente padronização nas técnicas de produção, em decorrência da automação e dos imperativos da produtividade em todos os setores econômicos, assim como a penetração dos elementos da cultura e do consumo de massa na maioria dos lugares, através dos veículos associados às redes técnicas de transporte e telecomunicação: a televisão, o rádio e em nossa época, a internet e a telefonia móvel (ORTIZ, 2000).

Essas transformações afetam profundamente as relações das populações com os lugares onde vivem, uma vez que a cultura<sup>77</sup> dos grupos sociais e indivíduos, assim como suas condições materiais de sobrevivência, passam a estabelecer relações cada vez menos diretas e exclusivas com os recursos locais do território. Evidentemente essas transformações caracterizam, de maneira mais visível, as populações que habitam as grandes cidades, mas é cada vez mais ampla e intensa a penetração de elementos da cultura de massa (alimentação, vestuário, música, lazer, transportes, etc.) no meio rural.

---

<sup>77</sup> “Cultura é o conjunto acumulado de símbolos, idéias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. Juntamente com ESTRUTURA SOCIAL, POPULAÇÃO e ECOLOGIA, constitui um dos principais elementos de todos os sistemas sociais e é conceito fundamental na definição da perspectiva sociológica. A cultura possui aspectos materiais e não-materiais. A *cultura material* inclui tudo o que é feito, modelado ou transformado como parte da vida social coletiva, da preparação do alimento à produção de aço e computadores, passando pelo paisagismo que produz os jardins do campo inglês. A *cultura não-material* inclui SÍMBOLOS – de palavras à notação musical –, bem como as idéias que modelam e informam a vida de seres humanos em relações recíprocas e os sistemas sociais dos quais participam. As mais importantes dessas idéias são as ATITUDES, CRENÇAS, VALORES e NORMAS” (JOHNSON, 1997: 59). Com base no pensamento do geógrafo Milton Santos, temos que acrescentar o espaço, enquanto instância social, a esta definição dos elementos formadores dos sistemas sociais.

Antônio Cândido dava indícios de tal processo nas áreas rurais paulistas já nos anos 1950 e 1960, ao analisar a desagregação da cultura caipira em face do contato cada vez mais freqüente e intenso entre o mundo rural e a cidade. Essa desagregação representou o declínio gradual da agricultura de subsistência, da indústria doméstica e das formas locais tradicionais de sociabilidade, como os mutirões e as festas religiosas, trazendo ao mesmo tempo a proposição ou a imposição de elementos da cultura material e não-material oriundos da civilização urbana, como a racionalização e especialização do trabalho, o consumo de bens industrializados, o abandono das crenças tradicionais e finalmente a passagem à vida urbana (CANDIDO, 2001: 272-273).

Segundo Candido (2001: 271) “hoje, quando estudamos a vida caipira, não podemos mais reportar-nos ao seu universo por assim dizer fechado, mas à sua posição no conjunto da vida do Estado e do país”. Mais adiante, o mesmo autor afirma que

A industrialização, a diferenciação agrícola, a extensão do crédito, a abertura do mercado interno ocasionaram uma nova e mais profunda revolução na estrutura social de São Paulo. Graças aos recursos modernos de comunicação, ao aumento da densidade demográfica e à generalização das necessidades complementares, acham-se agora frente à frente homens do campo e da cidade, sitiantes e fazendeiros, assalariados agrícolas e operários – bruscamente reaproximados no espaço geográfico e social, participando de um universo que desvenda dolorosamente as discrepâncias econômicas e culturais (CANDIDO, 2001: 279-280).

Desse modo, entendemos a apropriação simbólico-cultural do território a partir dos contextos sociais, econômicos e políticos presentes no mundo contemporâneo. Com a crescente uniformização das condições técnicas, o foco da abordagem cultural volta-se para as identidades, formadas pelos elementos simbólicos e subjetivos partilhados pelos membros de um grupo social. De acordo com Haesbaert (2012),

Enquanto a economia globalizada torna os espaços muito mais fluidos, a cultura, a identidade, muitas vezes re-situa os indivíduos em micro ou mesmo mesoespaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e demográficas. (...) A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2012: 92).

As identidades são múltiplas e formadas por elementos diversos, ao mesmo tempo mutáveis e contingentes, o que é reforçado diante do processo de globalização, acelerado no período pós-colonial, e das muitas e intensas formas de mobilidades e transações que ela representa. A imposição de uma ordem global muitas vezes é acompanhada pela resistência de uma ordem local. Nesse aspecto, as identidades podem consistir em formas de resistência, a partir da re-invenção do uso das tecnologias modernas, principalmente aquelas voltadas para a produção e transmissão de informação, por parte dos grupos sociais. Nesse sentido, Milton Santos, ao discutir a relação entre o global e o local a partir das redes, afirma que

O lugar não pode ser visto como um passivo, mas como globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser enxergada apenas como fábula. O mundo, nas condições atuais, visto como um todo, é nosso estranho. O lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência. No lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é. O futuro, e não o passado, torna-se a nossa âncora (SANTOS, 2005: 162-163).

Os quilombos contemporâneos representam essa “força do lugar”, espaço no qual a existência cotidiana, a partir da garantia dos direitos ancestrais sobre uma fração do território, amplia as possibilidades para o futuro, de construção de um projeto popular local em bases mais autônomas. Autonomia definida por Santos (2005) como “a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos” (SANTOS, 2005: 163).

A importância de se pensar os caminhos para uma outra globalização na contemporaneidade reforça o sentido da luta das comunidades quilombolas pela garantia dos seus direitos territoriais. Para isso é importante compreender que, no caso dos quilombos, a diferença étnica se associa a uma dimensão espacial (RATTS, 2003), dando origem à apropriação simbólico-cultural do território, “através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem” (HAESBAERT, 1997: 42).

De acordo com Paul Claval (2007) a cultura é entendida enquanto mediação entre os homens e a natureza, herança transmitida por meio da comunicação, construção permanente, articulada no discurso e realizada através da representação, e fator de diferenciação social que se manifesta na paisagem. Na comunidade estudada pudemos observar que o processo de transformação da cultura se relaciona com a sucessão das



gerações e com a localização espacial em uma área de avanço urbano-industrial, próxima de uma das maiores cidades do Estado de São Paulo.

Retomamos aqui o trabalho de Candido (2001) sobre a cultura caipira paulista e seu processo de transformação, lembrando que o autor definia a proximidade dos centros urbanos e a sua penetração nas zonas rurais como fatores de aceleração da incorporação do caipira ao processo de urbanização, “que vai absorvendo as variedades culturais rústicas e desempenha cada vez mais o papel de cultura dominante, impondo as suas técnicas, padrões e valores” (CANDIDO, 2001: 279), rompendo o equilíbrio precário, baseado nos recursos da natureza e na sociabilidade locais, em que outrora vivia o homem rústico, o qual passa a viver “em franco desequilíbrio econômico, em face dos recursos que a técnica moderna possibilita” (CANDIDO, 2001: 279).

Esse processo geral favorece os intercâmbios culturais, principalmente das novas gerações, colocadas em contato com os valores e os referenciais urbanos, no que a escolarização oferece uma importante contribuição, fazendo com que os elementos da cultura tradicional sejam valorizados de forma diversa em comparação com as gerações passadas, o que é explicado por Claval (2007):

A cultura não é vivenciada passivamente por aqueles que a recebem como herança: eles reagem àquilo que lhes é proposto ou que se lhes pretende impor. Interiorizam certos traços e rejeitam outros. (...) Os modelos que a cultura oferece não são, então, imutáveis. Inovações intervêm. Algumas são rejeitadas ou levam tempo para se imporem. Outras são rapidamente adotadas. As culturas são realidades mutáveis (CLAVAL, 2007: 13).  
O processo de criação é assim inerente a toda cultura. (...) As culturas mostram-se freqüentemente com um nível elevado de plasticidade: nada pode frear a incorporação de elementos novos quando são apresentados como substitutos ou complementares dos já existentes. O vocabulário enriquece-se e evolui. Os quadros classificatórios aplicados ao mundo transformam-se (CLAVAL, 2007: 87).

Desse modo, a comunidade estudada vivencia um processo de transformação da cultura local, a partir da sucessão das gerações e da ampliação das influências urbanas. Mas tanto a cultura local, transmitida através das gerações, como aquela oriunda dos meios de comunicação, não são absorvidas passivamente. Ocorrem adaptações e resistências que fazem com que o grupo guarde suas especificidades culturais que, unindo as influências africanas e caipiras com aquelas decorrentes do processo de urbanização, tem como resultado uma cultura que é única e fortemente associada ao território ocupado. A influência urbana e a expansão dos meios de comunicação

possuem um duplo aspecto, pois ao mesmo tempo em que contribuem para a perda das referências culturais locais, podem fortalecer as iniciativas locais de resgate das tradições, a visibilidade da comunidade perante os conflitos fundiários ainda presentes, a reivindicação de direitos e as trocas de várias naturezas com outras comunidades quilombolas, aldeias indígenas, assentamentos de reforma agrária, dentre outras formas de movimentos sociais presentes no campo brasileiro. Nesse ponto, voltamos ao pensamento de Santos (2005), quando o autor afirma que “O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado” (SANTOS, 2005: 163).

O Quilombo Cafundó é uma comunidade etnicamente diferenciada, cuja existência depende da manutenção do território com o qual mantém profundos vínculos, marcados pela sucessão de gerações e pela herança cultural de origem africana. A garantia de sua permanência no território foi possibilitada por um processo de resistência local, ocorrido tanto no passado, através da luta contra as ações de grilagem e invasão das terras, como no presente, através da reivindicação do reconhecimento e da titulação das terras pertencentes à comunidade. Todavia, devemos considerar o reconhecimento do território quilombola enquanto uma conquista subordinada à ação do Estado sobre o espaço e a sociedade, por meio da regulamentação da ocupação e do uso do território, baseada nos dispositivos constitucionais e na legislação subsequente, que regulamenta a demarcação e a titulação das áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas.

Apesar da relativa proximidade com os centros urbanos, a comunidade estudada promove a cultura herdada dos ancestrais africanos, transmitida, ainda que com perdas e adaptações, às novas gerações, o que permite entender o Cafundó como uma coletividade étnica e culturalmente distinta do seu entorno, o que é reforçado através da garantia dos direitos sobre sua parcela do território, tendo em vista o reconhecimento oficial como comunidade remanescente de quilombo<sup>78</sup>.

Quanto ao processo de transformação cultural, a partir da ampliação dos contatos com o mundo urbano, através dos meios de comunicação, podemos citar a

---

<sup>78</sup> “Mostrar-se como índio [ou quilombola] é uma tática nova, é demarcar uma identidade que os distingue parcialmente do camponês genérico (...). Essa emergência não pode ser reduzida a uma demanda objetivista por terra e/ou recursos outros. (...) A terra – assim como a “mistura”, a negritude, a organização interna – é uma das mediações para entender a formação do grupo e sua continuidade” (RATTS, 2003: 39).

televisão que, presente em todas as residências da comunidade, é um veículo de transmissão da cultura dominante, cujo referencial de *status* é baseado no modo de vida e no padrão de consumo das elites e das classes médias das grandes metrópoles, notadamente diferente da realidade local<sup>79</sup>; alguns estilos musicais ouvidos principalmente pelos jovens, como o *funk* e o *RAP*, que são ritmos originados nas periferias das grandes metrópoles; a presença de um templo da igreja evangélica pentecostal *Congregação Cristã no Brasil*, que representa uma forma radical de oposição religiosa e cultural aos cultos e manifestações culturais de origem afrodescendente, ainda presentes na comunidade.

Todavia, são igualmente nítidas as especificidades culturais da comunidade, dentre as quais podemos mencionar o sotaque típico da região, que se associa a um dialeto caipira; no caso específico da comunidade, associado à sua herança africana, as danças como o *jongo*, o artesanato, a tradicional festa em homenagem à Santa Cruz, realizada todos os anos no início de maio<sup>80</sup>; o dialeto de origem africana – a *cupópia* – que ainda sobrevive, através do seu uso pelas pessoas mais velhas e em músicas tradicionais da comunidade, cantadas em festividades, ao som de instrumentos musicais como o atabaque.

O quilombo Cafundó pode ser considerado uma demonstração empírica do processo de transformação das culturas sob o impacto da modernidade e da globalização, o que não ocorre de forma uniforme e nem tampouco unidirecional, pois, como afirma Claval (2007) “A cultura não é vivenciada passivamente por aqueles que a recebem como herança: eles reagem àquilo que lhes é proposto ou que se lhes pretende impor. Interiorizam certos traços e rejeitam outros” (CLAVAL, 2001: 13).

A partir da pesquisa empírica, pudemos observar que muitos dos elementos da cultura quilombola tradicional estão se perdendo, tendo a sua importância diminuída ou

---

<sup>79</sup> Antonio Candido se refere a esse processo, ao mostrar como a ampliação dos contatos com o mundo urbano modifica o valor relativo dos padrões de vida do homem rústico, não mais definidos “com referência às condições historicamente estabelecidas, mas em comparação com os níveis, normas e padrões estabelecidos pela vida urbana. Um grupo que se sentia equilibrado e provido do necessário à vida, quando se equiparava aos demais grupos de mesmo teor, sente-se bruscamente desajustado, mal aquinhoado, quando se equipara ao morador das cidades, cujos bens de consumo e equipamento material penetram hoje no recesso da sua vida, pela facilidade das comunicações, a multiplicidade dos contatos, a penetração dos novos estilos de viver. (...) os padrões mínimos tradicionalmente estabelecidos se tornam padrões de miséria, pois agora são confrontados aos que a civilização pode teoricamente proporcionar” (CANDIDO, 2001: 271; 279).

<sup>80</sup> Ao tratar da relação entre a margem de lazer e o calendário religioso, no contexto da cultura caipira, Antonio Candido nos dá referências a respeito dos dias consagrados à Santa Cruz em Itu, afirmando que “todo o mês de maio era consagrado à Santa Cruz, com rezas diárias e pouco trabalho” (CANDIDO, 2001: 113-114).

se encontram em processo de transformação, como a cupópia, que atualmente é falada somente por poucos moradores da comunidade, principalmente os mais velhos, mas é utilizada em apresentações de jongo e de cantigas para o público que frequenta as festas tradicionais. A organização da festa da Santa Cruz – realizada, segundo os moradores, há 150 anos, atendendo ao pedido de Dona Ifigênia, herdeira das terras do Cafundó – é outro exemplo, pois segundo um dos moradores mais antigos, Sr. Juvenil, de cujo relato transcrevemos o trecho a seguir, no tempo em que ele era jovem (por volta da década de 1970) a festa era animada por violeiros, sanfoneiros e tocadores de tambor do próprio Cafundó e das localidades próximas, o que hoje em dia não acontece.

Juvenil: (...) na época aí não tinha energia, não tinha nada, aí era tudo com luz de querosene, então em cada canto improvisado ali na frente da capela ponhava uma luz de candeeiro. Aí o baile roncava até...tinha vez que uma hora dessa [meio da manhã] tava lá ainda dançando.

André: e não tinha palco, essas coisas assim igual...

Juvenil: não não, era no chão mesmo, tudo era no chão, levantava poeira do chão.

André: e não vinha essas banda igual veio nessa última festa né?

Juvenil: não, daí já era o baile caipira, com sanfona, pandeiro, surdo, violão, o baile caipira né (...)

André: e há quanto tempo parou de ter na festa a música assim acústica, tocada pelos violeiros, pelas pessoas...

Juvenil: desde quando que é chamado dupla pra vim? Ah começou, quer ver...acho que já tem uns 12, já tem mais de 12 anos, uns 15 anos já.

André: então isso desde 98 mais ou menos...que aí começou a chamar dupla, montar palco assim também...

Juvenil: isso! Que antes era tudo só no chão!

André: e feito com os músicos daqui mesmo né?

Juvenil: é, daí começou vim grupos de fora tocar, aí vinha com a equipe da prefeitura, aí colocava palco, colocava aparelhagem de som...a prefeitura montava o palco aí.

André: mas quem que resolveu mudar, começar a chamar dupla e parar de...

Juvenil: é que as pessoa que era do tempo do baile caipira tinha morrido tudo e aí não veio renovando...

André: e os novos não continuaram...

Juvenil: não. Mas a tradição continua né, só que na parte da atividade já mudou, já é mais novo um pouco, aí já chama um grupo pra vim...<sup>81</sup>

A fala do entrevistado é reveladora da recente transformação dos elementos da cultura quilombola/caipira na comunidade, ao longo da sucessão das gerações, o que é marcado por perdas, mas também por acréscimos. Podemos perceber no relato do entrevistado que alguns elementos da cultura correm o risco de desaparecer quando morrerem as pessoas que os detêm: *“é que as pessoa que era do tempo do baile caipira tinha morrido tudo e aí não veio renovando”*. Com base em observações feitas em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP), Andrade & Tatto (2013) afirmam:

Os processos de mudança implicam simultaneamente ‘renovação’ e ‘produção’ cultural. (...) Isto se tornou especialmente importante diante da percepção dos quilombolas mais velhos de que as novas gerações descartam a importância dos saberes tradicionais (ANDRADE & TATTO, 2013: 24).

Os elementos da cultura podem se transformar e assim permanecerem vivos, ao invés de desaparecerem, o que é revelado em outro trecho da fala: *“a tradição continua né, só que na parte da atividade já mudou, já é mais novo um pouco, aí já chama um grupo pra vim”*. A situação particular verificada no Cafundó pode ser comparada ao caso mais geral dos bens culturais das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP), conforme apresentado por Andrade & Tatto (2013). Segundo os autores, embora

(...) a maioria dos bens culturais inventariados estejam íntegros, esta situação é transitória e precária, porque boa parte desses repertórios são conhecidos ou praticados por uma ou um pequeno grupo de pessoas das comunidades. Diversos bens culturais íntegros estão na iminência de se tornarem ruína ou memória (ANDRADE & TATTO, 2013: 30).

Desse modo hoje em dia, embora a festa da Santa Cruz preserve o jongo, a capoeira e no final a procissão – que sai da capela, situada no núcleo da comunidade e se dirige até a casa de D. Judite, a moradora mais velha – uma das principais atrações são duplas sertanejas e de pagode contratadas e que cantam em um palco alugado pela associação comunitária ou fornecido pela prefeitura de Salto de Pirapora. Em outro trecho da entrevista, Sr. Juvenil afirma que nos tempos antigos, quando se realizava o

---

<sup>81</sup> Entrevista gravada com Sr. Juvenil Rosa Almeida, no dia 10/10/2013.

baile caipira, o festeiro designado fazia o licor que era servido na festa, utilizando frutas nativas do lugar, o que hoje em dia não é mais realizado.

Juvenil: ...15 dias antes da festa eles já tinha, já fazia o licor, aí ficava mais 15 dias depois que terminava a festa, a turma bebendo aí.

André: e do que era feito o licor?

Juvenil: o licor era feito de figo, tinha aquele...aquele que tem a tinta colorida...pra tingir ele né e aí ele ficava meio verdeado.

André: e ele era alcoólico? Tinha álcool nele?

Juvenil: tinha. Tinha assim, às vezes fazia sem álcool pra criançada e um tanto com álcool pros adultos...

André: Mas hoje não faz mais?

Juvenil: hoje não ta fazendo mais, teve um ano aí que foi feito, agora não dá porque é muito, é muita correria pra fazer e tem que ter umas pessoa preparada pra isso.

André: mas o senhor sabe fazer?

Juvenil: eu nunca fiz. Mas uma vez quem fez aqui foi Dona Francisca, mãe da Regina.

(...)

André: e na época, acho que faz uns 40 anos já isso aí, na época em que era o Otávio Caetano que fazia a festa, era sempre ele que era o festeiro ou mudava?

Juvenil: não, tinha vez que mudava, ficava uns dois ano ele, aí ele passava pra outro, aí tem muita gente aí do...muitos não, era umas duas ou três pessoas mais antiga daí do Sarto que fazia, vinha aqui pegava as coisa e fazia, era o Roque Bagunça, a mulher dele a Nhá Nízia, falecido já, aí tem outras pessoa também que já faleceu, tinha o João de Bico, a Ditinha, mulher dele, isso era gente de fora que fazia e fora outras pessoa que fez também festa aí, mas aí chegava uns determinados tempo voltava tudo pra ele mesmo, a coisa voltava pra ele mesmo.

André: mas esse pessoal que vinha de fora eles vinham pra fazer a festa da Santa Cruz?

Juvenil: é, eles recebiam a cruz<sup>82</sup> né, na festa, passava um ano, chegava o dia eles vinha fazê, daí caía de festero.

André: que aí quem era escolhido pra fazer a festa do outro ano era quem recebia a cruz?

Juvenil: era quem recebia a cruz. (...) <sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> O relato do Sr. Juvenil sobre modo de escolha do festeiro para o ano seguinte possui semelhanças com as observações de Candido (2001) em sua área de pesquisa: “Antigamente, em São Roque (até 1910, mais ou menos), o festeiro de um ano (chamado então procurador) indicava o do ano seguinte, que deveria aceitar se não houvesse algum outro obrigado por promessa. Em alguns casos, o modo de indicação é pitoresco: o festeiro dá um ramo à pessoa que lhe parece adequada para substituí-lo” (CANDIDO, 2001: 97-98).

A fala de outro entrevistado, Sr. Marcos (irmão de Juvenil), transcrita a seguir, traz ainda outros detalhes sobre a forma como era fabricado o licor servido na festa:

Marco: é, o licor era assim, não ta tendo mais de uns tempo pra cá, mas ele fazia um licor assim que o festero velho é assim, esse ano aqui eu sou o festero, sou eu que vou fazer a festa, mas aí eu dou o licor, mas aí eu reservo uma quantia de licor pra aquele que vai ficar no próximo ano aí ele vai servir o licor também que ele é o festero novo, que vai organizar a festa do outro ano.

André: então você dá a garrafa de licor pro que vai ser o festero do próximo ano?

Marco: isso!

André: o Juvenil tinha contado também que se fazia na casa do Otávio Caetano, ou do lado...

Marco: a festividade sempre foi nesse globo da capela, nesse pátio, então aí sempre é onde arma as barraca, sempre foro ali, só que um pouco mudou né, porque saiu aquela sede ali no centro que era o pátio da festa então algumas coisa mudou agora.<sup>84</sup>

A fabricação do licor e o seu consumo na festa da Santa Cruz do quilombo Cafundó podem ser considerados, segundo Andrade e Tatto (2013) um bem cultural em situação de memória: “expressões culturais que não ocorrem mais no momento do inventário, mas que subsistem na memória dos sujeitos envolvidos” (ANDRADE & TATTO, 2013: 21).

A FOTOGRAFIA 6 mostra a confecção da bandeira do mastro, que é trocado todos os anos durante a festa da Santa Cruz; na FOTOGRAFIA 7, podemos ver o mastro após a troca.

---

<sup>83</sup> Entrevista gravada com Sr. Juvenil Rosa Almeida, no dia 10/10/2013.

<sup>84</sup> Entrevista gravada com Sr. Marcos Norberto Almeida, no dia 15/06/2013.

**FOTOGRAFIA 6 – Confecção artesanal da bandeira do mastro da capela por D. Regina, para ser trocada durante a Festa da Santa Cruz, quilombo Cafundó, 2013**

**FOTOGRAFIA RETIRADA – O TAMANHO EXCDE O LIMITE DO ARQUIVO**

Foto: André Luís Gomes. Data: 11/05/2013.



**FOTOGRAFIA 7 – Mastro colocado durante a festa da Santa Cruz, quilombo  
Cafundó, 2013**

**FOTOGRAFIA RETIRADA – O TAMANHO EXCDE O LIMITE DO ARQUIVO**

Foto: André Luís Gomes. Data: 11/05/2013.

A procissão realizada durante a festa da Santa Cruz é descrita no trecho de uma entrevista, que transcrevemos a seguir. Nessa manifestação religiosa e cultural, também é possível notar a perda de alguns elementos da cultura tradicional:

André: e a procissão como é que foi? No fim eu acabei tendo que ir embora, queria ter visto mais não vi, como é que foi?

Marco: então, a procissão eu nem acompanhei, mas a procissão é como se faz todo ano, todo ano sai o São Benedito na frente, vai lá na casa da Judite lá embaixo e aí entra lá reza o terço lá, depois tem a Nossa Senhora Aparecida que sai né, que é do grupo das mulheres, vai até o arco ali, aí eles vão até ali, sorta rojão lá, quando sai da casa da Judite avisa que ta saindo de lá e eles ficam esperando ali pra se encontra pra depois vim pra capela.

André: vai da capela pra lá depois vem da casa da Judite pra capela...

Marco: aí encontra com a Nossa Senhora ali no arco daí engloba toda a procissão todos junto, sempre São Benedito na frente e vem com a Nossa Senhora e aí vem reza o terço, aí o padre fez a missa tudo...

André: veio padre?

Marco: veio!

André: não sabia que vinha o padre! E no terço vocês rezam o que?

Marco: ah eu falei pra você, a reza é igual que tem, que faz nas missa mesmo. Tinha uns canto né, no passado que o meu tio Otávio Caetano que faleceu, eles tinha uns canto que sempre ele foi vários ano festero, então ele também era tipo um capelão<sup>85</sup> né, rezador, então ele tanto rezava como ele cantava também.<sup>86</sup>

A abordagem cultural tem sido útil em nosso trabalho, permitindo tratar de aspectos que, ultrapassando o âmbito econômico e estritamente material, se relacionam com a dimensão simbólico-cultural do território, que entendido a partir de uma perspectiva integradora (HAESBAERT, 2012), incorpora simultaneamente uma dimensão econômico-material e outra de caráter político-jurídico. Se a dimensão simbólico-cultural do território se associa aos aspectos tratados neste sub-capítulo, as demais – econômico-material e político-jurídica – concernem respectivamente às atividades econômicas e ao processo de reconhecimento do território quilombola por parte do Estado, aspectos também incluídos no escopo da pesquisa empírica.

A operacionalização do conceito de território na perspectiva integradora tem se mostrado pertinente ao estudo realizado, voltado ao entendimento de uma comunidade etnicamente diferenciada e suas relações com o território. Nesse aspecto, a cultura aparece como um dado importante para a compreensão das relações estabelecidas entre a comunidade e o território no plano simbólico, relações consideradas fundamentais, no caso em questão, para a estruturação político-jurídica e material-econômica da fração quilombola do território, a partir da garantia da permanência nas terras ocupadas por meio do reconhecimento oficial enquanto quilombolas.

---

<sup>85</sup> Candido (2001) define o capelão como um “caipira versado no essencial da liturgia” (CANDIDO, 2001: 96).

<sup>86</sup> Entrevista gravada com Sr. Marcos Norberto Almeida, no dia 15/06/2013.

## 2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O caso da comunidade Cafundó é um exemplo local do processo de luta das comunidades quilombolas, espalhadas por quase todos os Estados brasileiros, pelo reconhecimento e garantia dos direitos territoriais, ameaçados pelo avanço do capital no campo. Também é um exemplo da necessidade de resgate e preservação dos bens culturais ameaçados de desaparecimento. No Cafundó, esses bens são representados principalmente pelo dialeto africano – a cupópia – que é falado somente no bairro e por poucos moradores, principalmente Sr. Marcos Norberto Almeida e Sr. Juvenil Rosa Almeida, já com a idade avançada e que atualmente pode ser considerados os “mestres” da cupópia na comunidade. Além do dialeto africano, a tradicional festa da Santa Cruz, realizada em todo mês de maio, o samba de roda, o jongo e o artesanato são bens culturais que assim como em outras comunidades, necessitam de especial atenção.

Durante a pesquisa, temos nos deparado com a presença de formas capitalistas de uso do território (o eucalipto e a mineração), introduzidas dentro dos limites da comunidade, em oposição aos usos tradicionais. É possível interpretar, a partir da realidade da ocupação territorial do quilombo, que a titulação parcial da área demarcada é um começo para um verdadeiro processo de conquista e usufruto dos direitos territoriais, pois representou a conquista formal de uma fração do território.

Caberá agora refletir sobre as possibilidades da consolidação desses direitos territoriais, o que é cercado de incertezas, em razão das dimensões dos empreendimentos introduzidos nas terras agora tituladas e da impossibilidade da sua imediata remoção. O caso particular da implantação da mineradora e do eucalipto no Cafundó representa um exemplo do que Martins (1998) e outros autores afirmam de forma mais ampla e geral: a (re) produção do capital a partir de relações não capitalistas, assim como a apropriação da renda da terra pelo capital.

Constata-se a ação do Estado no processo de demarcação e titulação do território; todavia, a comunidade ainda reivindica um acesso mais amplo às políticas públicas que lhes são de direito. A luta da comunidade Cafundó pela permanência em suas terras e pelo reconhecimento enquanto quilombolas pode ser entendida como um exemplo da insubmissão do campesinato brasileiro, conforme o pensamento de Martins (1990). A essa luta e insubmissão, soma-se a identificação como quilombolas, que potencializa suas reivindicações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica* in LEITÃO, Sérgio (org.). Documentos do ISA n. 5: Direitos territoriais das comunidades negras rurais, 1999. Disponível em <http://www.socioambiental.org/inst/pub/detalhedownhtml?codigo=10104>.

\_\_\_\_\_. *Terras de preto, terras de santo, terras de índio uso comum e conflito*. In: \_\_\_\_\_. *Terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2006, p. 101-136).

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, 5ª edição.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.

ALTIERI, M. e NICHOLLS, C. I. *Agroecologia: teoria e pratica para una agricultura sustentable*. México: PNUMA, 2000.

ALY JR., O. *Políticas públicas e sustentabilidade no desenvolvimento dos assentamentos do Estado de São Paulo: um balanço dos anos 2003-2005 in PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/MDA/INCRA. Assentamentos Rurais: impasses e dilemas, uma trajetória de 20 anos*. Brasília, 2005.

ANDRADE, Anna Maria; TATTO, Nilto (Eds.). *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. *Quilombolas. Tradições e cultura da resistência*. São Paulo: AORI, 2006.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo. Antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: EDUSC, 2006.

\_\_\_\_\_. *Propriedade ou território?* Tempo e Presença, v. 21, n. 307, set-out, 1999.

BIASE, Laura de. *Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção*. 2010. Dissertação de Mestrado. Centro de Energia Nuclear na Agricultura. ESALQ/USP, 2010.

BOMBARDI, Larissa M. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. Universidade de São Paulo (USP)/FFLCH/DG: Dissertação de Mestrado, 2001.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL (Governo Federal). *Programa Brasil Quilombola. Comunidades Quilombolas Brasileiras. Regularização Fundiária e Políticas Públicas*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/ Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, 2003.

BRANDÃO, Carlos R. *Participar-pesquisar* in BRANDÃO, Carlos R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

- BRITO, Paulo R. B. de. *O controle social no processo de certificação de grupo por auditoria externa: o caso APROVE pela AAOCert*. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), USP. São Paulo: 2006.
- CAMPOS, J. N. *Terras comunais em Santa Catarina*. Florianópolis: FCC/EDUFSC, 1991.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural*. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, v. 1, n. 1, jan/mar 2000, p. 16-37.
- CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito-chave da Geografia* in CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CUNHA Jr., Henrique. *Textos para o movimento negro*. São Paulo: EDICON, 1992.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.
- GIANOTTEN, V. e WIT, T. de. *Pesquisa participante em um contexto de economia camponesa* in BRANDÃO, Carlos R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- GLIESSMAN, Stephen. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GUANAES et. al. *Quilombos e Usos Sustentáveis*. In: DIEGUES, Antonio C. e VIANA, Virgílio M. *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. São Paulo: Hucitec, 2004, 2ª Ed.
- GUIVANT, Júlia S. *Os métodos participativos: do populismo ao pós-populismo*. In: *Recuperação Florestal: um olhar social*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- JOHNSON, Allan. *Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 (trad. Ruy Jungmann).
- KHATOUNIAN, Carlos. A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada*. São Paulo: Espaço e Debates, nº 38, p. 54-61, 1994.

MARCOS, Valéria de. *Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. *A (u)topia da produção comunitária camponesa no final do século XX*. Cadernos do CEAS. Salvador: CEAS, n. 177, p. 41-58, 1998.

\_\_\_\_\_. *A construção do território camponês – entre velhas e novas utopias*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, mar/2005 p. 8523-8542.

\_\_\_\_\_. *Novas (u)topias, velhos horizontes: Reflexões atuais sobre a teoria e a prática do desenvolvimento local auto-sustentável* in PREVE, A. M. e CORRÊA, G. *Ambientes da ecologia: perspectivas em política e educação*. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

\_\_\_\_\_. *Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano (CC Território e campesinato: referenciais para uma análise geográfica)*. Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio Branco-AC, UFAC, jul/2007

\_\_\_\_\_. *Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante* in Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Boletim Paulista de Geografia – Trabalho de Campo*. São Paulo: AGB, nº84, julho de 2006, p. 105-136.

MARCOS, V. de; FABRINI, J. E. *Marxismo, anarquismo e a construção da práxis (camponesa) da produção coletiva*. In:\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a práxis da produção coletiva*. São Paulo, Expressão Popular, 2010, p. 17-74.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1990 (4ª ed.)

\_\_\_\_\_. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1998, 7ª Ed.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo*. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Vozes, 2003, 2ª Ed.

MARX, Karl. *El campesinado como clase* in SHANIN, Teodor. *Campesinos e sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro III, cap. XXIV – A Assim Chamada Acumulação Primitiva. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MATTOS, Carmem L. Guimarães de. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. UERJ, 2001.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONBEIG. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *Agricultura e Indústria no Brasil*. In: Boletim Paulista de Geografia, n. 58, AGB, São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

ORMOND, José Geraldo P. *Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais*. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PAOLIELLO, Renata M. *Posse da Terra e Conflitos Sociais no Campo*. Texto baseado em PAOLIELLO, R. M. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: a Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Mestrado em Antropologia Social, 1992.

PARO, Vitor Henrique. *Reprovação Escolar: renúncia à educação*. São Paulo: Xamã, 2001.

PILLA, M; ANDRADE, M. R. O; MARQUES, L. A. P. (orgs.). *Fundação ITESP: sua história e realizações. Evolução das políticas agrária e fundiária no Estado de São Paulo*. São Paulo: ITESP, 2013.

PORTO-GONÇALVES, CARLOS V. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

PRADO JR., Caio. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ CASA CIVIL/ IMPRENSA NACIONAL. *Diário oficial da União Seção 1*. Publicação de Atos Normativos. Nº 71, quinta-feira, 15 de abril de 2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ CASA CIVIL/ SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*.

QUEDA, Oriowaldo. Participação e extensão em projetos de recuperação florestal. In: *Recuperação Florestal: um olhar social*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Bairros Rurais Paulistas*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Kátia Souza. *De bairro rural a território quilombola: um estudo da comunidade quilombola do Mandira*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

RATTS, Alecsandro J. P. *A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados*. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro J. P. (Orgs.). *Geografia: Leituras Culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003.

REIS, Luis Carlos T. dos. *Ontologia do Espaço e movimento de Renovação Crítica da Geografia: o desafio da diferença ontológica*. Vitória/UFES: Geografares, nº 7, 2009.

RODRIGUES, Carmen L. (et. al.). *Desafios e estratégias para promover a participação social na recuperação florestal* in *Recuperação Florestal: um olhar social*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, 2008.

ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

\_\_\_\_\_. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SACK, Robert David. *O significado de territorialidade* in DIAS, Leila C. & FERRARI, Maristela (orgs.). *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, T. A. *O processo de constituição das feiras agroecológicas paraibanas: traços de insubordinação camponesa*. In: \_\_\_\_\_. *Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba*. 2010. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo, FFLCH USP, 2010, p. 72-120

SÃO PAULO (Estado). *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas*. São Paulo: IMESP, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. *Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo do Cafundó/Salto de Pirapora-SP*. São Paulo: Fundação ITESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. *Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo do Ribeirão Grande/Terra Seca – Barra do Turvo-SP*. São Paulo: Fundação ITESP, 2007.

SCHMITT, Alessandra (et. al.). *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA/RESEARCH RESULTS, Ambiente & Sociedade - Ano V – Nº 10 – 1º Semestre de 2002.

SHANIN, Teodor. *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. Barcelona: Anagrama, 1976.



\_\_\_\_\_. *El campesinado como factor político* in SHANIN, Teodor. *Campesinos e sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

\_\_\_\_\_. *La clase incómoda: sociología política del campesinado em uma sociedad em desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O Território: sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento* in CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SQUEFF, Enio. *A origem dos nomes dos municípios paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

STRAFORINI, Rafael. *No Caminho das Tropas*. Sorocaba: TCM, 2001.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente. *Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

TEIS, D. T. & TEIS, M. A. *A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa*. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, Portugal, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2012.

TENDLER, Sílvio. *Utopia e Barbárie (documentário)*. Ministério da Cultura/Governo do Estado do Rio de Janeiro/Globofilmes, 2010.

VEIGA, José E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

VOGT, Carlos e FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WOORTMANN, K. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*. Brasília/Rio de Janeiro: Anuário Antropológico/87, 1990, pp. 11-73.

#### Endereços eletrônicos:

Comissão Pró-Índio de São Paulo - [http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma\\_comunidades\\_alcantara.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/ma/ma_comunidades_alcantara.html)

Fundação Cultural Palmares - <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf>

Google Earth - <http://www.google.com/intl/es/earth/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>

Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) – [www.itesp.sp.gov.br](http://www.itesp.sp.gov.br)

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>